

REVISTA

CONT **Я**A-CORRENTE

Publicação especial elaborada pelo ILAESE. Ano: 2020

Pandemia do Coronavírus: uma catástrofe anunciada.

Uma edição especial que traz um apanhando histórico sobre as pandemias no mundo, uma análise sobre a crise econômica e política no meio do caldeirão do coronavírus, um raio X sobre a saúde pública e situação brasileira, como anda a luta de classe e um programa para vencer essa pandemia.



ILAESE
Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos

Expediente



ILAEESE

Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos

O ILAEESE – Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos – é um instituto de formação política e teórica a serviço dos movimentos sociais, cujo objetivo é auxiliar a nova geração de ativistas a se formar no campo do marxismo revolucionário como concepção de luta dos trabalhadores e da juventude. Queremos contribuir para que os sindicatos e as organizações sociais se convertam em alavancas da transformação social.

CONTINUA-CORRENTE

Publicação especial elaborada pelo ILAEESE.

Coordenação Nacional do ILAEESE: Ana Paula Santana, Érika Andreassy, Gustavo Machado, Guilherme Fonseca, Nando Poeta e Nazareno Godeiro.

Diagramação: Victor Bud
Capa: Will Silva
Produtora: Poti Comunicação

CONTATO



Rua Curitiba, 862, sala 307 - Centro - Belo Horizonte - MG. CEP: 30170-124.



Telefone: (31) 2520-2008 / (31) 9.92315125



ilaese@ilaeses.org.br



www.ilaese.org.br

SUMÁRIO

EDITORIAL [p.3]

HISTÓRICO [p.4]

Um olhar histórico sobre as pandemias
Israel Luz

CRISE CAPITALISTA [p.11]

É o coronavírus o real inimigo que nos ameaça?
Gustavo Machado

CRISE EUROPEIA [p.19]

Itália, Espanha e Reino Unido: 3 dimensões de um mesmo problema
Érika Andreassy

SITUAÇÃO POLÍTICA [p.24]

Uma política que se desmancha no ar: As alternativas no mundo em meio a pandemia de Covid-19.
Ana Godoi

SAÚDE PÚBLICA [p.32]

Um Raio X da pandemia e seu impacto na saúde pública
Érika Andreassy e Nando Poeta

DIREITOS TRABALHISTAS [p.40]

As mudanças trabalhistas no último período no Brasil antes e durante a pandemia do coronavírus
Guilherme Fonseca

LUTA DE CLASSES [p.51]

Os desafios para a classe trabalhadora diante da pandemia
Ana Paula

BRASIL [p.59]

As especificidades do Brasil diante do coronavírus
Nazareno Godeiro

PROGRAMA [p.66]

Depois da catástrofe, a revolução
Um programa para combater a pandemia e a depressão
Nazareno Godeiro



brusca mudança que a pandemia do novo coronavírus trouxe às vidas de bilhões de pessoas no mundo inteiro não é uma fatalidade, nem um acontecimento completamente inesperado.

É possível desvendar as origens da crise atual. Foi justamente a busca por elucidar seus múltiplos aspectos que animou a preparação desta revista. A classe trabalhadora brasileira, principal atingida pela Covid-19 em nosso país, tem agora disponível um material de fôlego com elementos que a maioria das análises disponíveis não traz.

Aqui o leitor encontrará comparações com outras pandemias na História. Há pontos de encontro entre o que vivemos hoje e acontecimentos semelhantes de séculos atrás? E quais as diferenças fundamentais?

Outros artigos tratam de como estão os sistemas de saúde em diversos países para enfrentar o aumento repentino de internações. Trata-se de um tema fundamental, dado que um dos maiores desafios colocados é o de atrasar o impacto do aumen-

to da demanda sobre os serviços médicos.

Mas esse não é o único desafio. Particularmente no Brasil, segue a tentativa de retirar direitos conquistados nas últimas décadas. Que impacto isso terá em uma população que já sofre com altas taxas de desemprego e ocupações precárias? Como preparar a resistência?

Para além dos aspectos imediatos ligados à pandemia, trazemos também reflexões sobre o tipo de sociedade na qual o coronavírus consegue, a despeito de todo avanço científico, provocar tantos impactos. Vale mesmo perguntar: a raiz da crise atual é o coronavírus? Ou há algo mais de fundo?

Finalmente, é preciso dizer que os autores não se preocuparam só em fazer diagnósticos. A gravidade da situação mundial exige retomar questões estratégicas, de longo prazo. Obriga a que sindicatos, movimentos sociais e o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras, pautem que tipo de sociedade precisamos construir, alternativa ao capitalismo.

Vamos ao debate!

Equipe do ILA ESE

Um olhar histórico sobre as pandemias

Escrito por
ISRAEL LUZ



Grandes catástrofes costumam parecer aos homens e mulheres que as vivem como um golpe fatal do destino. Os avanços no campo da medicina, da microbiologia, das ciências sociais nas últimas décadas, não impedem a atualização de antigas compreensões religiosas, racistas e conspiratórias para dar sentido à ruptura no padrão de vida normal até ontem.

No caso de pandemias, o convívio com a morte em massa molda costumes, culturas, transforma para sempre a vida em todas as camadas sociais. Mas tem consequências decisivas para a classe trabalhadora, em especial suas frações mais pobres. Os

patógenos sempre encontram seus hospedeiros humanos em condições desiguais de alimentação, moradia, e acesso a tratamentos adequados.

A morte e a doença não igualam os Seres Humanos. Como veremos a seguir, até mesmo no fim da vida, pesam fortemente as diferenças de classe e, a partir daí, as de raça, gênero e nacionalidade, que definem a vida em sociedade.

Neste artigo, destacamos algumas das principais pandemias pelas quais passou a humanidade. A partir desse breve apanhado, faremos o debate sobre as relações dos fatos puramente biológicos com a sociedade nos quais surgem, destacadamente com o sistema capitalista.

A Peste

Poucas doenças marcaram tão profundamente a Humanidade como a causada pela bactéria *Yersinia Pestis*.

Ela pode gerar não um, mas três tipos de moléstias: a primeira ataca o sistema respiratório e é conhecida como pneumônica; a segunda afeta a circulação sanguínea e é a variante septicêmica; finalmente, quando atinge o sistema linfático tem-se a infecção e inchaços no corpo, os bubões, de onde vem o nome peste bubônica.

A ela estiveram relacionadas três pandemias, além de vários surtos localizados. A primeira foi registrada no ano de 541 (D.C) e ficou conhecida como Praga de Justiniano, monarca do Império Bizantino. Em alguns anos, estima-se que 40% da população de Constantinopla (hoje Istambul, na Turquia) e 25% das pessoas da porção oriental do Mar Mediterrâneo morreu. Outras esti-

mativas sugerem que em dado momento chegaram a morrer 5 mil pessoas por dia na capital no Império.

A segunda onda aconteceu a partir do século XIV, sendo a mais conhecida. No período que vai de 1330 e 1350, entre 15 e 25 milhões de chineses e mongóis morreram de Peste. Após matar milhões de pessoas na China e Oriente Médio, a doença chegou à Europa a partir das rotas comerciais por mar, já que os navios levavam ratos infectados, e por terra.

A Peste Negra, assim chamada pelo escurecimento dos tecidos, provocado por gangrena, matava cerca de uma semana após os primeiros sintomas. A taxa de mortes era de incríveis 60% dos infectados. Estima-se que morreram 100 milhões de pessoas na época. A Europa perdeu em torno de 40% da população.

Tal flagelo era compreensível para as pessoas da época somente por meio de explicações religiosas. A pandemia era um castigo divino, cujo remédio seria o arrependimento pelos pecados. Outra explicação popular foi a de que a doença era causada por grupos sociais como estrangeiros, hansenianos e, principalmente o povo judeu, o que levou a repetidos massacres dessas populações. O impacto na cultura de uma mortandade que atingia toda a sociedade deu origem às famosas pinturas em que a morte dança com camponeses e nobres.

A doença não desapareceu totalmente, voltando periodicamente em vários países do continente, sempre com alta mortalidade: em Londres, por exemplo, matou entre 1665 e 1666, cerca de 70 mil pessoas. Além do desconhecimento de suas causas reais, a quase inexistência de saneamento básico e mesmo de sepultamentos adequados favorecia a continuidade dos surtos.

DANÇA MACABRA

(Danse Macabre), encontra-se na Igreja de São Nicolau, Tallinn, Estônia. Obra de Bernt Notke.





MÁSCARA de um médico da Peste, do século XVII. A máscara usada possuía dentro de seu “bico” característico, vários tipos de ervas cheirosas, pois acreditava-se erradamente que a doença era transmitida pelos mau-cheiros causados pela doença, os miasmas

No século XVII foi criado na França o famoso traje para os médicos da Peste, contratados para tratar os doentes, contabilizar os mortos e identificar novos focos. A máscara usada possuía dentro de seu “bico” característico, vários tipos de ervas cheirosas, pois acreditava-se erradamente que a doença era transmitida pelos mau-cheiros causados pela doença, os miasmas.

A terceira pandemia, no final do

século XIX, começou na China e de Hong Kong se espalhou para o resto do globo. Em 1894, Alexandre Yersin identificou a bactéria responsável pela Peste. Em países coloniais, a combinação com a dominação imperialista e grandes secas produziu uma trágica história omitida pela História oficial.

Para se ter uma noção, a peste bubônica chegou a Bombaim em 1896 e as autoridades inglesas não tiveram ideia melhor que incendiar, jogar cal e ácido carbólico em comunidades nativas, o que não obstaculizou em nada o avanço da doença, mas tirou a moradia de milhares de indianos pobres. Enquanto isso, o amplo comércio indiano a serviço da Coroa seguia tranquilamente espalhando a bactéria (DAVIS, 2002).

A Peste em suas três principais formas é uma doença não erradicada: a maioria dos países com surtos entre 2013 e 2018 estão na África. Como antes, seu surgimento e propagação seguem associados ao contato de populações humanas com animais silvestres contaminados e, especialmente, a condições sanitárias inadequadas, o que dá à doença um forte caráter de classe. Apesar de haver antibióticos eficazes se administrados a tempo, a forma pneumônica – de mais fácil transmissão – não tem vacina até hoje.

A gripe que matou mais que a guerra

Quando a I Guerra Mundial acabou, em 1918, faltavam ainda 23 anos para a penicilina estar disponível para combater infecções causadas por bactérias. O vírus Influenza, causador das gripes, era desconhecido: seria identificado somente em 1933.

Olhando retrospectivamente, fica

fácil fazer uma avaliação sóbria das conquistas científicas do início do século XX. Não era o caso para quem vivia então, já que o final do século XIX viera com uma grande quantidade de descobertas na medicina (GURGEL, 2013).

O impacto da gripe causada pelo

1 As estimativas do número de afetados e mortos pela gripe espanhola são naturalmente variáveis. Davis anota 20 milhões de mortes na Índia em seu artigo. Outras fontes falam de 5 milhões. Em todo caso, aquele país aparece sempre no topo deste triste ranking.

SOLDADOS BRITÂNICOS
nas trincheiras,
28 de outubro
de 1914
Getty Images

H1N1, mal chamada espanhola, foi imenso neste contexto. Embora sem uma resposta consensual, pesquisas realizadas entre os anos 70 e 90 sugerem que em algum momento de 1916, surgiu uma nova cepa do Influenza e, após sucessivas mutações, gerou a forma agressiva que vitimou estimadamente entre 1% e 2% da população mundial do período. Note-se que aqui o mundo já era maior, por assim dizer, que na pandemia de Peste: as Américas foram bastante afetadas pelo surto. Podem ter sido a origem dele também, já que uma hipótese é que o patógeno tenha surgido nos EUA. Todos os continentes foram afetados e, em alguns locais, comunidades inteiras foram dizimadas.

Houve três ondas da gripe entre 1918 e 1919. Pelo menos na Europa e nos EUA, as principais vítimas foram adultos jovens e há controvérsia do porquê disso. Uma possibilidade é de que seus sistemas imunológicos reagiam tão exageradamente ao vírus que acabavam por matar o próprio hospedeiro (DAVIS, 2020).

É sabido que acampamentos militares e trincheiras da guerra forneceram condições privilegiadas para a disseminação do vírus pelas condições sanitárias e de higiene. No começo de 1918, os jovens soldados foram as principais vítimas e, depois que a doença se espalhou mundialmente, em meados do mesmo ano, sua letalidade foi ampliada para outras camadas da população. Estimativas dão conta de que houve entre 1918 e 1919 até 40 milhões de mortes 1. Para se ter a dimensão disso, na guerra contaram-se 9 milhões e 200 mil vítimas.

Apesar do nome, o país que mais sofreu com a pandemia não foi a Espanha. Nem sequer se localizava na Europa ou América do Norte. Como assinala Mike Davis (2020):

“Raramente se leva em conta que 60% da mortalidade global (e isso representa ao menos 20 milhões de mortes) ocorreu no Punjabi, em Bombaim, e em outras partes da Índia Ocidental onde exportações de grão para a Inglaterra e práticas brutais de requisição coincidiram com uma seca generalizada. A escassez de alimentos decorrente disso levou milhões de pobres à beira da fome. Essas populações tornaram-se vítimas de uma sinistra sinergia entre subnutrição, que suprimia sua resposta imune à infecção, e surtos desenfreados de pneumonias virais e bacterianas. Em outro caso semelhante, o Iraque sob ocupação inglesa, tendo passado por muitos anos de seca, cólera e escassez alimentar, além de um surto generalizado de malária, pré-condicionou a morte de, estima-se, um quinto da população” (DAVIS, 2020).

No Brasil estima-se que 65% da população contraiu a gripe. A doença



chegou em um navio inglês, o Demerara. Passageiros acometidos pelo H1N1 foram ficando em Recife, Salvador e, finalmente, o Rio de Janeiro.

A capital da República oferecia excelentes condições de propagação da doença, posto que era para os padrões da época, uma grande aglomeração urbana: entre outubro e dezembro de 1918, contabilizaram-se 14.348 mortes. Em São Paulo, outra grande cidade, no mesmo intervalo foram notificados 12 mil óbitos pela gripe.

“O número total de casos foi estimado em 350 mil o que corresponderia a 2/3 da população paulistana. Em decorrência da epidemia foram suspensas as atividades escolares, fecharam-se os bares e os cinemas, interromperam-se as atividades industriais e comerciais. Embora toda a população tenha sido envolvida no episódio, as maiores taxas de incidência foram observadas nos bairros periféricos e nas áreas centrais onde predominavam os cortiços e a aglomeração humana facilitava o

contágio” (BARATA, 2000).

Os bairros operários do Brás, Mooca e Belenzinho concentraram mais mortes que os bairros centrais da capital paulista. Em determinado momento, faltavam caixões para enterrar os mortos, que eram então sepultados coletivamente apenas enrolados em tecidos.

Vale destacar o papel das autoridades nesse cenário. Em São Paulo, antes de ficar óbvio o tamanho do problema, elas tentaram diminuir sua importância. Depois do fim da pandemia, buscaram relegá-lo ao esquecimento. A preocupação num e noutro caso foi a de manter a imagem de cidade moderna e, por isso, salubre (SOUZA, 2005).

A crise social instalada, junto à incapacidade de resposta do Poder Público, foi um terreno fértil para as curas “milagrosas” receitas por aproveitadores ávidos por lucrar com a situação: cebola, limão, alho e até pinga eram consumidos para combater o mal. Xaropes, pílulas e quinino eram a versão “científica” dessas panaceias populares.

"GAZETA DE NOTÍCIAS"

registra a gripe
espanhola no Rio.
Foto: Reprodução



Passado e presente

Por muitos séculos, a capacidade de combater surtos, epidemias e pandemias esbarrou no escasso conhecimento sobre os agentes causadores, formas de transmissão, modos de prevenir.

Hoje a capacidade técnica de previsão e resposta a situações como essas é imensamente maior que em qualquer outro período da história. Basta lembrar que as cientistas brasileiras levaram apenas 48 horas para sequenciar o genoma do novo coronavírus. Por muitos séculos as pessoas morriam sem saber o porquê.

Quando no século XIV a Peste fez suas primeiras vítimas na China, as notícias chegavam à Europa envoltas em todas as incompreensões que vimos acima.

Em 2020, a equipe de cientistas brasileiras integra um centro de monitoramento com o Reino Unido, cujo objetivo é acompanhar a evolução de epidemias em tempo real, bem como propor aos governos medidas para mitigar seu avanço.

As pessoas comuns em todo o mundo podem conhecer simultaneamente medidas básicas de prevenção de infecções.

De onde quer que se olhe, do ponto de vista científico e técnico, temos hoje um potencial inédito na História para diminuir os custos humanos das pandemias. Contudo, a divisão em classes sociais segue demarcando diferenças profundas no acesso à saúde.

A prioridade das gigantes da indústria farmacêutica não é a pesquisa e desenvolvimento de métodos de prevenção e remédios para doenças infecciosas dos trabalhadores pobres. Nos EUA, já foi considerado o mais lucrativo e campeão em lobby. Como recorda CARNEIRO (2008) em comentário sobre o estudo de Davis da gripe aviária:

“*Vacinas e antibióticos são remédios menos lucrativos, a da gripe então é muito pouco apreciada pela indústria, pois são difíceis de produzir, ficam obsoletos e sofrem flutuações de demanda. Os melhores remédios para a indústria não são para doenças infecciosas, presentes sobretudo nos países pobres, mas para doenças crônicas como problemas cardíacos, câncer, diabetes, hipertensão e os destinados para melhorar o humor e o “estilo de vida” como o Viagra e os antidepressivos.*”

A isso se somam sistemas públicos de saúde em frangalhos para a maioria das pessoas, junto do atendimento privado para quem pode pagar por ele. O exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS) em nosso país é emblemático, tanto quanto o crescimento dos planos de saúde aqui.

As periferias dos maiores centros urbanos onde se amontoam famílias pobres são ambientes que favorecem a disseminação de moléstias respiratórias e outras. Tal situação pode ser especialmente dramática em países periféricos, onde se soma o escasso saneamento básico.

Outro aspecto da questão são as evidências de que a forma como está organizada a criação de aves, suínos e bovinos, bem como o avanço predató-

**JAQUELINE
GOES DE JESUS**
uma das
pesquisadoras
que lideraram o
sequenciamento
do genoma do
coronavírus



rio sobre áreas de floresta pouco exploradas, estão fortemente associados com o surgimento de novas variedades de vírus e bactérias.

Somadas aos dejetos que geram, à proximidade com grandes aglomera-

ções e à enorme mobilidade humana, compõe um coquetel explosivo que, como previsto por estudiosos e agências governamentais, poderiam originar novas pandemias como a que vivemos agora.

Que futuro?

Em 29 de dezembro de 2019, quatro trabalhadores chineses de uma mesma feira livre deram entrada no hospital em Wuhan com um tipo de pneumonia de origem não identificada.

A maioria de nós não imaginava que em poucos meses partes significativas da população mundial estaria confinada nas próprias casas para retardar o avanço de um novo vírus da família corona. Depois da pandemia

instalada, foi ficando claro que houve negligência e omissões por parte de governos em todo o mundo.

É preciso que as classes trabalhadoras tirem conclusões desses fatos. Não só porque no passado recente foram as mais afetadas em episódios semelhantes. Mas também porque o futuro depende da firme decisão de subverter a lógica social em que a morte de milhões segue aparecendo como um mero fato natural. ■

REFERÊNCIAS

Peste: ameaça silenciosa e problema de saúde pública mundial. Sociedade brasileira de Medicina Tropical, 2020. Disponível em: <https://www.sbm-t.org.br/portal/peste-ameaca-silenciosa-e-problema-de-saude-publica-mundial/>

BARATA, Rita Barradas. Cem anos de endemias e epidemias. Ciência e Saúde Coletiva, 5(2):333-245, 2000. São Paulo.

CARNEIRO, H. Resenha de: DAVIS, Mike. Cidades mortas. Rio de Janeiro: Record, 2007; Planeta favela. São Paulo: Boitempo, 2006; O monstro bate à nossa porta: a ameaça global da gripe aviária. Rio de Janeiro: Record, 2006. In: Revista Outubro, n. 17. Boitempo: São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.boitempo.com/publicacoes_impressao.php?isbn=85-7559-087-1&veiculo=Revista%20Outubro-n.17

DAVIS, M. O coronavírus e a luta de classes: o monstro bate à nossa porta. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/16/mike-davis-o-coronavirus-e-a-luta-de-classes-o-monstro-bate-a-nossa-porta/>

DAVIS, M. Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo.

Rio de Janeiro: Record, 2002.

GURGEL, C. B. F. M. 1918: a gripe espanhola desvendada?. Revista Brasileira de Clínica Médica, 11(4): 1-6, 2013. São Paulo.

HOWARD, J. Plague, explained. National Geographic. 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/science/health-and-human-body/human-diseases/the-plague/>

QUEIROZ, R. (2004). As epidemias como fenômenos sociais totais: o surto de gripe espanhola em São Paulo (1918). Revista USP, (63), 64-73.

ROCHA, Juliana. Pandemia de gripe de 1918. Fiocruz, s/d.. Disponível em: <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=815&sid=7>

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. As dimensões político-sociais de uma epidemia: a paulicéia desvairada pela gripe espanhola. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 567-573, Aug. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000200023

É o coronavírus o real inimigo que nos ameaça?

Escrito por
**GUSTAVO
MACHADO**



Poucas vezes nas últimas décadas, em um período de pouco mais de dois meses, todos os indivíduos se depararam, de uma só vez, com toda irracionalidade e soma de absurdos que caracteriza o tipo de sociedade que vivemos: a sociedade capitalista. Uma sociedade que não é regulada conscientemente por ninguém. Uma sociedade em que a produção, distribuição e consumo de toda riqueza produzida é alocada por algo impessoal: o mercado. Toda esta irracionalidade foi provocada por um vírus, um micro-organismo agora denominado SARS-CoV-2, pertencente a uma família mais ampla chamada de coronavírus.

É importante colocar cada peça em seu lugar, para termos uma ideia do problema que nos ameaça. E esse problema é muito maior do que o atual vírus.

Esta não foi a primeira epidemia que surgiu no planeta e, com toda certeza, não será a última. Ao longo da história humana, inúmeras novas doenças surgiram, causando danos generalizados, por vezes com morte de um setor expressivo das diversas populações. Isto não ocorre por vingança divina, mas por um processo totalmente natural. Vírus, bactérias e outros micro-organismos causadores de doenças sofrem mutações que alteram suas características. Tais mutações, por vezes, impedem que eles sejam reconheci-

dos pelo nosso sistema imunológico e se espalham de pessoa para pessoa com extrema velocidade, a depender da forma de contágio.

Nesse momento o leitor pode perguntar: se não é possível evitar o surgimento de novos vírus e bactérias,

que cargas d'água isto tem que ver com a sociedade capitalista? O ponto não é tanto impedir o surgimento de novas doenças, mas as formas e meios de combatê-las. E é aí que esta forma de sociedade mostra sua dinâmica enlouquecida.

O mundo capitalista diante do coronavírus

Em formas sociais antigas, regra geral, a produção era suficiente apenas para as pessoas sobreviverem. E sobreviverem muito mal. Quaisquer alterações climáticas, epidemias, guerras geravam de imediato fome e mortes generalizadas. Hoje, no entanto, é muito diferente. As capacidades produtivas humanas foram multiplicadas de modo espantoso. Para se ter uma ideia, uma indústria de ponta do setor automobilístico como a Hyundai produz uma média de 70 veículos por trabalhador ¹. Nos anos de 1970, a produtividade média das grandes montadoras

do mundo não chegava sequer a 10 veículos por trabalhador. Tudo isso, reproduz-se em todas áreas: agricultura, pecuária, indústria de transformação. Todos os setores viram, continuamente no último século, sua produtividade se multiplicar em ritmo muito mais acelerado que a população. Podemos ter uma ideia desse processo, tomando a produtividade física da indústria brasileira que, por problemas estruturais do país, está longe de ser a que teve as evoluções mais alargadas nos últimos tempos (gráfico 2.1).

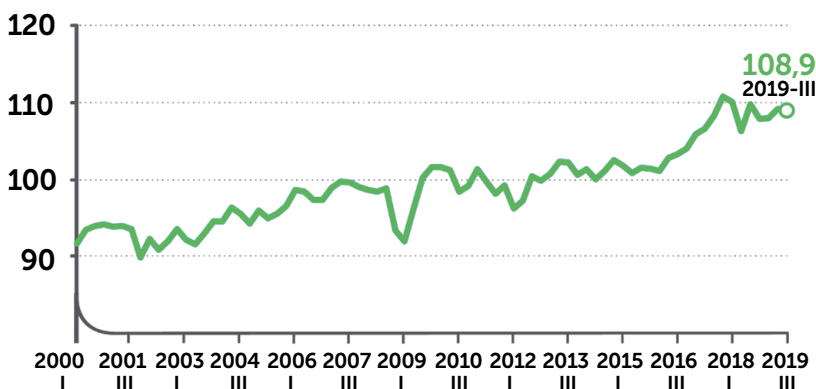
Tomando unicamente esses elementos como referência qual seria a tendência esperada para a vida da maioria das pessoas? Ora, é evidente. Produtividade significa mais produtos com menos tempo de trabalho. Uma mesma massa constante de pessoas produz cada vez mais riquezas. Se isto é assim, era de se esperar que as pessoas trabalhassem cada vez menos e, mesmo assim, recebessem cada vez mais riqueza social na medida de suas necessidades cada vez mais ampliadas historicamente. No entanto, entre a produção e as pessoas, existe uma forma de organização social: o capital e o capitalismo. Aí reside todo o problema que, como veremos, está estreitamente entrelaçado à nossa capacidade de combater epidemias como a provocada pelo coronavírus.

Esse sistema não é regido pelas ne-

¹ Relatórios anuais da Hyundai

2.1 Produtividade do trabalho trimestral, Indústria de transformação brasileira

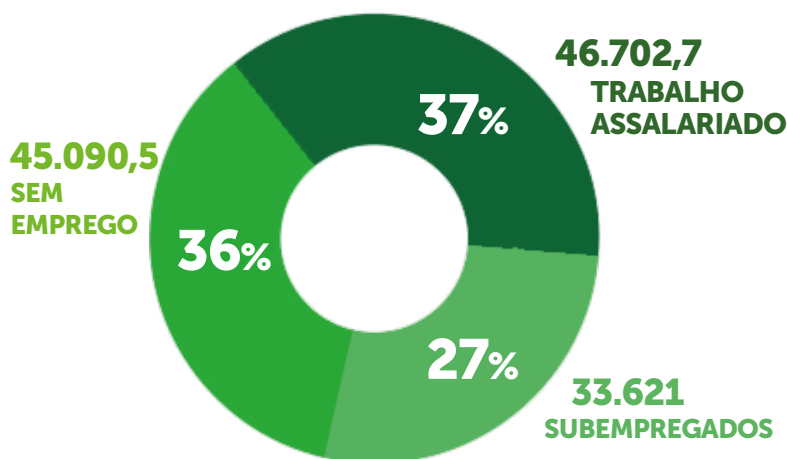
Sem efeito sazonal - Índice, base: média de 2010=100



Fonte e Elaboração: CNI

2.2 Empregados, subempregados e sem empregos - 2018

(em mil pessoas)



Fonte: SPC Brasil, DATAPREV, CNIS, IBGE, RAIS.

Elaboração: ILAESE

cessidades das pessoas. A tal ponto que o capitalismo pode se dar ao “luxo” de deixar dezenas de milhões de pessoas fora do mercado de trabalho, sem que falte mercadorias: alimentos, eletroeletrônicos, automóveis etc. Quem regula e distribui, no entanto, toda esta produção? Aí entra a questão: ninguém em particular e, indiretamente, todos por meio do mercado.

O mercado é um mecanismo impessoal de distribuição de produtos, ou seja, nenhuma pessoa ou grupos de pessoas o controla. O controle vem de fora, como que imposto por um “deus”. Uma multidão de mercadorias são lançadas no mercado, se não forem vendidas no tempo esperado, cada unidade produtiva recebe um “sinal divino” de que deve reduzir sua produção. Caso forem vendidas em um período mais rápido que o esperado, isto é, em uma velocidade maior do que a capacidade de renovar toda a produção, o sinal emitido pelo mercado diz que a produ-

ção deve crescer. Isto significa que a produção de mercadorias aloca sempre o mínimo de recursos necessários e os estoques são apenas pequenas reservas para garantir a circulação.

Tudo isso que falamos se aplica também aos trabalhadores. Aqueles que produzem toda essa multidão de mercadorias. Eles são jogados para dentro e para fora das unidades de trabalho, conforme os desígnios do “deus” mercado. Os sistemas públicos de saúde, quando existem, são feitos unicamente para atender essas reservas mínimas impostas pelo mercado: permitir que, em situações normais, os trabalhadores vendedores de sua força de trabalho possam continuar a fazê-lo. O Brasil é um exemplo elucidativo nesse sentido. Tomemos como exemplo os dados apresentados no Anuário Estatístico do ILAESE de 2019, entre a proporção, com relação trabalhadores ativos, entre pessoas com emprego, desempregadas e subempregadas (gráfico 2.2).

Fica claro que, sob o capitalismo, toda aquela produtividade alarman-te não serve em absoluto às pessoas. São as pessoas que servem ao mecanismo invisível do mercado. Mais de 45 milhões de pessoas estão sem emprego, sejam desempregadas ou fora do mercado de trabalho. Outras 33,6 milhões estão no subemprego, sem contribuição previdenciária e qualquer garantia. Para cada brasileiro empregado formalmente temos praticamente dois subempregados ou sem emprego algum. Esses 78,7 milhões de pessoas sem emprego ou subempregadas integram o exército industrial de reserva.

A produtividade transforma-se, assim, em uma arma que possibilita retirar pessoas do mercado de trabalho e pressionar os rendimentos daquelas empregadas, já que, lá fora, existe uma multidão disponível para nele ingressar.

Somente aí, temos duas consequên-

cias que se transformam em tragédia diante de uma epidemia como a do coronavírus, cujo combate exige o isolamento:

1. Quase 80 milhões de pessoas depende de atividades informais e, no caso dos sem emprego, em grande parte do auxílio econômico de outros, para sobreviver. Elas estão totalmente desprotegidas e vulneráveis ao isolamento necessário nessas situações.

2. Toda essa massa de pessoas fora do mercado formal de trabalho poderia estar, fosse outra a forma de organização social, trabalhando no período anterior, produzindo e garantindo uma economia mais sólida em termos de reservas, estoques e tudo que daí decorre.

No capitalismo, no entanto, isto é impossível. Todo esse processo segue o curso que favoreça a maior acumulação de capital, a produção de lucros

em alta velocidade. As pessoas, os produtos, as máquinas e indústrias são meros fantoches nesse jogo sinistro.

Estamos de tal forma acostumado com esse mecanismo que não nos damos conta, no cotidiano, de seus absurdos. As mercadorias estão sempre lá: nos supermercados, lojas, concessionárias. Basta eu ter dinheiro para comprar. E para ter dinheiro, basta trabalhar. E para trabalhar? Ora, voltamos ao começo: o mercado. Não importa por onde comece, chegará de novo ao mesmo lugar: o mercado, o mercado, o mercado...

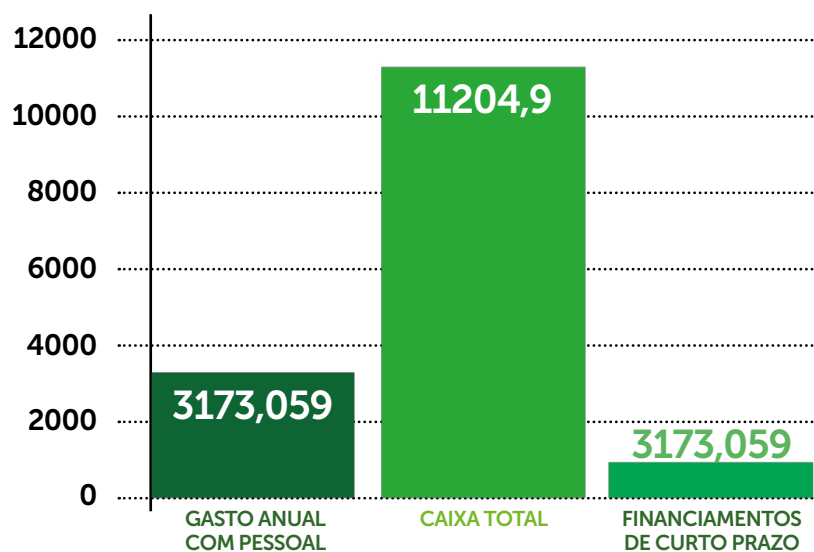
Mas o que pode fazer o mercado, o regulador universal da sociedade capitalista, contra o novo coronavírus? A resposta invariavelmente será: deixai queimar, deixai morrer; a economia não pode parar. As mercadorias precisam circular. Isto é assim porque a única realidade que o mercado reconhece é aquela da acumulação de capital, produzida pelo seu movimento eterno.

Pouco interessa que, no período anterior, se acumulou fortunas. Essas fortunas, para uma empresa capitalista, tem apenas dois objetivos: ser reinvestida e produzir uma taxa de lucro no mínimo igual a média dos anos anteriores. Tomemos como exemplo o caixa da EMBRAER segundo seus relatórios mais recentes, ou como se diz tecnicamente: a liquidez da empresa. A liquidez indica a quantidade de recursos em espécie que permite à empresa liquidar os seus compromissos financeiros os mais diversos. Para termos uma ideia, apresentamos no gráfico 2.3, o caixa da empresa; o gasto anual com a remuneração dos trabalhadores e; o financiamento de curto prazo.

A EMBRAER terminou o ano de 2019 com 11,209 bilhões de reais em caixa. Ao mesmo tempo, a dívida da empresa está totalmente sob controle. Os financiamentos de curto prazo não chegam a 1 bilhão de reais. Considerando os valores consolidados

2.3 Caixa da Embraer, Gasto com Pessoal e Financiamentos de curto prazo

(em milhões de reais)



Fonte: Relatórios anual de 2019 e do 4T.
Elaboração: ILAESE

ao fim de 2019, o caixa da empresa poderia arcar com o salário de todos os seus funcionários por 3,5 anos. Isto, mesmo considerando, como vimos, que a maior parte da população sequer tem emprego formal e, fosse outra a situação, tanto em termos de consumo como de produção poderíamos ter volumes ainda mais alargados.

Mas para os acionistas da empresa, tudo isso não significa nada. Essa liquidez não serve para atender as

necessidades dos seus trabalhadores, mesmo em uma situação extrema como a verificada atualmente. Ela serve, unicamente, para atender as demandas do capital, suas contingências e imprevistos em uma divisão social do trabalho que não é planejada por ninguém. É por esse motivo que quando algo de fora é inserido no interior dessa trama, todo problema vem à tona. Principalmente quando esse algo exige planejamento consciente, poder de previsão e prevenção.

Uma dinâmica enlouquecida

No caso do atual coronavírus, como sabemos, a única saída, nesse momento, é parar provisoriamente, pela força, o mercado. Fechar escolas. Suspender eventos. Suspender o transporte público. Se não houver outro jeito, paralisar as fábricas e assim por diante. Todas essas medidas são, sem dúvida alguma, necessárias para desacelerar o surto que cresce a uma velocidade enorme. Mas no capitalismo, quais são as consequências dessas ações?

Tendo que desacelerar, temporariamente, a atuação do único deus que o capitalismo reconhece: o mercado; todo o resto entra em colapso. As mercadorias, de início aquelas diretamente associadas a prevenção da doença, desaparecem em questão de dias das prateleiras. Não há dinheiro algum que possa comprá-las. O dinheiro perde o seu poder aparentemente mágico. As fábricas e o transporte paralisados começam a ameaçar circulação dos produtos que envolvem as necessidades básicas. Tudo que é sólido se desmancha no ar. Essa paralisação ou desaceleração temporária do mercado não pode continuar por muito tempo, ao menos que todo esse sistema maluco seja derrubado. Acumular, acumular,

acumular. É única lei que reconhece o capital.

Sobretudo porque o capital é uma entidade social que se caracteriza pelo seu movimento contínuo, pela reposição constante de seus pressupostos. O capital odeia o repouso. Os diversos capitais individuais apenas se ligam entre si na esfera da circulação, quando seu produto adquire forma social. Por esse motivo, qualquer acidente inesperado nesta esfera põe em desespero e crise todo processo de produção. A alma desesperada e frenética do capitalista individual reflete nada mais que a ausência desesperada de planejamento social na esfera da circulação. Tudo isso torna-se ainda mais crítico com a crise atual do capitalismo mundial.

Tal crise, apesar de esboços tímidos de recuperação, volta a assombrar em doses máximas a humanidade. Isso ficou evidente com os vários picos negativos das bolsas de valores. No fundo, as bolsas nada mais fazem do que revelar a capacidade do capital de continuar a circular, de continuar a se movimentar e, assim, valorizar seu montante anterior; associadas as expectativas futuras que existem a esse

respeito. Ilustramos abaixo com os índices de composição da bolsa de valores de Nova York (gráfico 2.4).

Não sem razão, temos uma valorização desenfreada do dólar, a moeda tida como a mais estável do planeta, unidade de conta das balanças comer-

ciais de vários países, já que é a moeda nacional da maior potência imperialista do mundo, os Estados Unidos. O mais interessante, no entanto, é que muitos capitalistas se refugiam em outra esfera mais palpável: o ouro, a mercadoria universal, o dinheiro que nem as traças e a ferrugem corrompem. A cotação do ouro atinge assim, como indicamos no gráfico 2.5, as mais elevadas cotações em muitos anos.

E não é que a pandemia, atualmente em curso, seja de todo imprevisível. Já faz tempo que pesquisadores e a OMS alertam para essa possibilidade. Entre as listas de perigos em potencial era incluído, faz alguns anos, os coronavírus de morcegos. No capitalismo, todavia, de nada adianta os avanços técnicos que a humanidade levou milênios para acumular, se esses não tem o potencial de produzir retornos no curto prazo. Os estoques de produtos dos mais variáveis tipos, por isso, devem ser capazes unicamente de responder a variação de demanda de mercado. Qualquer planejamento visando fenômenos mais amplos é, para o capitalismo, para acumulação de capital, contraproducente.

Não sem razão, governos como o de Bolsonaro, Trump, Boris Johnson e outros tantos, responsáveis por controlar aquilo que, na verdade, eles não tem controle algum, entram em uma crise de dupla personalidade. É preciso combater o coronavírus, dizem. Mas não podemos parar a economia, dizem logo em seguida. No entanto, para combater o coronavírus é necessário parar a economia. O que fazer? Resta tomar algumas medidas “possíveis” e, ao fim e ao cabo, voltar a se curvar diante do mercado. “Perdoe os meus pecados, vamos compensar autorizando a flexibilização da jornada dos trabalhadores, os mecanismos de sua demissão e injetando recursos públicos nas empresas atingidas”, dizem!

2.4 Índices de composição da bolsa de valores de Nova York



Fonte: NYSE

2.5 Cotação do ouro



Fonte: GUIAINVEST

Coronavírus não ameaça o capitalismo, mas pode fazer de nossa vida um inferno

“
Os EUA podem evitar uma recessão se houver impacto global na economia

LARRY KUDLOW, deixando clara a mensagem de que pelo fato dos Estados Unidos serem a potência capitalista mais bem situada no mercado internacional é capaz de tirar proveito e absorver os danos das empresas e economias frágeis

O coronavírus não ameaça em absolutamente nada o capitalismo. Milhares poderão morrer pela ausência de atendimento, outros tantos pelo contágio que se alastra de forma desenfreada em um tipo de sociedade que não admite planejamento algum, exceto aquele imposto anarquicamente pelo mercado. Empresas sofrerão o impacto e poderão falir, outras irão emergir em seu lugar. Novas fatias de capital serão acumuladas sobre o túmulo da destruição provocada, como será certamente o caso das vacinas. Países que sofreram primeiramente os surtos acumularão capital vendendo para aqueles que sofreram em seguida. E assim por diante. Em resumo, uma fatia minúscula da população irá se beneficiar e acumular fatias gigantescas de capital com todo esse processo.

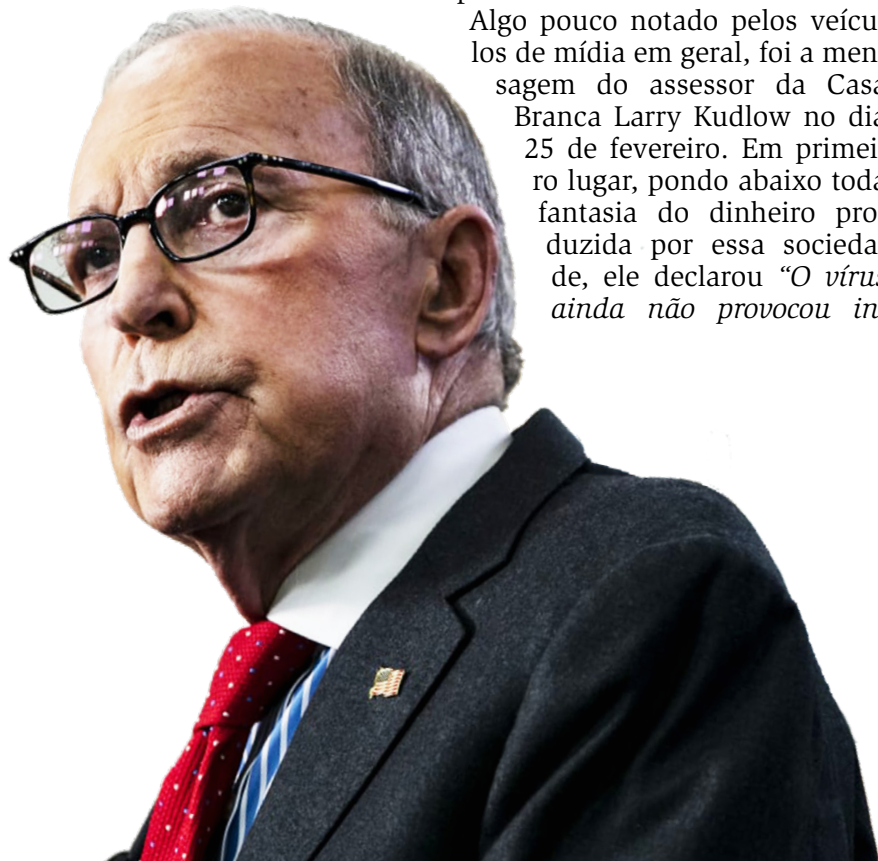
Algo pouco notado pelos veículos de mídia em geral, foi a mensagem do assessor da Casa Branca Larry Kudlow no dia 25 de fevereiro. Em primeiro lugar, pondo abaixo toda fantasia do dinheiro produzida por essa sociedade, ele declarou “O vírus ainda não provocou in-

terrupções em fornecimento da cadeia produtiva do país. Os Estados Unidos podem lidar com problema de suprimentos quando chegar a hora”. Como se vê, são as interrupções na cadeia produtiva o principal obstáculo. Mas o que realmente interessa foi seu comentário subsequente. Ao ser questionado a respeito dos impactos na economia global, Kudlow respondeu: “os EUA podem evitar uma recessão se houver impacto global na economia”.

A mensagem é clara. Não importa a magnitude dos danos humanos, os Estados Unidos é a potência capitalista mais bem situada no mercado internacional para tirar proveito e absorver os danos das empresas e economias frágeis demais para suportar o impacto. Desde que, é claro, “se houver impacto global na economia”. Como hoje a pandemia é uma realidade, o que importa é que impacte com igual intensidade todo o mundo.

Mas para os trabalhadores e mesmo os pequenos proprietários não há nada a colher. A OIT já estima 25 milhões de empregos perdidos, afóra os impactos diretos da própria doença. O mercado, contudo, segue seu curso indiferente, solene e majestoso.

E poderia ser ainda pior. Apesar de se expandir em uma velocidade surpreendentemente rápida, a letalidade do coronavírus é relativamente baixa. Ao menos se comparado com outras epidemias anteriores como da varíola, tuberculose ou ebola. Outras muito mais nocivas poderão surgir no futuro. E é aí que o novo coronavírus traz uma lição fundamental. Escancara aos olhos de todos a irracionalidade do sistema capitalista, a impossibilidade



desse utilizar de modo eficaz as conquistas técnicas e científicas em favor das necessidades humanas. Coloca, aos olhos de todos, que para a classe trabalhadora interessa unicamente destruir essa forma de organização social e em seu lugar construir uma sociedade em que os trabalhadores sejam os responsáveis não apenas pela produção de toda riqueza, mas também de sua distribuição.

E é essa transformação, que possibilita relações sociais transparentes e cristalinas para todos que dela participam, o que chamamos socialismo. Não é produto de um salvador da pátria que por meio do Estado quer

controlar um mercado incontrolável. É produto de uma classe que destrói esse Estado, constitui um outro formado por seus organismos e expropria aquela fatia minúscula de capitalistas que se beneficiam de catástrofes como as do coronavírus. Somente assim é possível planejar o uso dos recursos e capacidades disponíveis em função das necessidades de todos e em função das contingências naturais que nós não podemos evitar, mas podemos minimamente prever e nos preparar. Isso é possível, mas não nessa forma de sociedade que se move em função unicamente das formas transloucadas do capital. ■

Itália, Espanha e Reino Unido: 3 dimensões de um mesmo problema

Escrito por
ÉRIKA ANDREASSY

A Itália no contexto da pandemia

No dia 29 de fevereiro, quando a Itália recém iniciava sua rápida e ascendente curva de contaminações pelo coronavírus —nesse dia o país atingiria a marca de 1.000 casos e 29 mortes— o deputado do partido Itália Viva, Luigi Marattin, durante uma participação no programa Coffee Break do canal de TV La7, disparou *“O Fundo Nacional de Saúde sempre cresceu nos últimos 20 anos, só teve estabilidade em 2012 ou 2013”*. Dias depois, por meio do Twitter tentou demonstrar como *“os custos com saúde aumentaram significativamente de 2001 a hoje: na área da saúde, passou de 71,3 bilhões para 114,5 (e cresceu 7 bilhões nos últimos 7 anos).”* E arrematou: *“Sempre use esse método para distinguir pessoas sérias daquelas que não são: observe os dados. Deixe o resto para quem faz o show, não para a política”*.

De fato, em valores absolutos houve um crescimento do gasto público italiano em saúde no período, mas em termos de expansão ou corte, gasto absoluto não significa absolutamente nada, sobretudo se consideramos fatores demográficos como o aumento e envelhecimento da população, o que sem dúvida leva a uma maior demanda por serviços de saúde. Mas não se trata só disso, comparando o aumento da despesa nominal com o aumento do PIB no mesmo período, mais inflação —transformando assim despesa nominal em despesa real—, resulta que o gasto per capita não só não aumentou como caiu drasticamente.

O próprio Gabinete de Orçamento Parlamentar da Itália admite cortes significativos no financiamento e redução de recursos reais alocados à saúde [...] em relação às políticas de consolida-



SUCESSIVOS CORTES NA SAÚDE DA ITÁLIA

levaram a uma diminuição do número de hospitais, de leitos (incluindo leitos para casos graves) e de profissionais da saúde, o que agravou muito a crise relacionada ao coronavírus

ção fiscal. Somente entre 2010 e 2013, o gasto médio por pessoa na operação do Serviço Nacional de Saúde caiu de US \$ 2.500 para US \$ 2.250.

Outro relatório, elaborado pela Fundação Gimbe, conclui que entre 2010-2019, o financiamento do Serviço Nacional de Saúde, sofreu um corte de aproximadamente 37 bilhões de euros, isso porque em termos absolutos, o financiamento público em 10 anos aumentou 8,8 bilhões, crescendo em média 0,9% ao ano, mas a uma taxa inferior à da inflação média anual que foi de 1,07%.

Os efeitos concretos delinearam uma imagem dramática. O número de hospitais, diminuiu de 1.165 em 2010 para 1.000 em 2017, sendo 518 públicas e 482

privadas. O número de leitos per capita sofreu uma redução de cerca de 30% no mesmo período. Os leitos para cuidados de casos agudos, que englobam os de UTI, caíram de mais de 900 leitos por 100 mil habitantes no início dos anos 80 para 275 em 2013. Um exemplo emblemático é da região do Lácio, onde 16 instalações hospitalares foram fechadas entre 2011 e 2017, restando algo como apenas 10 leitos de terapia intensiva por 100.000 habitantes. No total, estima-se que antes do início da pandemia, o número de leitos públicos e privados, destinados à terapia intensiva era em torno de 5.100, aproximadamente 8,42 por 100.000 habitantes.

Mas não é só isso. A Itália também sofre com a falta de profissionais de saúde. Para se ter uma ideia, a diminuição de médicos no sistema público de saúde entre 2008 e 2017 foi de 6%, sendo que em algumas regiões a queda foi de até 18% devido a “necessidades orçamentárias”, ainda assim a Itália permanece acima da média europeia em número de médicos (4 médicos por 1.000 habitantes contra 3,6). Entre as enfermeiras a redução foi um pouco menor (4%), mas isso nem de longe significa que a situação seja melhor, sem bem a sangria de enfermeiras tenha sido mais leve isso só se deve ao fato de que a proporção de enfermeiras por número de habitantes já é bastante limitado, os números não resistem à comparação, são 5,6 enfermeiros por 1.000 habitantes, bem longe da média europeia de 8,4.

A crise espanhola

As sequelas da crise econômica mundial de 2008 manifestaram-se com especial dureza na Espanha. Fortemente atingido pela crise, o governo respondeu com virulentas medidas de

austeridade fiscal impostos pela “troika” (Comissão Europeia o Banco Central Europeu e o FMI), com importantes cortes de gastos públicos, que se converteram nos grandes protagonistas das



TRABALHADOR
da saúde em
Leganés, situada
na província de
Madrid.

respostas políticas à crise, especialmente a saúde.

Entre 2010 e 2012 o orçamento médio per capita do Sistema Nacional de Saúde (SNS) espanhol caiu 10,4%, de US \$ 1.343 para US \$ 1.203. Mas o maior golpe se deu a partir do Real Decreto Lei n.º 16 de 2012 que operou mudanças drásticas: impôs cortes de 7 bilhões de euros ao SNS, definiu mudança legal na cobertura populacional, excluindo imigrantes ilegais, alterou a carteira comum de serviços, ampliou a co-participação e incorporou mudanças na regulação da assistência farmacêutica.

A redução de gastos se produziu sobretudo por meio de cortes no pessoal (redução e congelamento de salários, aumento da jornada e não substituição) e na assistência farmacêutica (dados aumentos no co-participação e novas regras para uso racional). Mas ainda que a desculpa tenha sido realizar cortes orçamentários, a principal mudança foi legislativa, com a alteração na cobertu-

ra populacional deslocando o direito à saúde do âmbito da “cidadania” para o âmbito dos “segurados”, o que na prática representou o fim da universalidade da assistência.

O dismantelamento do sistema público, evidentemente, criou amplas oportunidades de negócio para o setor privado de seguradoras de saúde. Em algumas comunidades autônomas, como a de Madri e Valência, por exemplo, um agressivo programa privatizador passou a avançar sobre os novos hospitais, por meio de concessões administrativas ou cooperativas. Outro espaço para a iniciativa privada vem se dando pela diminuição de alguns serviços que até então eram públicos e gratuitos, como transporte sanitário não urgente, próteses, insumos para exames de diagnóstico e outros produtos similares. Uma ampla relação de medicamentos também vem sendo retirados da cobertura pública.

Outras medidas que estão minando a qualidade dos serviços públicos são os cortes massivos nos salários dos médicos, enfermeiros e demais trabalhadores, cortes esses acompanhados ainda por aumento da jornada de trabalho, com limitação de dias livres (equivalentes às férias). Naturalmente, o descontentamento é geral, o que desfavorece o ambiente de trabalho, tanto na atenção primária como nos hospitais. É importante considerar também que a remuneração dos médicos espanhóis é menor que a de colegas dos países europeus próximos, o que tem produzindo a emigração de profissionais espanhóis para outros países.

Xequê-Mate

Com um déficit de 43 mil enfermeiros e uma queda de 25%, no número de estudantes de enfermagem –o que representa 13 mil profissionais a menos dentre os potencialmente formados

nos próximos anos–, os enfermeiros se transformaram num dos principais temas do debate eleitoral de setembro passado no Reino Unido. Não é pra menos, segundo a imprensa britânica a fal-

NO REINO UNIDO
a falta de
enfermeiros
chegou a ser tema
do debate eleitoral
em setembro do
ano passado

ta de profissionais de saúde e de equipamentos é tão rotineira, que a espera para tomar analgésicos ou antibióticos pode chegar a 8 horas por falta de enfermeiros que os administrem.

No total, faltam 100 mil profissionais no sistema médico britânico, ou seja, 1 em cada 12 vagas está aberta. O número seria suficiente para operar 10 hospitais. É a face mais aguda da crise por que passa o sistema de saúde público do Reino Unido (NHS), que também sofre com a falta de leitos e equipamentos. O número de leitos nos hospitais do NHS e em outras instalações caiu de 144.455 em abril a junho de 2010 para 129.992 em janeiro a março de 2018 - um corte de 14.463 ou 10% do total. O próprio executivo-chefe do NHS, Simon Stevens, declarou no ano passado, que a política de cortes havia ido longe demais e que os

leitos hospitalares ficaram “excessivamente pressurizados” como resultado de anos de fechamento.

Esse é o retrato de anos de desinvestimento na saúde pública britânica. Se durante o governo dos trabalhistas se delineava uma tendência cada vez maior à privatização, em 2010, com o novo governo liderado pela coalizão conservadora liberal, deu-se início a uma reforma do NHS –regulada em 2012, pela Lei de Saúde e Assistência Social–, que estabeleceu, entre outras coisas, uma importante política de cortes na saúde (20 bilhões de libras em cinco anos) e acentuou tendências anteriores de privatização de serviços e de introdução de maior competição ao interior do NHS com reorganização das relações entre financiamento/compra e prestação, e ampliação de funções das agências reguladoras.

Ainda que não tenha significado uma diminuição direta no conjunto de serviços prestado à população, os cortes fortaleceram medidas implícitas de racionamento com priorização de determinadas ações e maior controle para a entrada de outras no catálogo de serviços. A abertura para a iniciativa privada se deu por meio da implementação de novas formas de gestão, sendo que os hospitais públicos se transformaram em Foundation Trust com maior autonomia e possibilidade de captação recursos privados, por meio de parcerias público-privada e terceirização da gestão hospitalar.

Os resultados, contudo, são bastante duvidosos. A estimativa é que o NHS precisaria de pelo menos 4 bilhões de libras de orçamento de capital por ano, para construir novas instalações (43% dos edifícios do NHS têm mais de 30 anos e 18% são anteriores à fundação do NHS em 1948), comprar equipamentos como scanners, melhorar sistemas de TI antiquados e enfrentar um crescente estoque de manutenção urgente trabalhos. ■



REFERÊNCIAS

I tagli alla sanità ci sono stati, oppure no? Pagella Politica, 4 marzo 2020. Disponível em <https://pagellapolitica.it/blog/show/627/i-tagli-alla-sanit%C3%A0-ci-sono-stati-oppure-no>. Acessado em 2 abr. 2020.

ITALIA. Ufficio Parlamentare di Bilancio. Lo stato della sanità in Italia. Focus Temático, nº 6, 2 dicembre 2019. Disponível em http://www.upbilancio.it/wp-content/uploads/2019/12/Focus_6_2019-sanit%C3%A0.pdf. Acessado em 2 abr. 2020.

Report Osservatorio GIMBE n. 7/2019. Il defianziamento 2010-2019 del Servizio Sanitario Nazionale. Fondazione GIMBE: Bologna, settembre 2019. Disponível em https://www.gimbe.org/osservatorio/Report_Osservatorio_GIMBE_2019.07_Definanziamento_SSN.pdf. Acesso em 2 abr. 2020.

BORGES, Fabiano Tonaco; FERNANDEZ, Luís Andres López; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Políticas de austeridade fiscal: tentativa de desmantelamento do Sistema Nacional de Saúde da Espanha e resistência cidadã. Saude soc., São Paulo, v. 27, n. 3, p. 715-728, Sept. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000300715&lng=en&nrm=iso. Acessado em 2 abr. 2020.

d=S0104-12902018000300715&lng=en&nrm=iso. Acessado em 2 abr. 2020.

GIOVANELLA, Lígia; STEGMULLER, Klaus. Crise financeira europeia e sistemas de saúde: universalidade ameaçada? Tendências das reformas de saúde na Alemanha, Reino Unido e Espanha. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 30, n. 11, p. 2263-2281, Nov. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2014001102263&lng=en&nrm=iso. Acessado em 2 Apr. 2020.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Crise dos enfermeiros marca debate eleitoral sobre 'SUS do Reino Unido'. Folha de S. Paulo. Mundo, 9 dez. 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/crise-dos-enfermeiros-marca-debate-eleitoral-sobre-sus-do-reino-unido.shtml>. Acessado em 2 abr. 2020.

CAMPBELL, Denis. Hospital bed cutbacks have gone too far, NHS England boss says. The Guardian. 19 jun. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2019/jun/19/hospital-bed-cutbacks-have-gone-too-far-nhs-england-boss-simon-stevens-says>. Acessado em 2 abr. 2020.

UMA POLÍTICA QUE SE DESMANCHA NO AR:

As alternativas no mundo em meio a pandemia de Covid-19.

Escrito por
ANA GODOI



Nunca antes na história a frase: "Tudo que é sólido se desmancha no ar", fez tanto sentido. A crise econômica que se desenhava no cenário mundial foi catalisada pela disseminação do vírus da Covid-19 e tem feito ruir bolsas e PIB's mundo afora. Mas não é apenas a economia que está a derreter, mas as alternativas políticas que o período anterior produziu, também têm se desfeito no ar. O que nos resta agora é compreender o fenômeno para captar o que nasce ou o que se fortalece em meio ao caos.

A crise que não terminou

Desde 2008-09, o mundo vive os reflexos da grande crise econômica que se abriu, considerada por muitos analistas, tão profunda quanto a Grande Depressão de 29. Ao longo desse período, a classes dominante tentou criar alternativas para sair da crise, mesmo que com pouco êxito. O mundo, até aquele momento, parecia viver um certo equilíbrio, com um crescimento econômico estável, o que garantia a possibilidade de setores distintos da economia participarem dos lucros globais. Isso claro, fazendo uma análise ampla do processo, que se desenvolveu aproximadamente por duas décadas. Sabemos que disputas locais sempre existiram e crises em localidades também ocorreram, como no caso do Brasil. Mas o que estamos chamando a atenção é para o fato de que, nesse período, o capitalismo se desenvolveu de tal forma que, apesar da disputa entre a burguesia mundial, foi possível uma distribuição dos lucros entre setores mais amplos da elite mundial. Isso porque o lucro era de fato muito grande.

O FANTASMA DA CRISE DE 2008

A queda na taxa de lucro aumentou a disputa entre os diversos setores da economia que não queriam perder sua fatia

Com a crise iniciada na primeira década dos anos 2000, a possibilidade desses mesmos setores repartirem os lucros transformou-se. A queda na taxa de lucro aumentou a disputa entre os diversos setores da economia que não queriam perder sua fatia e, obviamente, queriam a oportunidade de abocanhar mais. Desde então, uma disputa acirrada se desenvolve na arena global, com a participação mais proeminente dos países imperialistas, caso dos EUA e as principais potências do bloco europeu, além de também se envolver os países coloniais e semicoloniais. Assim, nos últimos dez anos, novas relações surgiram, ramos econômicos se enfraqueceram e a crise não se fechou efetivamente.

Um dos espectros mais visíveis dessa disputa é o espectro político. Ainda que exista uma crença no fato de que o campo econômico e o campo político precisam ser e são autônomos entre si; em momentos de crise essa crença se dissolve, pois o entrelaçamento da política com a economia fica transparente. Isso porque os momentos de abalo nos fazem ver além das aparências e as formas reais de nossa sociedade se desnudam, mostrando a real cabeça do monstro.

Assim, o cenário mundial viu nascer alternativas políticas que expressam essa disputa entre os setores da economia de forma mais visceral. Se no momento do ápice da crise os esforços políticos se concentraram em estabilizar a economia, como o plano aprovado por Obama para salvar empresas da falência e tentar garantir a retomada do crescimento econômico; o período que se seguiu, com uma certa estabilidade, foi o momento do surgimento de alternativas que respondiam a crise e a situação imposta por



CRESCIMENTO DA ULTRADIREITA EM SETORES TRABALHADORES E MÉDIOS

A crise mundial joga os trabalhadores em condições ainda piores de trabalho e de vida. Alternativas que prometem um fortalecimento nacional, um crescimento dos empregos e melhoria de vida, angaria apoio na classe.

ela ao capitalismo mundial.

Em outras palavras: na tentativa de superar a crise econômica, setores do capitalismo impulsionaram alternativas políticas na esfera da disputa internacional, para conseguirem melhores posições. Ou até mesmo, transformaram-se, eles mesmos, nas alternativas políticas (casos de empresários que se tornaram presidentes, governadores e afins) para melhor expressarem suas necessidades e disputarem em melhores condições os lucros.

Vimos surgir com muita força um discurso nacionalista repaginado, que urra contra o que chama de globalismo e se organiza no espectro do que foi chamado de ultra direita. Na prática, isso não representa mais do que a disputa entre diversos capitais nacionais pelas fatias de valor produzidas globalmente. O que têm se chamado de globalistas, na linguagem dos líderes nacionalistas de plantão, nada mais são do que os grandes capitalistas, os conglomerados internacionais que dominam a maior fatia do mercado. Em tempos de crise econômica, o capital nacional, tem mais dificuldades de se manter frente a esses grandes monopólios.

Um exemplo emblemático é o caso de Trump nos Estados Unidos. Seu discurso e sua política representa diretamente os interesses da indústria nacional

americana que perdeu espaço com a crise e busca se fortalecer dentro do país, por meio do protecionismo econômico, mas que está em constante conflito, por exemplo, com a GM.

Outra faceta mais recente é uma política explicitamente liberal, que busca a desregulamentação do estado, o fim das taxações, para que a indústria local possa conseguir se tornar competitiva, ou em alguns casos, ao menos respirar. Não à toa, dentro da UE, a luta contra o estado de bem-estar social, além do questionamento ao próprio bloco, passou a ser a tônica dos discursos. E aí encontramos o outro lado da moeda de nossa história.

A política de ataque aos trabalhadores é parte intrínseca do que se consolidou no último período. Reformas se generalizaram, inclusive dentro dos países dominantes, visando retirar direitos históricos. Ataques a saúde e educação se aceleraram. A política anti-imigração da Europa e dos EUA é a expressão mais nítida dessa posição. Uma política que fecha fronteiras, deixando milhares de pessoas que buscam saída para suas vidas, à míngua em prisões ou simplesmente largadas para morrer.

Infelizmente, existe muito apoio a essas alternativas políticas entre os trabalhadores e setores médios da população. Num contexto marcado por ataques de todos os tipos aos trabalhadores na França, Espanha, Inglaterra, ou mesmo pilhagem de todos seus direitos e riquezas como o que acontece no Brasil, Argentina, Chile, temos uma insatisfação generalizada no interior da classe trabalhadora mundial, que a faz migrar e aderir a fenômenos como Bolsonaro. A crise mundial não apenas diminuiu a possibilidade de lucro entre os capitalistas, ela também joga os trabalhadores em condições ainda piores de trabalho e de vida. Alternativas que prometem um fortalecimento nacional, um crescimento dos empre-



gos e melhoria de vida, angaria apoio na classe.

Mas como a economia de mercado pouco se importa com fronteiras nacionais e problemas locais, todas essas relações tornam-se mais complexas e possuem características peculiares para cada região.

Vimos se desenhar, no plano internacional uma corrente de ultradireita, com representantes em todos os continentes, como uma oposição

a socialdemocracia – já bem conhecida – como uma alternativa política e uma expressão econômica para a saída da crise. Agora, um novo ator surgiu para trazer mais instabilidade política, econômica e social. Um vírus, invisível aos olhos, porém capaz de fazer bolsas caírem, matar milhares de pessoas e deixar presidentes na corda bamba, mas o mais importante, capaz de mostrar a cara irracional do sistema capitalista.

A política e a Covid-19

O surto de Covid-19 tem varrido o mundo. E junto com a onda de contaminação traz consigo crise econômica e política para os países. A principal medida de contenção da pandemia é o isolamento social. Isso gera uma paralisia completa no interior da sociedade o que têm exigido posicionamentos dos políticos e medidas para amenizar as consequências. E é nesse aspecto que vemos o limite da esfera política.

Como afirmamos, política e economia são esferas que se entrelaçam intimamente. Não é possível existirem alternativas políticas isentadas das necessidades econômicas mais gerais. Elas estão imersas na forma com que se desenha a economia dos países e o papel que elas cumprem na cena internacional. Assim, como a crise econômica não havia se fechado antes do coronavírus, as alternativas políticas existentes eram e são frágeis, exatamente por serem fruto de uma crise profunda de nossa sociedade. Por isso, a alternância no poder de representantes políticos de tendências distintas foi a regra e não a exceção no período mais recente. Mesmo que representem setores expressivos do capitalismo em meio a disputa no terreno internacio-

nal, ainda assim, não resolveram os problemas mais estruturais.

A conta de uma crise profunda somada a um novo pico de crise que se estabelece com a pandemia, e a própria necessidade do capitalismo de produzir valor através da produção e circulação de mercadoria, só poderia gerar o seguinte posicionamento dos representantes dos países frente ao surto: não podemos parar a economia! Espanha, Itália, EUA, Inglaterra, Brasil... enfim, vários foram aqueles que, mesmo frente aos números de mortos, optaram em ignorar a principal recomendação dos órgãos de saúde do mundo em prol do lucro das grandes empresas e dos bancos. Curiosamente, os mais ferrenhos defensores dessa posição, que, inclusive, acrescentaram em seus discursos posições anticientíficas para justificarem o não combate ao vírus, são os mesmos alinhados a essa posição de ultradireita.

Mas, como o vírus pouco se importa com as planilhas e receitas das empresas, o número de doentes e mortos, além do risco de colapso do sistema de saúde, obrigou esses governantes a uma mudança de postura para conseguir enfrentar o inimigo. A adoção do regime de isolamento social e da

paralisação do comércio e de parte da produção mudou por completo a tônica do discurso. E ainda, colocou em xeque os posicionamentos tão acirrados de meses atrás.

Os mesmos que bradavam em favor da liberalização da economia, do fim da intervenção estatal, são os que agora aprovam planos de emergências para salvar as empresas e o mercado. Ainda que o discurso seja em prol da vida, os pacotes econômicos são destinados, na verdade, às empresas e aos bancos.

O capitalismo tem por característica fundamental a produção e circulação de mercadorias, como temos repetido. Esse é o coração pulsante de nossa sociedade. Todo valor advém dessa mecânica. Toda a organização da sociedade se faz a partir dessa premissa: garantir a produção e circulação de mercadorias. Por isso que política e economia se combinam. Frente a paralisação do mercado, as políticas adotadas precisam apresentar saídas que amenizem ou resolvam o proble-

ma. Não por acaso, vemos a imprensa mundial noticiar, após este aprovar um pacote de injeção de bilhões de dólares na economia visando salvar empresas e garantir a continuidade do consumo por parte dos trabalhadores, sobre a “guinada keynesiana de Trump”.

Ao assumir o salário dos trabalhadores, o Estado não está querendo dizer que está preocupado com a vida dessas pessoas, ele está dizendo na verdade para o mercado que o consumo continuará. Não podemos esquecer que a mercadoria é produzida e precisa ser consumida para completar seu ciclo. Garantir toda a cadeia é fundamental!

Ou seja, o mesmo Trump que há alguns meses, ao menos nas relações entre as empresas dentro dos Estados Unidos, se dizia liberal, hoje aprova uma política de intervenção completa para salvar a economia. Assim como Guedes, Boris Johnson, Macron e tantos outros. Em um mês, todo o conjunto de alianças, de políticas construídas em terreno internacional, visando fortalecer posições na disputa entre os setores do capitalismo, precisou ser revisada.

A “GUINADA KEYNESIANA de Trump” nada mais é do que sinalizar ao mercado que o consumo continuará.

O possível fechamento de regimes como saída para a crise

Mas essa dura intervenção que os estados têm feito para enfrentar a crise, pode custar caro aos trabalhadores em vários aspectos. Um deles é a possibilidade de redução

ou até mesmo, de fim das liberdades democráticas nos países. O principal argumento que temos visto é: estamos em guerra! Ora, em momentos de guerra, o poder do estado se eleva, toma para si decisões que são da sociedade, como forma de acelerar as ações. E tudo é justificado em nome





VÍKTOR ORBÁN, primeiro-ministro da Hungria, garantiu para si o direito de governar por decreto por tempo indeterminado, em meio à pandemia. O enrijecimento dos regimes é produto de sua fragilidade, não de sua força. E umas das saídas para manter o controle é o silenciamento dos de baixo.

da busca pela paz. E exemplos na realidade já nos dizem que essa não é uma alternativa distante.

Muitos analistas políticos têm tomado o caso chinês como exemplo a ser seguido no combate a pandemia. Argumentam que a ação centralizada e unilateral foi eficaz e permitiu ao país hoje começar a retomar a vida, as atividades. Apenas uma análise superficial dos fatos pode caminhar a essa conclusão.

Diferente do que é propagado, a China não é um país socialista ou comunista. Ainda que tenha vivido sua revolução no século XX, hoje é um país capitalista que passou por uma abertura econômica na década de 1980, tornando-se a grande fábrica do mundo. Ainda que dirigida por um partido comunista, apenas comprova o fato filosófico de que o nome não carrega a essência da coisa, ou seja, o fato de possuir um determinado nome não garante que ele seja aquilo na realidade. Seria de muita valia retomar a história da China e reconstruir o caminho que possibilitou a construção de uma sociedade disciplinada, que pode ser a grande fabricante de mercadorias do mundo sob o chico-

te de uma burocracia, que tem buscado seu lugar ao sol no cenário da disputa internacional (basta acompanharmos a guerra comercial travada entre eles e os EUA no período mais recente). Mas nosso objetivo aqui é outro.

O que nos interessa destacar nesse momento, é o fato de que a ditadura chinesa, para resolver o problema da pandemia e tentar diminuir os estragos econômicos da paralisação do mercado, aproveitou-se de seus poderes amplos sobre a população, para impor ainda mais repressão e restrições democráticas. Ou seja, enfrentou o vírus tornando-se mais ditatorial. E essa experiência pode ser exportada junto com as mercadorias necessárias para combater a pandemia.

Outro exemplo é a Hungria. Em meio à pandemia, o primeiro-ministro Viktor Orbán garantiu para si o direito de governar por decreto por tempo indeterminado, atribuindo a si mesmo poderes ilimitados que lhe garante, obviamente, conduzir uma política contra a classe trabalhadora de seu país. Antes de tais poderes, Orbán já havia mostrado toda sua ferocidade contra os trabalhadores com reformas duríssimas e uma política de genocídio contra imigrantes. Sem limites para decretar ações governamentais, tal tendência deve se acentuar.

Ao contrário do que se pode pensar, o enrijecimento dos regimes é produto de sua fragilidade, não de sua força. Estes já possuíam dificuldades em enfrentar a crise social, sucumbiram muitas vezes frente ao levante da classe trabalhadora, recuando em propostas e reformas. Diante da Covid-19 podem ter ainda mais dificuldades. E umas das saídas para manter o controle da sociedade, garantir a estabilidade e com isso, aplicar a tal política de guerra, é o silenciamento dos de baixo. Por esse motivo, é preciso garantir poderes políticos ilimitados, ou seja, estabelecer uma ditadura.

A social-democracia não é a alternativa

Seguindo nossa argumentação, o eleitor pode, nesse momento, pensar que estamos considerando os sociais-democratas ou sociais liberais – como tem se convencido chamar a antiga socialdemocracia no período mais recente – como saída para a crise. Absolutamente não! Não acreditamos que essas sejam alternativas que resolvam o problema da aguda crise que enfrentamos.

Antes de mais nada, é preciso resgatar o movimento mais recente dessa outra grande expressão política produzida pelo capitalismo. Em diversas partes do mundo, a socialdemocracia foi a alternativa política preferencial de enfrentamento ao neoliberalismo. Acreditava-se que essa roupagem social que carrega, poderia combater as duras medidas impostas pelo capital. Mas como não é possível fazer uma política que não esteja a serviço da valorização do valor, afinal estamos no capitalismo, nos países em que ela já estava no poder, transformou-se em peça chave para a consolidação das grandes multinacionais mundo afora.

Assim como Obama salvou as empresas no ápice da crise econômica nos EUA, Lula e o PT aplicaram uma política que visava garantir as melhores condições para as empresas estrangeiras lucrarem e muito com a riqueza produzida no Brasil. O mesmo se viu na Argentina com o kirchnerismo, que aplicou uma política de ataque aos direitos em prol dos grandes capitalistas internacionais.

A defesa de melhorias sociais e a aplicação de políticas que visam elevar o nível de vida da maioria da população são apenas uma bonita fachada. No fim e ao cabo, como qualquer alternativa política que gerencia o capitalismo, a social democracia aplicou políticas que favoreciam ao capi-

talismo tanto quanto as alternativas mais explicitamente liberais. Não por acaso, ganharam o nome de sociais liberais. O que conseguiram na prática, foi uma momentânea estabilidade política junto aos trabalhadores para garantir uma fatia ainda maior de valor aos capitalistas.

Ao responderem às necessidades do capital, em detrimento das necessidades da população, acabaram por se desmoralizar, e hoje, precisam se reinventar. E é na esteira dessa desmoralização que a ultradireita se fortaleceu como alternativa entre os trabalhadores. Processo que se desdobrou em vários lugares como Europa, América Latina e em outras partes do mundo.

É emblemática a postura mexicana nesse momento de pandemia mundial. Quando foi eleito López Obrador foi exaltado pela “esquerda” mundial como uma esperança em meio ao avanço da ultradireita. Teve apoio de diversas organizações e representava uma reação do bloco socialdemocrata mundial. Mas nesse momento faz coro com os mesmos políticos considerados irracionais. Se recusa a adotar o isolamento social pelo mesmo motivo dos demais governantes: não podemos parar o mercado.

Em última instância, a ação da socialdemocracia tem sido garantir sua sobrevivência frente a uma nova ultradireita que surge como alternativa política. Se no terreno econômico sempre aplicou o que foi necessário para as necessidades do mercado, frente à população ficou nua, pois sua face de democrata e humanitária foi arrancada pela realidade.

Ainda que em meio a pandemia tente firmar-se novamente com o giro da ultradireita e dos liberais, no fundo, apenas quer ser a melhor representante dos capitalistas em sua disputa pelas melhores fatias do mercado.

A política capitalista que organiza o caos

Ao percorrermos o caminho até aqui, olhando o mundo que existia até o momento do surto de COVID-19 e aquele que surgirá a partir da nova crise, após um tempo de isolamento social, só podemos ter certeza de uma coisa: o capitalismo é irracional!

A dificuldade enfrentada pelos governos em agir de forma firme para combater o vírus e garantir assistência a população, para que esta não fique sem as condições básicas de sobrevivência, é a prova de como não é possível gerenciar o capitalismo.

Independente de qual corrente política se queira tomar como alternativa, fato é que a lógica de organização da sociedade é apenas uma: não ter lógica. Isso porque a base em que se assenta nossa sociedade não é a necessidade das pessoas, mas a necessidade do mercado. Não produzimos porque é preciso, produzimos porque é mais lucrativo no mercado. Assim, tudo que se desdobra dessa premissa também carregará consigo a necessidade do mercado, e não das pessoas.

A política no capitalismo existe para garantir que não haja empecilhos para garantir as necessidades do mercado. Ainda que expresse a concorrência entre os diversos capitais, em última instância, sua tarefa é fazer com que a engrenagem do mercado funcione. E ela ainda contribui com o processo de acumulação, ao colocar em prática um conjunto ações que possam transferir recursos da esfera pública para a esfera privada, como no caso da dívida dos Estados.

Ou seja, em momentos que exigem uma ação coordenada dos diver-

sos representantes políticos dos países e estados, no sentido de garantir o bem-estar da sociedade, vemos que tal coordenação não é possível. Por um lado, porque uma ação coordenada entre o conjunto dos representantes é impossível, visto que a concorrência é a grande mediadora do processo. Não à toa, nesse exato momento, os países estão brigando para adquirirem itens necessários ao combate do vírus. Por outro, as políticas aplicadas refletem as necessidades do capital e do mercado. Não irá se garantir um efetivo isolamento social por parte dos governos, pois esses necessitam de parte do mercado funcionando. Não irá se garantir recursos necessários para a sobrevivência das pessoas, porque os recursos alocados, em sua grande maioria, serão destinados a salvaguardar os bancos e as grandes empresas. A consequência será uma massa de desempregados que se formará fruto dessa pandemia.

Todos os esforços feitos até agora e num futuro próximo serão no intuito de estabilizar o mercado e fazer os lucros voltarem aos bolsos dos grandes empresários. E isso se fará mesmo que um mar de mortos e famintos se forme no seio da nossa sociedade. Enquanto a coisa, a mercadoria, for o chefe do jogo, toda a sociedade se curvara frente a ela. Mas isso não significa que não existe uma saída, ela existe e está bem diante de nós. Porém, para que essa saída se transforme em realidade, os trabalhadores precisam virar por completo o jogo! ■

Um Raio X da pandemia e seu impacto na saúde pública

Escrito por
**ÉRIKA ANDREASSY
E NANDO POETA**



Quando o governo chinês anunciou a primeira morte decorrente do novo coronavírus, em 14 de janeiro, poucas pessoas podiam imaginar que o surto que tivera início algumas semanas antes na cidade de Wuhan, se transformaria numa das maiores pandemias da história do mundo moderno. Menos de 3 meses depois, em 2 de abril, o SARS-CoV-2 já havia contaminado 1 milhão de pessoas e feito 50 mil mortes, afetando 204 países e territórios ao redor do mundo e 2 meios de transporte in-

ternacionais: o navio Diamond Princess, ancorado no Porto de Yokohama, Japão, e o MS Zandam, da Holland America.

Ainda não se sabe exatamente quando a epidemia começou, cientistas chineses que buscam pelo "paciente zero", acreditam que pode ter sido em 17 de novembro de 2019. Mas um fato é indiscutível, desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu o alerta para o surgimento de uma série de casos de pneumonia de origem desconhecida em Wuhan, na China, em 31 de dezembro, a rapidez com que o vírus se espal-

REALIDADE DA PANDEMIA:

Hospitais colapsados, falta de leitos e respiradores, apagão de equipamentos de proteção individual (EPIs), milhares de profissionais de saúde contaminados e serviços de emergência que não conseguem atender a demanda

lhou e a proporção que tomou a epidemia são impressionantes.

Em 31 de janeiro, um mês após o alerta, a China já contabilizada 11.791 pessoas infectadas e 251 mortes, outros 23 países reportaram casos da doença ao longo do mês. A primeira confirmação fora da China ocorreu na Tailândia, em 13 de janeiro. Nos dias seguintes foram registrados casos no Japão (16 de janeiro); Coreia do Sul (20); Taiwan e Estados Unidos (21); Hong Kong e Macau da China (22); Cingapura (23); França, Nepal e Vietnã (24); Malásia e Austrália (25); Canadá (26); Camboja (27); Alemanha (28); Finlândia, Emirados Árabes Unidos e Sri Lanka (29); Itália, Índia e Filipinas (30); e Reino Unido (31).

Foram 71 dias até que o surto fosse oficialmente declarado pandemia pela ONU, em 11 de março. Nesse então, o número de casos já havia ultrapassado 100 mil e as mortes chegavam a 4.628. Uma semana depois, no dia 18 de março, o número de infectados dobrou para 200 mil e o

de mortes subiu para mais de 8.900. Seria preciso apenas mais 7 dias para que a infecção atingisse 500 mil pessoas e 24 mil mortes e outros 7 para chegar a 1 milhão, com mais de 50 mil vítimas fatais.

A velocidade de contágio do vírus só não é mais impressionante do que o estrago que tem feito nos sistemas de saúde de alguns países. Hospitais colapsados, falta de leitos e respiradores, apagão de equipamentos de proteção individual (EPIs), milhares de profissionais de saúde contaminados e serviços de emergência que não conseguem atender a demanda e transportar pacientes. As mortes passaram de ser contadas em algumas dezenas para unidades de milhar nos últimos dias, sendo que países como Itália, Espanha e Estados Unidos estão sendo obrigados a transportar corpos em comboios ou improvisar necrotérios em caminhões refrigerados e até em pistas de patinação no gelo.

E não estamos falando de quaisquer países. E esse é outro ponto que torna essa pandemia mais impressionante. Surgido na China, coração do mundo globalizado, o vírus rapidamente se espalhou para as principais nações imperialistas. A Europa concentrava até o dia 2 de abril, mais da metade de todos os casos confirmados e 70% das mortes, seguido pelos Estados Unidos, com quase ¼ dos infectados do mundo e o terceiro em número de mortos.

A tendência, evidentemente, é que os países pobres venham a sofrer ainda mais. Recém agora o vírus chegou à periferia do mundo e estamos começando a ver seus reflexos na América Latina e na África. Mas como explicar que países ricos e de “primeiro mundo”, como costumam ser chamados, não estejam dando conta de garantir às suas populações assistência médica necessária para evitar tamanha tragédia?



Os limites da saúde nos marcos do sistema capitalista

Não há dúvidas que a demora em adotar medidas como a testagem em massa —que permite detectar com mais precisão os casos e isolar os pacientes e seus contatos, haja visto que a maioria dos contágios ocorre por meio de pacientes assintomáticos—, bem como a resistência em decretar quarentena e garantir o distanciamento social —devido as suas consequências econômicas— está custando a vida dezenas de milhares de pessoas e poderão custar ainda mais. Observações empíricas já permitem concluir que países que adotaram mais rapidamente essas medidas têm conseguido retardar o pico da doença e preparar melhor o sistema de saúde para absorver os pacientes, reduzindo o número de mortes.

Mas não se trata só disso, a pandemia de Covid-19 revela os limites da saúde nos marcos do sistema capitalista. A começar pela apropriação privada do conhecimento científico e do avanço tecnológico que permitiriam evitar centenas de milhares de mortes todos os anos por problemas tão simples como diarreia ou gripe ou por doenças que exigem intervenções bem mais complexas como o câncer ou as cirurgias cardíacas.

Para citar um exemplo: desde a epidemia de SARS (sigla em inglês para Síndrome Respiratória Aguda Grave), cientistas alertam para o perigo de uma pandemia causada por um vírus desconhecido de origem animal que poderia ter uma taxa de mortalidade maior que as das gripes sazonais, causando uma situação de crise global. Segundo a EcoHealth Alliance, organização de pesquisa científica com sede em Nova Iorque e que desenvolve pesquisas na

China há mais de 15 anos, desde que cientistas do grupo descobriram que a epidemia de SARS teria sido causada por um tipo de coronavírus, já foram identificados cerca de outros 500 tipos de coronavírus em morcegos.

A EcoHealth Alliance estima ainda que há provavelmente 1,7 milhão de vírus desconhecidos em animais selvagens que podem infectar pessoas, sendo que apenas alguns milhares são conhecidos. Poderíamos nos perguntar se o desenvolvimento científico atual permitiria mesmo evitar novas pandemias com essa quantidade de vírus desconhecidos com potencial de infecção humana. Para Peter Daszak, membro da Academia Nacional de Medicina dos Estados Unidos e presidente da EcoHealth Alliance, seria preciso descobrir esses vírus, identificar sua sequência genética e começar a trabalhar em vacinas por grupos de vírus ao invés de vacinas para um único tipo.

Mas então por que isso não está feito ainda? Simples, porque do ponto de vista da lógica capitalista não vale a pena. A própria EcoHealth Alliance estimou que descobrir 70% desses vírus envolveria um custo de aproximadamente US\$ 1,2 bilhão (R\$ 6,2 bilhões de reais). Por outro lado, encontrar vírus não é suficiente, segundo Daszak. Seria preciso determinar quais podem representar ameaças, o que implica em mais pesquisas e, em seguida, desenvolver as vacinas. Nenhum laboratório privado se arriscaria a investir numa pesquisa sem a garantia de retorno. Seria necessário, portanto, um esforço de financiamento público de um ou mais países para garantir a pesquisa, que nenhum governo, pelo menos até o momento, está disposto a bancar.

Tragédia anunciada

A pandemia evidencia ainda como os diferentes sistemas de saúde em diferentes países acabaram sendo afetados pelos ataques sistemáticos às conquistas sociais, no marco do aprofundamento da decadência e da rapina capitalista. Não é de hoje que os sistemas públicos de saúde de muitos países vêm sendo desmantelado. Leitos cortados, hospitais fechados, pessoal severamente reduzido. Se os serviços de saúde em geral vêm enfrentando dificuldades, mais do que críticas, diante da pandemia do novo coronavírus, parte da culpa está nas escolhas que, nas últimas décadas, ajudaram a afundar a faca na carne viva da saúde pública.

A globalização capitalista se estruturou em base ao desenvolvimento de políticas neoliberais que passaram a impulsionar planos de austeridades com objetivos de realizar cortes fiscais e abrir as torneiras para o capital privado. Com os profundos cortes nos orçamentos públicos dos Estados, reduzindo acentuadamente as verbas para as políticas sociais, os sistemas de saúde pública em geral foram extremamente comprometidos, ameaçando o conjunto da rede de assistência à população.

Reiteradas reformas, particularmente durante os anos 1990, acompanhando políticas econômicas neoliberais, foram introduzindo mecanismos de mercado para os sistemas públicos de saúde. A situação se agravou mais ainda após a crise econômica de 2008, cuja resposta dos governos foi aprofundar as medidas de ajuste econômico e o desmonte das legislações de proteção social, impactando diretamente na saúde pública.

Vejamos o caso da Espanha, que no contexto da crise, submeteu-se sem freios aos ditames de austeridade fiscal impostos pela “troika” (Comissão

Europeia o Banco Central Europeu e o FMI), definindo importantes cortes de gastos públicos. Entre 2010 e 2012 o orçamento médio per capita do Sistema Nacional de Saúde (SNS) espanhol caiu de US \$ 1.343 para US \$ 1.203. Em 2012, uma lei nacional específica para a saúde, o Real Decreto Lei nº 16/2012 incluiu medidas que foram da redução no financiamento do SNS até a mudança na legislação de cobertura, que na prática acabou com a cobertura universal à população.

A Itália é outro exemplo, somente entre 2010 e 2013, o gasto médio por pessoa realizado pelo governo na operação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) caiu de US \$ 2.500 para US \$ 2.250. Segundo um relatório de 2019 realizado pela Fundação GIMBE (organização sem fins lucrativos, ligada ao Grupo Italiano de Medicina Baseada em Evidências), o financiamento do SNS italiano sofreu um corte de aproximadamente US \$ 37 bilhões entre 2010 e 2019.

As consequências estamos vendo agora, tamanho é o colapso que a pandemia provocou nos sistemas de saúde de ambos países que os médicos italianos e espanhóis estão sendo obrigados a ter de escolher para qual paciente eles darão a chance de lutar por sua própria vida: um dilema ético típico da desumanização capitalista.

Toda a preocupação dos governos europeus nos últimos dias tem sido como achatar a curva de contágio para minimizar o quanto for possível o impacto sobre os sistemas de saúde. Após décadas de governos neoliberais, 31 países da Europa, juntos, têm menos leitos para cuidados críticos —que englobam os leitos de terapia intensiva e semi-intensiva— que os Estados Unidos (73.585 contra 97.000), ou

seja, uma média de 11,5 leitos críticos contra 35 por 100 mil habitantes. Contudo essa média esconde uma profunda disparidade, enquanto a Alemanha possui 29,2 leitos/100 mil habitantes, o Reino Unido tem 6,6, a Holanda 6,4 e a Suécia, 5,8.

Mas o fato de que os EUA possuam mais leitos críticos que os países europeus, não significa que estejam em muito melhores condições para enfrentar a pandemia. Primeiro porque 30 milhões de cidadãos americanos

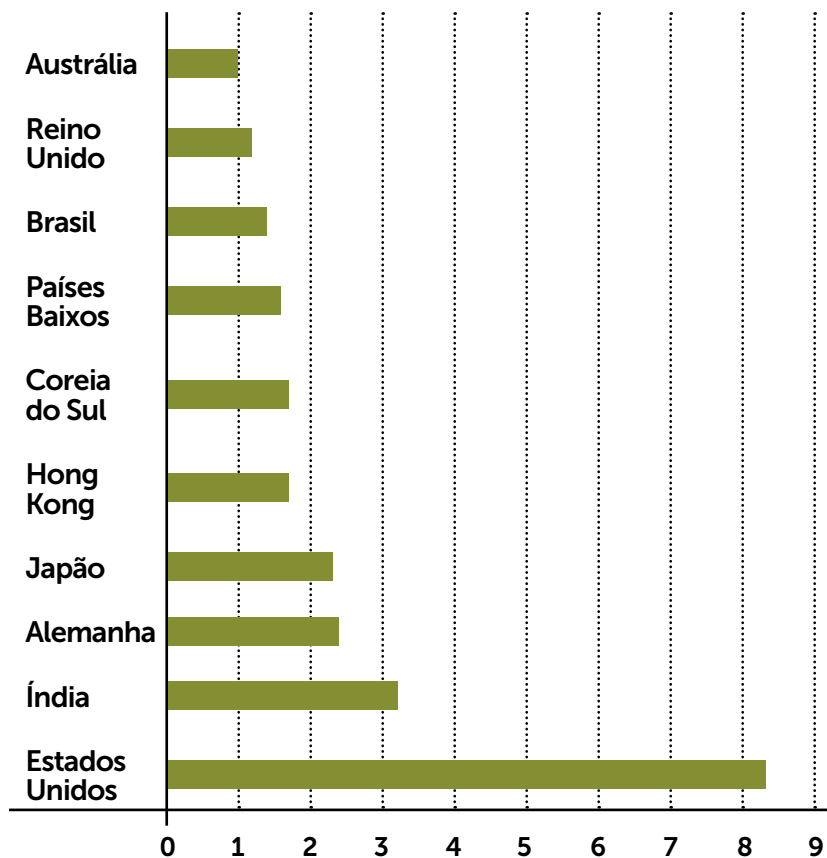
não possuem plano de saúde e outros 40 milhões acessam apenas planos básicos, que exigem co-participação ou seguros de custos tão altos que só podem ser utilizados em situações extremas. Tanto que segundo a Kaiser Family Foundation, organização dedicada a investigar problemas de saúde, o medo de não poder pagar por consultas e tratamentos caros pode impedir a detecção de infecções e o coronavírus continuar a se espalhar.

Segundo porque, tal como ocorre também na maioria dos países, os hospitais estadunidenses operam na lógica do mercado, adotando a política de “cama quente”, uma espécie de *just in time* onde se reduz ou aumenta a quantidade de leitos de acordo com a demanda, mantendo estável a taxa de ocupação e melhorando a “eficiência econômica”. Em uma situação de contingência como essa, camas comuns podem ser adicionadas, mas é necessário um investimento extra para elevá-las ao nível de terapia intensiva, (oxigênio, gás, energia, ar comprimido, etc), dispositivos (ventiladores mecânicos, aspiradores) e, sobretudo treinamento de pessoal. Isso significa que apenas parte dos leitos (incluindo os de terapia intensiva) estará disponível para a Covid-19. O mesmo vale para equipamentos médicos, como respiradores, por exemplo.

E terceiro, mas não menos importante, porque os EUA também estão sofrendo com o apagão de equipamentos médicos e de proteção individual. Isso porque a China é responsável pela produção de 30% dos suprimentos médicos e farmacêuticos de todo o mundo e fabrica cerca de 50% mais do que seu concorrente mais próximo, que são os próprios EUA. Com o aumento drástico da demanda mundial num momento em que a produção chinesa diminuiu devido a própria pandemia, a situação não poderia ser mais dramática para os Estados

5.1 Os dez principais importadores de produtos farmacêuticos e equipamentos médicos da China em 2018

(em trilhões de dólares)



Fonte: EUROMONITOR INTERNATIONAL

Elaboração: Própria

Unidos, extremamente dependentes da importação de produtos chineses, sendo hoje o principal importador de produtos farmacêuticos e equipamentos médicos do país asiático (gráfico 5.1 da página anterior).

Por aí, se pode concluir que o colapso atual causado pela pandemia do novo coronavírus na Europa e nos Estados Unidos é a tragédia anunciada de políticas que vem sendo aplicadas há muito tempo nesses países. A questão é: o que esperar de países onde o caos

na saúde já é uma realidade muito antes da pandemia? Lamentavelmente não tardaremos a descobrir.

Um coisa é certa, com o aprofundamento das crises, como essa do coronavírus, o sistema capitalista mostra sua total incapacidade em solucionar a gravidade do problema apoiado em suas teses neoliberais e terminam por solicitar o socorro do Estado, revelando a grande contradição, em que a iniciativa privada se mostra incapaz de intervir num grave problema social.

O contexto brasileiro na chegada da pandemia

○ Brasil desde seu início, no período colonial, nunca teve uma preocupação com políticas públicas voltada para a saúde. Com a chegada dos primeiros invasores portugueses nas *Terras de Santa Cruz*, vieram também doenças que foram nocivas para os que já habitavam as terras do “novo continente”. A presença dos invasores portugueses ocasionou a proliferação de mortes entre os indígenas.

Durante todo o processo de dominação colonial, somente a nobreza ou setores privilegiados da sociedade de classes tinham acesso a algum tipo de assistência médica. Os indígenas, os escravizados, os povos pobres em geral, ficavam a mercê, sem nenhum tipo de assistência à saúde garantida pelo governo, restando os atendimentos organizados por ordens religiosas, através das Santa Casas de Misericórdia.

Em 1808, com chegada da Família Real ao país, foi necessário desenvolver uma infraestrutura sanitária para garantir sua permanência no território colonial. Foi nesse período que se estabeleceu as primeiras escolas de medicina, visando possibilitar o aumento

da rede de profissionais na área médica. Mas essa política não significou o acesso da população aos serviços médicos. O povo pobre continuou sem garantias.

Somente com a chamada Independência do Brasil, o imperador D. Pedro I determinou a criação de um órgão que teria a atribuição de inspecionar a saúde pública com objetivo de evitar epidemias e garantir qualidade de vida a população. Esta iniciativa foi um paliativo, já que a estrutura do país, privilegiava os ricos.

A chegada da República pegou o país numa grave situação de saúde pública. As epidemias eram constantes e os governos foram obrigados a investir, ainda que de forma limitada, na infraestrutura das cidades, passando a desenvolver políticas de saneamento básico e encampando a luta contra a varíola. Contudo, a forma autoritária como foi implementada a campanha de vacinação em massa, somado ao descontentamento pela situação econômica do país provocou uma reação violenta por parte da população.

Nesse quadro generalizado de po-

**A APROVAÇÃO
DE UM SISTEMA
ÚNICO DE SAÚDE,**
fruto de todo um
acúmulo de lutas
dos movimentos
sociais, não
garantiu, no
entanto, que sua
implementação
eliminasse as
desigualdades no
acesso aos serviços
de saúde.

breza e exclusão social à que a população brasileira foi condenada, a preocupação por parte dos distintos governos com políticas públicas de saúde que de fato chegassem aos mais pobres nunca foi uma prioridade, os poucos programas implementados ao longo do tempo foram limitados.

Somente nos anos de 1980, na esteira das lutas pela redemocratização do país durante o período da ditadura militar, a luta por um sistema de saúde que garantisse assistência universal ganhou força. Foram os profissionais de saúde, na vanguarda os sanitaristas, juntos com os movimentos sociais que impuseram a bandeira da construção de um sistema único que possibilitasse acesso de todos a saúde pública. Vivíamos um período de enorme ascenso, em que os movimentos sociais, retomavam sua organização e a colocavam a serviço da luta pela redemocratização e a garantia de direitos.

Em 1986 ocorre a 8ª Conferência Nacional da Saúde, com massiva participação dos profissionais de saúde e dos vários movimentos sociais que atu-

am incisivamente na defesa da construção de um Sistema Único de Saúde. Em junho de 1987 cria-se o Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde (SUDS). Mas será em 1988 que a mobilização dos profissionais da saúde se generaliza e a bandeira do SUS passa a ser propagada na população. No processo de elaboração da Constituição Brasileira, se aprovam medidas que apontam para a criação desse sistema.

A nova Constituição Federal de 1988 determina em relação a saúde no seu artigo 196 que A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Após a aprovação da nova constituição, o movimento prosseguiu na luta pela regulamentação do SUS no Brasil e em 1990 aprova-se a Lei 8.080 que especifica as atribuições e a organização do Sistema, definindo o papel de cada esfera governamental. Em 1992 é aprovado Lei 8142 que define os critérios de participação da comunidade na gestão do SUS, nas transferências dos recursos financeiros entre os poderes e a instituição dos Conselhos de Saúde.

O passo que se deu com a aprovação de um Sistema Único de Saúde, fruto de todo um acúmulo de lutas dos movimentos sociais, não garantiu, no entanto, que sua implementação eliminaria as desigualdades no acesso aos serviços de saúde. Na própria legislação que o estabeleceu, deixou aberta a possibilidade da iniciativa privada ter acesso aos recursos públicos.

É nessa pegada que se repassam volumosos recursos públicos para empresas privadas, uma prática comum entre todos os governos que passaram pelo Planalto Central, debilitando visivelmente as políticas públicas que possibilitariam levar a assistência aos mais



necessitados. Estes governos realizaram constantes cortes de recursos no orçamento da união, especialmente de verbas que seriam destinadas para investimentos nas políticas públicas, como a da saúde. É exatamente nesse contexto que a pandemia chega ao país.

A situação atual obriga uma resposta de classe ao tema da saúde no Brasil. Não podemos ter expectativa de que algum governo burguês, liberal ou reformista vá ter políticas para atender as necessidades de saúde do conjunto da população. Em especial sob o governo Bolsonaro, que se recusa inclusive a adotar qualquer medida de distanciamento social.

A classe trabalhadora tem o papel

de impulsionar a luta por construir um sistema universal de saúde pública, mas controlado pelos explorados e oprimidos se apoiando no sentimento de solidariedade global entre os que constroem a riqueza no mundo inteiro. Não resta outro caminho para as massas trabalhadoras que produzem a riqueza desse país que não seja, o da luta. Cada conquista obtida no interior do capitalismo, em pouco tempo, evapora-se. Aqueles que vivem do suor do seu trabalho, tem que acreditar nas suas próprias forças, e com isso, dar um passo na sua organização para transformarem a realidade de nossas vidas. A revolução socialista será um passo nessa caminhada. ■

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ana Lucia. Coronavírus: China busca homem que seria o 'paciente zero', 4 meses depois do primeiro caso. O GLOBO, 17 mar. 2020. Sociedade. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/coronavirus-china-busca-homem-que-seria-paciente-zero-4-meses-depois-do-primeiro-caso-24310222>. Acesso em: 2 abr. 2020.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE. Coronavirus Resource Center, 2020. Página inicial. Disponível em <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 2 abr. 2020.

edu/map.html. Acesso em: 2 abr. 2020.

LISSARDY, Gerardo. Coronavírus: 'Estamos lidando com epidemias de forma errada', diz especialista que 'previu' surto de covid-19. BBC News, Nova York, 10 mar. 2020. Mundo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51810050>. Acesso em: 2 abr. 2020.

WORDOMETER. Covid-19 coronavirus pandemic, 2020. Página inicial. Disponível em <https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>. Acesso em: 2 abr. 2020.

As mudanças trabalhistas no último período no Brasil antes e durante a pandemia do coronavírus

Escrito por
**GUILHERME
FONSECA**



Já antes do surgimento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no país, a economia brasileira não vinha bem, apresentando um crescimento pífio de 1,32% do PIB em 2018 e 1,12% em 2019. Ocorre que é justamente diante das crises econômicas que o grande capital busca aumentar ainda mais a superexploração sobre a classe trabalhadora para garantir seus lucros, utilizando dos governos de plantão para modificar as leis existentes de modo a retirar os direitos dos trabalhadores. É o que verificamos desde o início do governo Bolsonaro, como

demonstra a criação da "Carteira Verde Amarela". Agora, diante da pandemia, aproveita-se para elevar qualitativamente os ataques contra a classe trabalhadora.

Não se trata, é importante dizer, de algo iniciado durante o governo atual. É um processo de longo prazo e que atinge agora um momento extremo. Queremos indicar, brevemente, esse percurso.

O raciocínio pressuposto em reformas como a de Jair Bolsonaro, bem como nas anteriores, é, em linhas gerais, sempre o mesmo: a retirada de direitos trabalhistas reduz o custo do trabalho. Dessa forma, as empresas possuem maior lucratividade,

contratam mais trabalhadores e poderíamos minar o câncer do desemprego. A fim de avaliarmos esse raciocínio dedicamos boa parte desse artigo para verificar os impactos advindos da recente reforma trabalhista de Temer e para isso utilizaremos dados do próprio governo através do CAGED (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego).

Será mesmo que esse caminho é inevitável? Depois de tanta desgraça para a classe trabalhadora e a popula-

ção mais pobre, estaríamos condenados a conviver com retiradas intermináveis de direitos? Vamos à barbárie ou existe uma outra saída?

Assim, com essa matéria esperamos contribuir para a reflexão sobre o momento que estamos vivendo, com base no passado e no presente, vislumbrando uma perspectiva de futuro para libertar a classe trabalhadora e a humanidade das garras desse sistema capitalista decadente.

A CONSTITUIÇÃO DE 1988

se deu nos marcos da derrota de um regime militar e foi realizada num processo de mobilização popular, por esse motivo carregou uma série de direitos. Desde então, entrou em marcha um longo período de retrocessos, com intensidades diversas, nos últimos 30 anos.

A precarização do trabalho já vinha avançando em governos anteriores

Em 1988, foi promulgada uma nova Constituição no Brasil. Apesar de expressar, como sempre, as mesmas condições que garantem a dominação capitalista na sociedade, ela se deu nos marcos da derrota de um regime militar que durou 30 anos no país. Some-se a isso que foi realizada na esteira de um longo processo de mobilização popular e lutas organizadas da classe trabalhadora. Foi por esse motivo que ela carregou uma série de direitos democráticos e sociais, frutos desse processo.

Desde então, entrou em marcha um longo período de retrocessos, não apenas em relação

à nova Constituição, mas até mesmo em relação aqueles direitos contidos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) de 1943. Esse processo, contudo, não surgiu ontem. Ele está em curso, ainda que com intensidades diversas, nos últimos 30 anos.

É assim que já em 1990 o governo Fernando Collor tinha como um dos seus alicerces flexibilizar direitos dos trabalhadores. Abria-se a economia para o capital internacional com a desnacionalização da indústria e privatizações. Para atrair esse capital internacional era necessário “aumentar” a “produtividade” com maior grau de exploração da classe operária. Collor vinha de uma eleição polarizada com Lula. Este último estava assentado em um forte movimento sindical organizado na década de 80.

Itamar Franco, que era vice-presidente, assume a presidência no final de 1992 como fruto do impeachment de Collor. Este deu continuidade ao projeto. Avançou ainda mais nas privatizações e no final de seu governo foi aprovada a possibilidade de cooperativas sem vínculo empregatício.



Tornava-se possível contratar trabalhadores sem direitos e sem garantias trabalhistas de qualquer tipo.

Iniciado em 1994, os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) caracterizaram-se como auge do neoliberalismo. Em 1998, quando o PIB praticamente não cresceu (0,34%), ele conseguiu aprovar várias medidas para precarizar e flexibilizar os direitos trabalhistas. Aí surgiu a implantação do banco de horas, o contrato de trabalho por tempo determinado (lei 9.601/1998), a lei de contrato parcial (MP 1.709/1998), além da contrarreforma previdenciária que inseriu o fator previdenciário. Não foi suficiente. Em 2000, aprovou-se o trabalho aos sábados e domingos para os comerciários, instituiu também as comissões de conciliação prévia para minar processos trabalhistas contra os patrões, entre outros retrocessos. Ora, tudo isso resolveu o problema do desemprego? Efetivamente não. Foi exatamente o elevado índice de desemprego um dos principais fatores que levou, em 2002, à eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula manteve todos os retrocessos do governo FHC. Mesmo beneficiado pela situação da economia mundial e do país, sua primeira medida foi uma nova reforma da Previdência já em 2003, dando continuidade àquela de FHC de 1998. Só que dessa vez o alvo foram os servidores públicos. No seu governo houve crescimento do emprego, mas principalmen-

te de tipo precário. Um exemplo disso, foi a terceirização na Petrobrás. Esta subiu de 120.000 trabalhadores terceiros no governo FHC para 300.000 no Governo Lula. O aumento da capacidade de consumo das famílias foi fomentado através do seu endividamento, ampliando a quantidade de crédito disponível para os grandes bancos nacionais com carteira comercial. Quando a crise finalmente se abateu, em 2009, foi combatida ou postergada com a ampliação do crediário e isenções no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para a indústria. Essa opção, apesar dos resultados no curto prazo, causou um rombo nas contas públicas e grande endividamento das famílias dos trabalhadores.

Dilma Rousseff assumiu a presidência em 2010. Foi no seu segundo mandato, a partir de 2015, que se intensificou a crise econômica do país. Ela editou a MP 665 que se transformou na Lei 13.134 de junho de 2015. Essa Lei dificultou o acesso ao seguro-desemprego, justamente quando este se fazia mais necessário. Passou-se de 6 meses para 1 ano de trabalho para se ter direito ao 1º acesso do seguro. Também foi aprovada a Lei 13.189 de novembro de 2015, intitulada de Programa de Proteção ao Emprego. Longe de ser uma proteção, esta lei seguia exatamente a mesma lógica que pauta as reformas trabalhistas mais recentes. Foi permitida a redução de jornada de trabalho com a redução salarial em até 30% do salário. Desse montante, 15% seria pago pelo governo através do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) desde que as empresas comprovassem dificuldade financeira e mantivessem o nível de emprego e houvesse aprovação por uma assembleia de trabalhadores. Tal medida, curiosamente, foi inicialmente proposta pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Na verdade, essa medida esteve longe de assegurar a manutenção dos empregos. Assegurou-se, unicamente, os lucros das empresas. Basta ver os em-

LULA E DILMA
não só
mantiveram os
retrocessos como
aprofundaram
alguns



pregos nas montadoras de automóveis, caminhões e utilitários em São Bernardo do Campo, que possuía 15.136 empregos em 2015 e em 2016 terminou com 13.349 trabalhadores, ou seja, 1.787 empregos a menos como indica os números da RAIS no período.

Após o impeachment de Dilma, Temer vai assumir os compromissos com o grande capital nos dois anos que restavam para terminar seu mandato e

age rápido. Consegue aprovar a Lei das Terceirizações em março de 2017, ampliando a possibilidade de terceirização para todos os setores, mesmo no caso de atividades fins e em julho do mesmo ano aprova a reforma trabalhista.

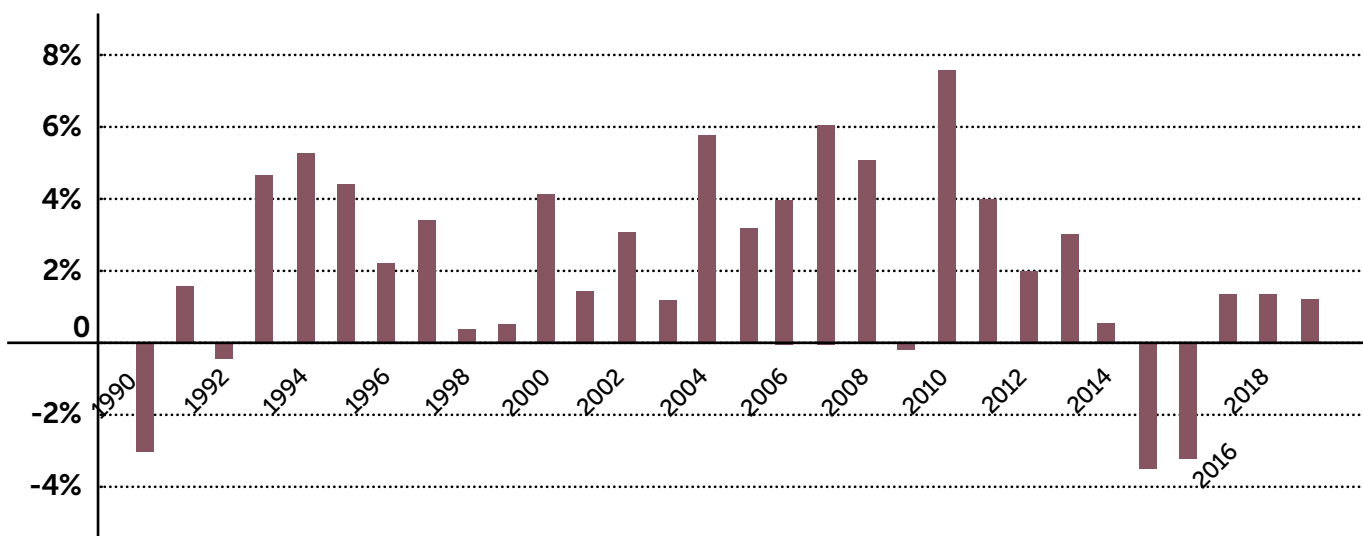
São os impactos dessas novas medidas, com promessa de salvaguardar os empregos, que analisaremos de forma mais detida nos próximos tópicos deste artigo.

A Reforma Trabalhista do governo Temer e a relação entre crise econômica e intensificação da precarização do trabalho

A Reforma Trabalhista do governo Temer retirou direitos históricos da classe trabalhadora brasileira contidos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Dentre as mudanças, podemos citar a regulamentação do trabalho intermitente, a prevalência do negociado

sobre o legislado para burlar direitos contidos nas leis trabalhistas, o incentivo de acordos individuais em uma relação de correlação de forças desigual entre trabalhador e patrão. O país vinha de uma forte recessão. Basta mencionar o PIB negativo de -3,55% em 2015 e -

6.1 Crescimento do PIB do Brasil 1990-2019



3,28 em 2016. Assim, o argumento utilizado foi o de “modernizar as relações de trabalho” e combater o desemprego. A mesma história contada desde o governo de Fernando Collor.

Vemos (gráfico 6.1) que nos anos de situação econômica mais grave, com recessão ou estagnação econômica, são justamente aqueles períodos em que os governos, pressionados pela burguesia, vão intensificar a retirada dos direitos

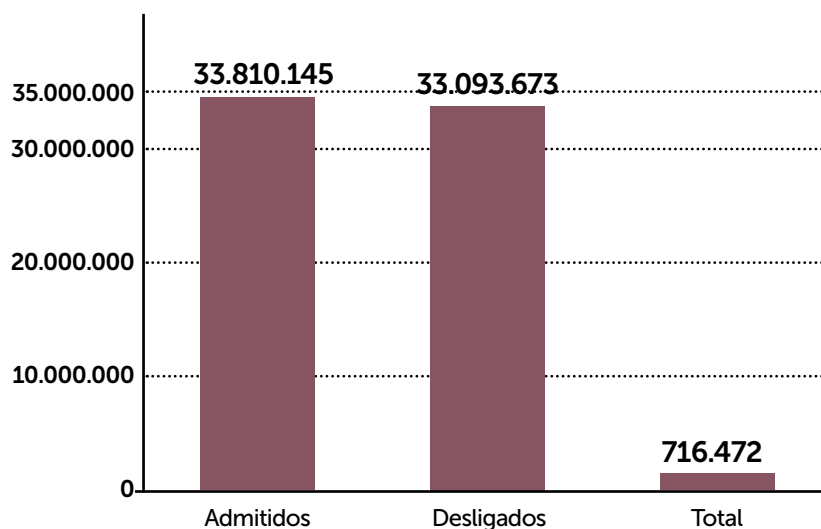
e aumentar a precarização do trabalho. Foi assim entre 1998 e 1999 no governo FHC. Entre 2015 e 2016 com Dilma e 2017 e 2018 com Temer. Com Bolsonaro é aplicado o mesmo remédio dos últimos 30 anos, ainda que com doses mais elevadas.

Cabe analisar, então, se a retirada de direitos trabalhistas, flexibilização etc. realmente atuam ou não no sentido da recuperação do emprego.

Os impactos da última Reforma Trabalhista de 2017: o que ela nos ensina?

Passados pouco mais de dois anos da implantação da Reforma Trabalhista de 2017, vejamos o que a famosa “modernização nas relações do trabalho” reservou para os trabalhadores, no que diz respeito à renda, emprego e tipo de contratação, através de dados fornecidos pelo próprio Governo Federal.

6.2 Admitidos e desligados após a reforma trabalhista



No último relatório do CAGED de 2019, vemos que esse ano teve um saldo de 644.079 empregos, no entanto houve uma redução de 307.311 empregos na forma de contratação Celetista e um crescimento de 85.716 na forma de trabalho intermitente e 20.360 empregos no regime de tempo parcial, entre outros tipos de contratação precária. Também foram feitas 220.579 demissões com rescisões de trabalho entre trabalhador e patrão, sem a participação do sindicato.

Mas o cenário fica ainda mais claro considerando todos os dados de trabalhadores admitidos e desligados em todo o período da reforma trabalhista, baseado nos dados informados pelo CAGED. Nossa pesquisa, portanto, será do período de aplicação da reforma de Temer de outubro de 2017 a dezembro de 2019.

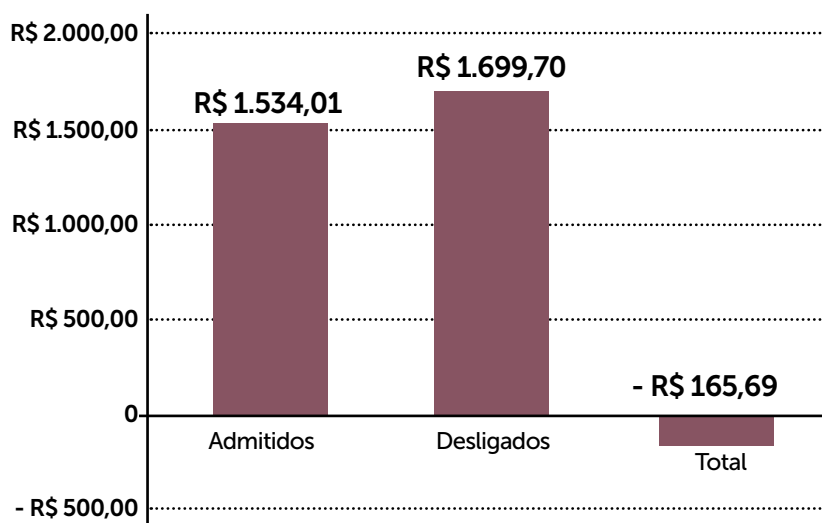
Nesse período foram contratados 33,8 milhões de trabalhadores e 33,09 milhões foram demitidos, dando um saldo de apenas 716 mil contratados, que significou um crescimento de 2,16% no saldo de contratados como mostra o gráfico 6.2, ao lado.

Esse crescimento no saldo de em-

6.3 Salário médio de desligados e admitidos após a reforma trabalhista (em reais)



6.4 Salário médio de admitidos e desligados após a reforma trabalhista (em reais)



pregos em mais de dois anos é ínfimo, considerando que o Brasil possui mais de 45 milhões de trabalhadores sem empregos e 33 milhões de trabalhadores sub empregados (Anuário ILAEE 2019). Além disso, nos anos anteriores, desde o início da crise, foram perdidos quase 5 milhões de empregos. Ou seja, esse “saldo” desde a reforma não significa sequer uma pequena recuperação no número de empregos perdidos após o início da crise econômica no Brasil.

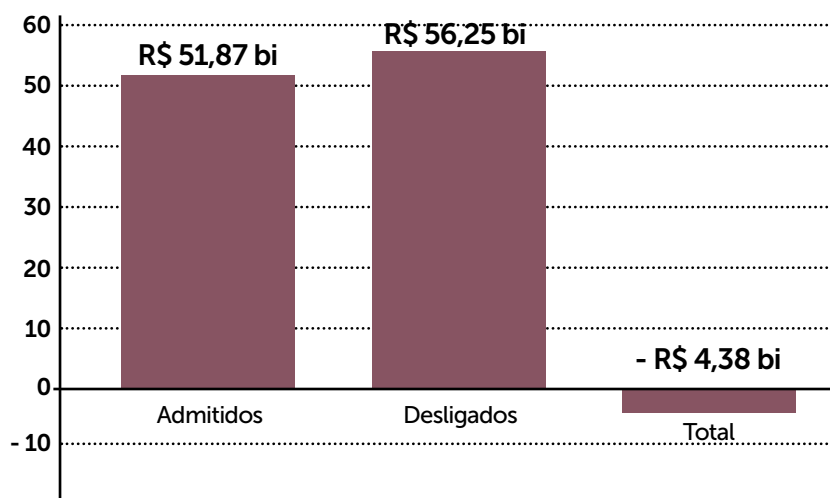
Mas o principal está do lado da renda. Houve uma redução da remuneração média dos novos trabalhadores admitidos em relação aqueles desligados no mesmo período.

No gráfico, a seguir (gráfico 6.3), mostramos os salários médios de trabalhadores admitidos e desligados em todos os setores no período posterior a reforma trabalhista, tal como dissemos anteriormente. Por exemplo, os trabalhadores de menor remuneração são os do setor agropecuário, extrativismo vegetal, caça e pesca. Vejam que o salário médio caiu de R\$ 1.301,64 para R\$ 1.261,32.

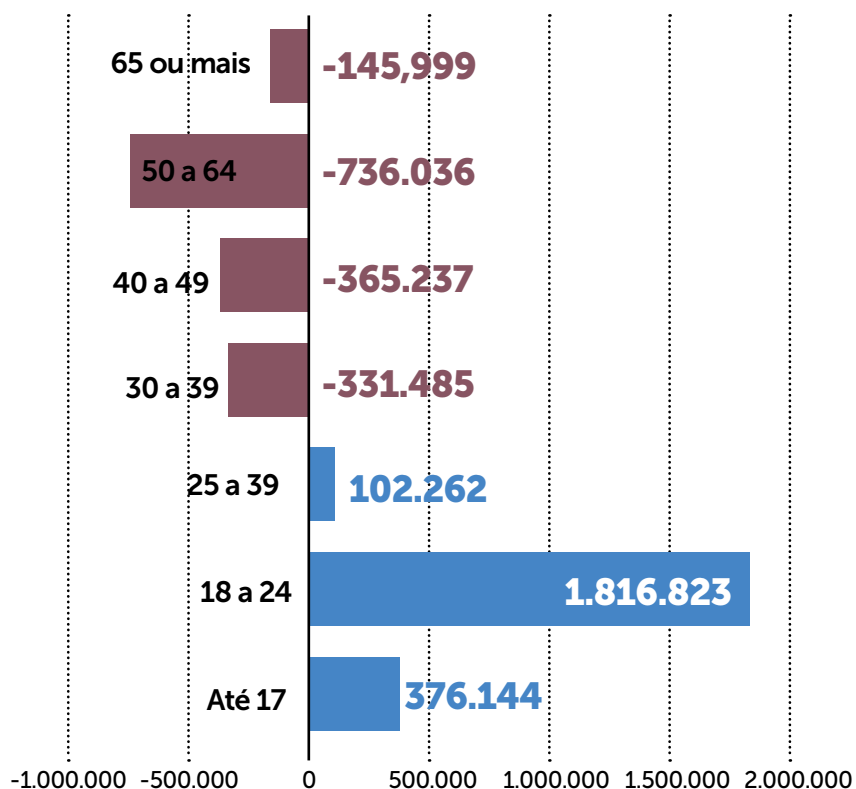
Se consideramos os trabalhadores admitidos e desligados de todos os setores nesse período de dois anos, os novos contratados tiveram uma média salarial de R\$ 1.534,00 e os demitidos foram de R\$ 1.699,70, ou seja, os salários tiveram uma queda média de R\$ 165,69, o que correspondeu a uma queda 9,56% no salário médios desses trabalhadores contratados (gráfico 6.4).

O valor pode parecer pequeno. Mas é gigantesco. Como vimos anteriormente esse valor se aplica a uma massa de 33,8 milhões de trabalhadores admitidos e outros 33,09 milhões desligados (gráfico 6.2). Se considerarmos toda a massa salarial de trabalhadores admitidos nesse período, ela corresponde a R\$ 51,86 bilhões mensais e a dos desligados corresponde a R\$ 56,25 bilhões mensais, ou seja os trabalhadores perdem mensalmente R\$ 4,39 bilhões por mês

6.5 Massa salarial mensal resultante de admitidos e demitidos desde a reforma trabalhista (em bilhões de reais)



6.6 Variação do emprego - admitidos e desligados (por faixa etária)



com a reforma (gráfico 6.5).

Os R\$4,39 bilhões por mês perdidos mensalmente apenas pela redução salarial média dos trabalhadores desde a reforma correspondem em um ano a R\$52,68 bilhões.

Para se ter uma ideia, o corte anunciado pelo governo Bolsonaro no orçamento das universidades públicas, que desencadeou toda uma onda de protestos no país, foi de 5,8 bilhões em 2019. Esse valor, no entanto, corresponde a apenas 10% do valor que o conjunto dos trabalhadores perderam após a reforma. Se formos comparar com os gastos com o Bolsa família em 2019, vemos que o governo gastou R\$ 32,9 bilhões com esse programa social. Inferior, portanto, em R\$ 19,78 bilhões à massa salarial perdida pela classe trabalhadora.

Trabalhadores idosos: o grupo mais atingido pela reforma trabalhista

Outro aspecto importante de frisar é sobre a faixa etária dos trabalhadores admitidos e desligados. Um dos centros da reforma é facilitar a demissão por parte das empresas. Ocorre que os trabalhadores de faixa etária mais elevada são os mais duramente atingidos, já que tendem a possuir os salários mais elevados. Vejamos a variação entre admitidos e desligados por faixa etária (gráfico 6.6).

Ora, em plena pandemia da covid-19, o grupo na faixa etária de mais de 60 anos é o grupo etário de maior risco. O saldo do emprego é mais negativo justamente na faixa acima de 50 anos, na qual houve mais desliga-

mentos que admissões, em um saldo de -736.036 (gráfico 6.6).

Some-se a isso que o governo Bolsonaro e o Congresso, com Maia à frente, aprovaram a reforma da Previdência. Um dos principais pontos da reforma foi dificultar o acesso à

aposentadoria e para isso a condição obrigatória de o homem ter idade mínima de 65 anos e a mulher 62 anos, exceto os casos especiais. Ou seja, o trabalhador idoso sem emprego dificilmente se aposentará, já que não contribuirá com a Previdência.

O governo Bolsonaro e suas medidas diante da pandemia do coronavírus

Bolsonaro veio disposto a entregar de vez o Brasil ao imperialismo norte-americano e ao grande Capital. Como parte dessa política quer privatizar as estatais, a educação pública, a saúde pública, a previdência social e precarizar mais a vida da classe trabalhadora. Se não conseguir por meio “democráticos”, ameaça com um golpe militar, ameaçando as mínimas liberdades democráticas que temos.

No que diz respeito aos direitos dos trabalhadores ficou famosa a sua frase: “O trabalhador vai ter que decidir se quer menos direitos e emprego, ou todos os direitos e desemprego”. Ora, mas como vimos no curso de todo esse artigo, essa premissa vem sendo aplicada governo após governo e, se é verdade que realmente conseguem fazer baixar a remuneração e garantias dos trabalhadores, mostram-se totalmente ineficazes para combater o desemprego. Para os trabalhadores o quadro é perder ou perder. Agora, em meio à pandemia do coronavírus, a necessidade de isolamento e, mesmo, a paralisação da produção, não há dúvidas de que esse discurso e essa tese serão mais uma vez alardeados aos quatro ventos. Estamos, no fim das contas, caminhando para algo pior: “Sem empregos e sem direitos”.

A MP 905 (Programa Verde e Amarelo), é prova disso. Inicialmente está pre-

vista para novos trabalhadores da faixa de 18 a 29 anos, que ao serem contratados receberão mensalmente, além do salário, 1/3 de férias proporcional e 13º proporcional. No entanto, o patrão só pagará a contribuição mensal de 2% de FGTS e não mais os 8% e a multa por demissão sem justa causa cairá de 40% para 20% do valor do FGTS. Some-se a isso que as empresas ficam dispensadas de pagar a Previdência Social. A situação seria cômica, se não fosse trágica. Os mesmos que diziam haver um rombo da Previdência dispensam os patrões de pagarem sua parte relativa à contribuição previdenciária. O salário não poderá ser superior a 1,5 salários mínimos. Uma situação inédita para a iniciativa privada: um teto salarial, o mais rebaixado possível. Além disso, acaba com repouso remunerado aos domingos e a multa relacionada a questões trabalhistas cai ao valor da poupança.

Agora em plena pandemia, a comissão mista da Câmara dos Deputados deu parecer favorável à MP 905, com pequenas alterações. Entre essas, está a inclusão de trabalhadores desempregados há mais de 6 meses que possuam mais de 55 anos. Por essa votação, torna-se claro que o Congresso Nacional, com Maia à frente, não tem diferenças substantivas com Bolsonaro no que diz respeito à classe trabalhadora.

A CNI e suas propostas para "enfrentar a Pandemia"

A CNI (Confederação Nacional da Indústria), apresentou no dia 18 de Março um conjunto de medidas para serem entregues ao governo, segundo eles para "atenuar" os efeitos da crise provocada pelo coronavírus. Propõem prorrogação de tributos e dívidas, redução de juros e outras políticas e benesses para o grande industrial. Uma em particular chama a atenção: eles "solicitam" a liberação dos preços de remédios em plena pandemia. Essa é a "contribuição" que a indústria farmacêutica oferece diante do crescimento da procura por medicamentos.

No que diz respeito à legislação trabalhista propõe alterá-la em vários artigos da CLT, uma espécie de reforma trabalhista em meio à pandemia. Propõem redução da jornada com redução salarial em até 50% e, se o trabalhador não trabalhar nesse período, fica em débito com o patrão através do banco de horas. Dívida essa que pode ser compensada em dois anos. Além disso, temos medidas como: retirar as exigências trabalhistas para o teletrabalho, alterar indiscriminadamente o

horário de trabalho, utilizar todos os feriados necessários, fim das multas por fiscalização do trabalho nesse período, descaracterizar a covid-19 como doença relacionada ao trabalho. Todas essas medidas não necessitariam passar por nenhum tipo de negociação com sindicatos ou comissão de trabalhadores. Seriam feitas de forma unilateral por parte da patronal.

Esse é um dos setores que mais se opõe à quarentena. Não se importam em expor os operários, sua saúde e sua vida. Vale lembrar que foi no norte da Itália, onde se concentram mais indústrias, que houve maior contaminação e vítima fatais pelo novo coronavírus. Naquela situação os patrões da Itália também não queriam liberar os operários do trabalho e só o fizeram depois de greves e do colapso do sistema de saúde do país.

No Brasil, se dá o mesmo, e um exemplo a ser seguido foi a ação do sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos que chamou a greve de todos trabalhadores do setor no intuito de garantir a vida dos operários e o emprego.

Medidas de Bolsonaro durante a pandemia vai ao encontro da pauta da CNI

No dia 22 de março de 2020, ou seja, 4 dias após a publicação apresentação da pauta dos empresários por meio da CNI, o governo Bolsonaro editou a MP 927 em que atende boa parte das pautas empresariais. Modificou algumas propostas, mas manteve o conteúdo.

Essa medida propõe redução da jornada com redução salarial em até 50%, a partir de um acordo individual entre o empregador e empregado e sem participação do sindicato. Além disso, temos a flexibilização do teletrabalho, antecipação de férias, utilização de feriados. O período não trabalhado poderá ser

compensado no banco de horas em até 18 meses. Tal como queria a CNI, os casos de covid-19 não serão considerados ocupacionais, exceto se o trabalhador demonstrar que houve nexo causal.

Num primeiro momento, Bolsonaro foi mais longe que a CNI, propondo suspender o contratos de trabalho por 4 meses. Isto é, literalmente, que os trabalhadores passassem fome na quarentena. A repercussão foi de tal forma negativa por parte dos trabalhadores, que Bolsonaro teve que recuar. Mas editou, em seguida, a nova MP 936.

Nessa nova medida provisória foi permitida a suspensão do contrato de trabalho por 2 meses. Além disso:

- As empresas não pagarão nada caso sua renda anual seja inferior a R\$ 4,8 milhões em 2019. Nessa situação, o governo paga o valor do seguro-desemprego ao trabalhador.

- Para as empresas com receita anual com valor igual ou superior a R\$ 4,8 milhões, terão que pagar apenas 30% do salário do trabalhador e o governo o equivalente a 70% do valor do seguro desemprego ao qual o trabalhador teria direito.

Como se vê, apesar do recuo, Bolsonaro apresentou, ainda assim, uma medida provisória com redução dos salários e sem garantia de estabilidade no emprego.

Algumas conclusões

USURPAÇÃO

Uma massa de riqueza dia após dia sai do bolso da classe trabalhadora brasileira e tem um único destino: o bolso dos empresários que querem recuperar sua taxa de lucro após a crise

A Constituição de 1988 não foi construída a serviço dos trabalhadores. Apesar disso, a situação marcada por profundas mobilizações trabalhistas e sociais permitiram aos trabalhadores nela inserir alguns direitos sociais e trabalhista. Desde então, temos uma retirada contínua de garantias e direitos trabalhistas sempre com o argumento de preservar o emprego. Tais processos foram acelerados nos períodos de crises ou estagnação da economia.

Como vimos com os dados detalha-

dos desde a última reforma trabalhista aprovada por Temer, o que se verificou foi estagnação nos empregos e a retirada de uma massa de remuneração da classe trabalhadora. Fica claro, então, a falácia do argumento de Bolsonaro de empregos sem direitos. Essa massa de riqueza que dia após dia sai do bolso da classe trabalhadora brasileira tem apenas um único destino possível: o bolso dos empresários que querem recuperar sua taxa de lucro após a crise.

É nessa situação, marcada pela rotatividade do trabalho, pela perda de remuneração, pela elevação do desemprego sobre os setores de maior faixa etária da população que o Brasil recebe, agora, a epidemia do novo coronavírus. Uma classe trabalhadora fragilizada economicamente, como seus setores de maior faixa etária dilacerados. E a saída do governo? A mesma que se aprofunda faz 30 anos: menos direitos, menos garantias, afinal, “o Brasil não pode parar”. Ora, cabe perguntar: a quais indivíduos e grupos de indivíduos se refere Bolsonaro quando emprega o termo Brasil?



Existe uma saída: o controle da economia nas mãos de quem produz a riqueza!

O capitalismo como sistema econômico, político e social nada tem a oferecer à classe trabalhadora e à maioria da humanidade, a não ser destruição, pondo em risco a vida do próprio planeta. Nessa pandemia, fica clara a contradição entre salvar vidas humanas e a lógica de preservar os lucros dos bancos, das grandes empresas.

No meio de uma catástrofe como foi a 1ª Guerra Mundial capitalista, os trabalhadores conseguiram criar um estado operário e formar a União Soviética. Esse Estado, que colocou os operários no comando das fábricas e da economia, levou a um desenvolvimento impressionante das forças produtivas associado a garantia de enormes direitos sociais: emprego, salário, saúde e educação públicos, direitos

históricos para os setores oprimidos como as mulheres. Ainda que esta alternativa tenha retrocedido em função do isolamento, fazendo surgir uma burocracia, serve de referência histórica de que a classe trabalhadora pode alçar voos mais elevados e não ficar à mercê de Bolsonaro, Lulas, CNIs e um punhado de empresários.

Agora, diante da catástrofe capitalista, perguntamos: o socialismo morreu? Não! Algum gênio irá propor remediar a crise do coronavírus com mais mercado e liberalismo? Mais do que nunca é necessário tirar as lições do passado para que não caiamos em novos regimes burocráticos e libertemos a humanidade de toda exploração e opressão. Esse desafio estará colocado para todos nós que vivermos nesses próximos anos. ■

Os desafios para a classe trabalhadora diante da pandemia

Escrito por
**ANA PAULA
SANTANA**



A pandemia de Covid-19 atinge o mundo em um momento de grave crise econômica, política e social. As classes dominantes, em meio a maior crise sanitária vista na história recente, procuram manter a guerra social contra o povo pobre. Em contrapartida, os trabalhadores resistem e se levantam em protestos, greves e mobilizações para defender suas vidas. Usam da criatividade e de novos métodos de organização para garantir constante mobilização, quando não é possível realizar reuniões ou assembleias para tomadas de decisões.

A burguesia mundial acre-

dita ser fácil que os custos da pandemia recaiam sobre a classe trabalhadora. Enganam-se! Para os trabalhadores fica cada dia mais claro que quem tudo produz, também deve gerir o sistema de produção. Ao mesmo tempo que a pandemia revela a monstruosidade e a irracionalidade do capitalismo, revela que é possível derrotá-lo e construir uma nova sociedade. São dias concentrados de luta pela vida que trazem novos aprendizados sobre a força da organização da classe. A catástrofe que significa a pandemia de Covid-19 certamente será mais um motor propulsor da luta de classes.

Vejamos os elementos que nos levam a fazer tais afirmações.

1 Discurso da ONU no dia Mundial da Água – Disponível em: <https://www.elciudadanoweb.com/el-40-de-la-poblacion-mundial-no-se-puede-lavar-las-manos-en-plena-pandemia/> Acesso em 27/03/2020

2 Síntese de indicadores sociais IBGE 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos> Acesso em 27/03/2020

A Pandemia escancara as condições de barbárie em que vive a classe trabalhadora

Evitar aglomerações e lavar as mãos com água e sabão. Duas orientações simples para prevenir a transmissão do coronavírus e que estão distantes da realidade da imensa maioria das populações mundo a fora.

Em março de 2020 a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que “*mais de três bilhões de pessoas no mundo não tem como lavar as mãos contra o coronavírus*”¹. A falta de acesso a recursos mínimos para a sobrevivência como água, comida, moradia, trabalho e tantos outros é a condição que o capitalismo oferece àqueles que tudo produzem.

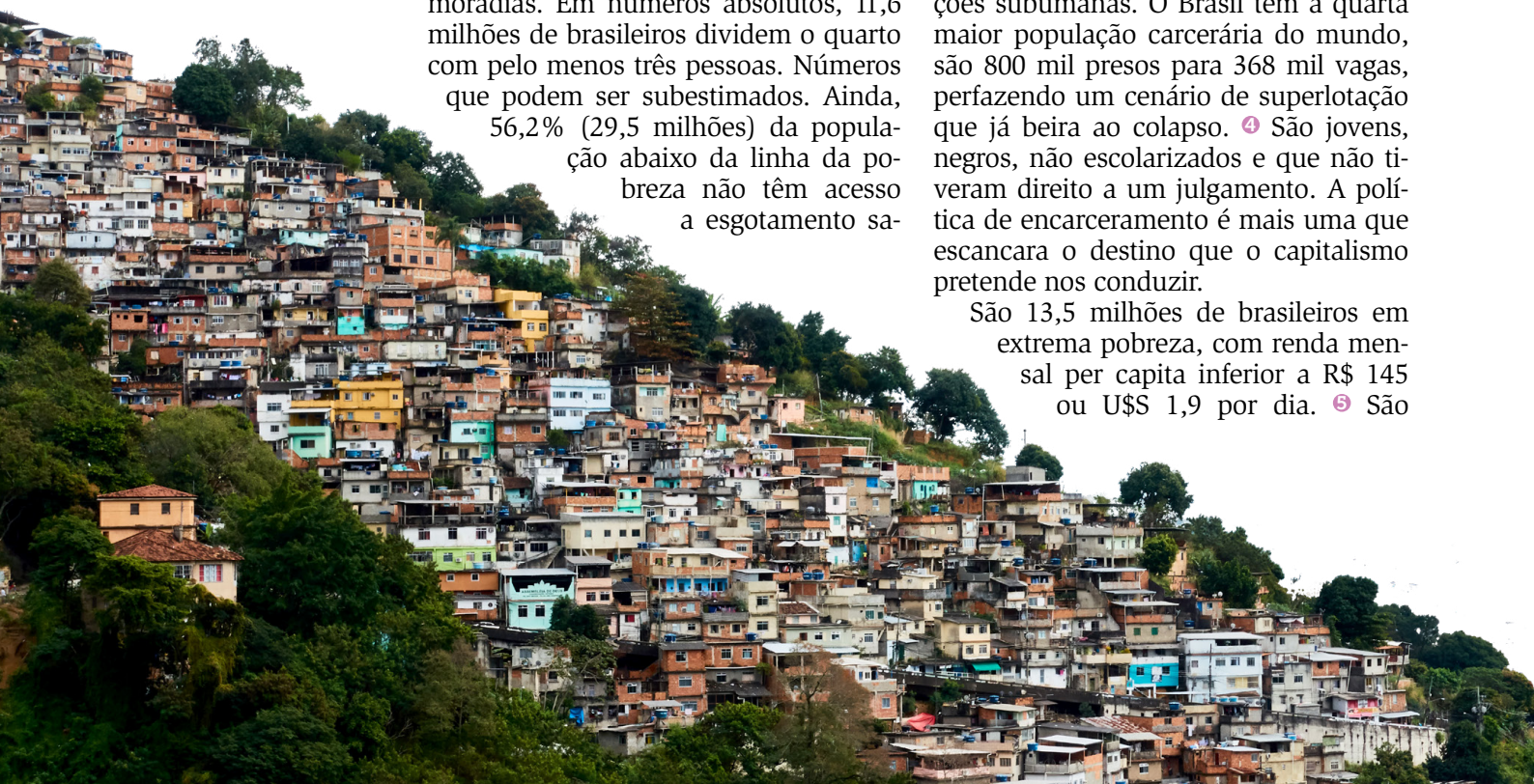
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que mais de um milhão de pessoas moram em locais superlotados na cidade de São Paulo, com mais de três pessoas por dormitórios. No Brasil, 5,6% da população vive em condições de aglomerações em suas moradias. Em números absolutos, 11,6 milhões de brasileiros dividem o quarto com pelo menos três pessoas. Números que podem ser subestimados. Ainda, 56,2% (29,5 milhões) da população abaixo da linha da pobreza não têm acesso a esgotamento sa-

nitário; 25,8% (13,5 milhões) não são atendidos com abastecimento de água por rede; e 21,1% (11,1 milhões) não têm coleta de lixo.²

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) estima que cerca de 40 mil pessoas vivam nas ruas de São Paulo. Em todo o Brasil, a estimativa é que mais de 100 mil pessoas vivam em situação de rua³. Esse quantitativo é somente uma estimativa que não consegue dar conta dos milhares de desempregados ou subempregados, constituindo por vezes famílias inteiras, que foram obrigados a viver nas ruas por não ter renda para custear aluguel e outras despesas. Ainda há os que não conseguem pagar os altos custos de transporte e que precisam dormir nas ruas para garantir a permanência no trabalho.

Importante destacar os mais de 800 mil brasileiros encarcerados em condições subumanas. O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, são 800 mil presos para 368 mil vagas, perfazendo um cenário de superlotação que já beira ao colapso.⁴ São jovens, negros, não escolarizados e que não tiveram direito a um julgamento. A política de encarceramento é mais uma que escancara o destino que o capitalismo pretende nos conduzir.

São 13,5 milhões de brasileiros em extrema pobreza, com renda mensal per capita inferior a R\$ 145 ou US\$ 1,9 por dia.⁵ São



3 Dados da população de rua em SP. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303 Acesso em 28/03/2020

4 Conselho Nacional de Justiça – CNJ Dados da população carcerária no Brasil. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php Acesso em 28/03/2020

5 Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE 2019 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos> Acesso em 28/03/2020

6 Anuário Estatístico do ILAESE. P. 8. Disponível em: <http://ilaese.org.br/category/anuario-estatistico-ilaese/anuario-estatistico-ilaese-2019/> Acesso em 29/03/2020

famílias inteiras que precisam racionar a comida, que não tem acesso a água potável ou esgoto, que passam todos os dias amontoados em barracos de latas, procurando algum trabalho que lhe dê a mínima condição de subsistência.

A Covid-19 alcançou o Brasil em momento de plena precarização das condições de trabalho. Precarização paulatina ao longo de décadas, que geraram mais de 33 milhões de trabalhadores subempregados e 45 milhões de trabalhadores sem emprego, como revelamos no Anuário Estatístico do ILAESE. 6

Por mais revoltante que seja dizer os números da desigualdade social, eles não dão conta de expressar o sofrimento rotineiro de populações inteiras que são vítimas da lógica da divisão de classes na sociedade capitalista, onde poucos tem muito e muitos são obrigados a viver sem nada. A falta do que comer, não ter onde dormir, não ter trabalho é um reflexo do capitalismo em todo o mundo. Tais condições são colocadas a vista quando as recomendações dos órgãos de saúde não são possíveis de serem cumpridas pois não há condições mínimas para garantir simples orientações de higiene.

Na Índia, 2º país mais populoso do mundo, com 1,4 bilhões de pessoas, a recomendação para quem manifesta sintomas de contaminação por coronavírus é que faça a quarentena nos topos das árvores. Isso porque a imensa

maioria da população vive em condições de aglomerações em suas moradias. Estimativas apontam que 70% da população trabalha na informalidade e devido à essa condição já no início das recomendações de isolamento social estimava-se que milhões já não tinham o que comer.

Em todos os lugares as políticas dos governos diante da catástrofe que significa a pandemia na vida dos mais pobres, não tem sido diferente do que fazem a todo tempo. Defendem a salvação da economia, dão aportes para bancos e grandes empresários, tentam a todo custo manter a produção de mercadorias em detrimento da saúde e segurança dos trabalhadores; para a imensa maioria da população relegam auxílios vergonhosos, como o aprovado pelo congresso brasileiro de R\$600 por três meses.

A pandemia de Covid-19 escancara e coloca a nu toda a crueldade do sistema capitalista, e dos seus gerentes – os governos da vez. Revela também que não há capitalismo humano e põe a prova qualquer resquício de ilusão sobre essa já falida forma de organização social. Mas ao escancarar toda essa condição, nos impõe mais que conhecer a realidade, e sim transformá-la de forma radical. Será que nos cabe esperar de braços cruzados pelo fim da crise sanitária para contabilizar mortos e desempregados?

Não estamos condenados a tal barbárie e podemos mudar o curso da história!

As ondas de revolta se converterão em organização de classe

A realidade se impõe e junto dela a criatividade e a ousadia da classe trabalhadora. Formas tradicionais de lutas se combinam a novas formas em tempos de pandemia. A condição

adversa não impossibilita a organização e mobilização. Novos desafios são postos quando é necessário garantir o distanciamento social, impossibilitando a realização de reuniões ou assem-



PANELAÇOS
massivos
acontecem de
canto a canto
do Brasil, contra
a política do
governo

bleias. O que temos acompanhado são ondas de revolta em várias partes do mundo pelo direito a vida. A luta de classes nunca esteve tão viva, mesmo que possa parecer afogada diante de tamanha catástrofe.

Os trabalhadores do Brasil e do Mundo demonstraram na prática que não ficarão esperando o final da crise sanitária para contabilizar a perda de entes queridos e de condições de sobrevivência. A luta pela vida e pelo direito ao trabalho digno ganhou força desde o momento em que houve a ameaça da ganância capitalista de sobrepor seus intentos.

Pelo curto espaço, daremos poucos exemplos de que os ventos revolucionários estão se levantando.

Em São José dos Campos – SP logo nos primeiros dias da chegada da pandemia ao Brasil, os trabalhadores metalúrgicos organizados em seu sindicato, iniciaram uma ampla campanha pelo direito a vida, ressaltando a importância do distanciamento social para combater a proliferação do vírus

e exigindo dos patrões licença remunerada para seguir as recomendações dos órgãos de saúde. Em fábricas que aglomeram mais de três mil pessoas a ganância patronal permanecia colocando em risco a vida dos operários em nome de altos lucros.

O caldo entornou quando a montadora de automóveis Caoa Chery, com sede em Jacareí-SP, demitiu 60 pessoas. A mobilização de todos os trabalhadores da empresa contra as demissões e por estabilidade no emprego parou toda a produção. As demissões foram revertidas e ainda houve a conquista de licença remunerada seguida de layoff para todos os trabalhadores. Essa vitória aguçou o ânimo da classe trabalhadora ao mesmo tempo que revelou a crueldade dos empresários, que mesmo em um momento de epidemia, em que os operários mais precisam de garantia de salário, se atreveu a demitir e causar insegurança sobre a sustentação financeira de várias famílias em tempos tão difíceis.

No mesmo período uma greve foi decretada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de SJC e Região e de imediato 80% da categoria metalúrgica cruzou os braços para garantir o direito de quarentena. Esse fato revelou de forma evidente o momento que vivemos e de como pode ser promissor para a auto-organização da classe trabalhadora. A greve foi decretada sem uma assembleia convencional, somente por meio virtual. O contato com os trabalhadores nas portas das fábricas naquele momento era limitado para impedir a proliferação do vírus. No entanto, os operários atenderam ao chamado das lideranças pois sabem que cabe a classe trabalhadora cuidar de sua vida e do seu destino e não deixar que a minoria de exploradores governe nossas vidas.

Vemos crescer massivos painéis nas janelas, de canto a canto do Brasil, contra a política do governo que quer que os pobres voltem para as ruas para

garantir o pleno funcionamento da economia. Vemos também como a população das vilas e favelas se mobilizam para garantir segurança alimentar e higiene. Movimentos de solidariedade e companheirismo, onde falta quase tudo, dão recados que de que podemos construir um mundo novo.

Os setores mais pauperizados da classe trabalhadora, que vivem sem emprego ou na informalidade, que trabalham num dia para comprar mantimentos para o outro, são forças potencial da grande revolta que se avizinha. A pandemia tende a aumentar a crise social já instalada e certamente a reação à essa crise não será pacífica. Podemos observar que em várias partes do mundo os setores mais pauperizados realizam saques em supermercados para garantir a alimentação.

Na Itália, os operários deram um grande exemplo nessa batalha. Greves se espalharam contra as condições inseguras no trabalho. Este país foi o epicentro da luta contra as políticas do governo e empresários de sacrificar a vida de milhões para garantir o pleno funcionamento da produção. Uma onda de “greves selvagens”, termo cunhado por não contar com o apoio dos sindicatos oficiais, tomou conta do país.

Na fábrica de Pomigliano da Fiat-Chrysler (FCA) em Nápoles, 6.000

trabalhadores da linha de produção de automóveis de luxo saíram espontaneamente em protesto. No dia seguinte a empresa anunciou o fechamento desta fábrica e tentou abafar a greve, alegando que o fechamento seria para desinfecção. O fato foi que os operários organizados conseguiram paralisar a produção e garantiram seu direito ao distanciamento social. Também em Brescia, na região da Lombardia, um dos lugares mais afetados pelo vírus na Itália, trabalhadores de várias fábricas aderiram a onda de greves selvagens.

Em serviços essenciais, a luta é para condições seguras de trabalho. Profissionais da saúde de toda a parte do mundo penam com o descaso e a falta de equipamentos de proteção individual. Além de jornadas prologadas e exaustivas, carregadas de sofrimento e com risco iminente de contaminação, os profissionais de saúde amargam com a falta de materiais básicos, como papel toalha e álcool em gel. Em muitos lugares do mundo homenagens aos profissionais da saúde ganharam o tom de luta por condições dignas de trabalho, por garantia de salário e valorização profissional.

A situação explosiva e de instabilidade política no mundo, que já vivíamos antes da pandemia, tende a aumentar. Processos revolucionários como o chileno se mantêm vivos e agora podem ganhar novo fôlego, mesmo que no momento presente os métodos de organização e protestos sejam outros. No Equador, Iraque, Hong Kong e outros países onde há uma ebulição das lutas dos oprimidos e explorados, a crise social ampliada durante a pandemia causada pelo limite de atuação das burguesias no âmbito local e mundial, pode fazer aumentar a revolta e dar mais vida a esses processos revolucionários.

É recente a chegada da pandemia nos países coloniais, chamados de subdesenvolvidos. Em breve amargaremos o aumento de mortes nas periferias das

**PROCESSOS
REVOLUCIONÁRIOS**
como o chileno
se mantêm vivos
e agora podem
ganhar novo
fôlego



grandes cidades do mundo. As consequências da doença, associado aos sistemas de saúde ineficientes e sucateados e a políticas de proteção dos lucros da burguesia, são elementos para fazer explodir os caldeirões das periferias. Mesmo diante de perdas irreparáveis o que a classe trabalhadora tem nos mostrado é que podemos fazer escolas de lutas diante da catástrofe.

Recentemente no sudeste do Brasil tivemos essa experiência, quando as chuvas alagaram os bairros pobres, fazendo deslizar barrancos e ceifando a vida de centenas de trabalhadores. Mesmo diante da dor e com lágrimas nos olhos, muitos protestos surgiram, os móveis perdidos viraram barricadas e a dor se transformou em ódio pelo descaso de todos os governos.

À essa situação poderia ser interpre-

tado que os governos não têm culpa das chuvas, que são fenômenos naturais e que devemos amargar as consequências do volume de água ser acima da média. Mas não é nada disto! Acontecem enchentes e alagamentos por um manejo predatório da natureza, causado pela falta de planificação, que é a marca do sistema capitalista. Da mesma forma, uma pandemia pode ser tão devastadora pela incapacidade da burguesia de lidar com a saúde da população.

Vemos a apatia ou a incapacidade de organizar o aumento do número de leitos nas UTI's, a produção de respiradores e até mesmo de garantir as condições de higiene. Esse sistema já não consegue garantir o desenvolvimento da sociedade e impede o avanço da humanidade, impondo condições de vida que retornam à barbárie.

Controle e auto-organização social para impedir a barbárie e construir o socialismo

O capitalismo está com seus dias contados. É certo que as crises de governo vão crescer diante da crise causada pela pandemia do Covid-19. A instabilidade política dentro de uma crise econômica e social já instalada pode colocar fazer tremer essa forma de sociedade que conhecemos. Mas, mesmo com os pés de barro o sistema capitalista não caíra por si só. Devemos derrubá-lo, antes que encontre forças para se reerguer.

Na intenção de tentar uma sobrevivência, medidas autoritárias podem ser tomadas no intuito de conter a explosão social. Isso pode fazer com que a repressão aumente a resistência. Essa é uma lei das leis da luta de classes. Ao mesmo tempo, as várias formas de resistência precisam se converter em

organização de classe.

A primeira atitude que devem tomar os trabalhadores e trabalhadoras mais conscientes é organizar a fábrica, a escola, a comunidade, o bairro ou qualquer outro grupo social para decidir o que fazer diante da pandemia e diante da profunda crise econômica que vem por aí. A ordem é: não esperar que as medidas sejam tomadas pelos governos e patrões, assumir a responsabilidade de todas as ações comunitárias, organizados em assembleias e conselhos.

Se não houver este controle, os ricos terão acesso a UTIs e escaparão na sua maioria, enquanto os pobres morrerão nas filas dos hospitais, como já ocorria antes da pandemia. Por meio da auto-organização, a população tra-

**LÍDERES
COMUNITÁRIOS**
formam
verdadeiros
exércitos de
solidariedade
e lutam contra
pandemia. Na
foto Associação
Vila Clara integra
comitê de doação

balhadora deve criar suas próprias regras de funcionamento. Toda a população deve se organizar em conselhos de moradores do bairro, nas igrejas, nos clubes de futebol, nas escolas de samba, nos sindicatos, associações de todo tipo, e reunir-se em assembleia geral para deliberar como deve se organizar a comunidade para garantir uma vida digna, resguardando as normas sanitárias, enquanto dure a pandemia.

Em Paraisópolis, a maior favela de São Paulo, a comunidade começou a se organizar por conta própria para evitar a disseminação do vírus. O mesmo ocorre no Complexo do Alemão (RJ) e Heliópolis (SP). O Movimento Luta Popular está chamando a construção de uma rede de solidariedade para as moradoras e moradores da periferia, das ocupações, favelas e bairros populares, dizendo: “*NÃO PODEMOS ESPERAR DOS GOVERNOS! Precisamos organizar solidariedade entre nós!*”

Essa organização será mais necessária ainda para enfrentar os efeitos da depressão econômica em que os patrões irão jogar o Brasil. Vai ser uma

quebradeira geral e será sobre as costas da população trabalhadora e pobre que irá recair, principalmente, os custos dessa crise. Precisamos nos organizar desde já para impedir o desemprego em massa e o fechamento generalizado de empresas. Mas também porque todas as medidas de proteção, tomadas até agora no país, foram fruto da pressão popular.

Se depender do governo federal, a pandemia deixará mais de 1 milhão de mortos no Brasil. Mas, mesmo os governos que defendem um certo distanciamento social, seguem obrigando os operários a trabalharem nas fábricas. São cerca de 12 milhões de trabalhadores, produzindo em fábricas com milhares de pessoas. Uma verdadeira irresponsabilidade destes governos e patrões.

Se não ocorrer mobilização e auto-organização, a burguesia vai usar a crise para demitir mais 20 milhões de trabalhadores e quebrar milhões de pequenos negócios, para rebaixar mais ainda o salário e ter mais “mercado” para vender seus produtos.

Que dizer de um sistema que aumenta preços dos alimentos e do botijão de gás em meio à pandemia e o desemprego em massa?

Que dizer de um sistema que sabia desta catástrofe e não fez nada? No caso da Covid-19, epidemiologistas já alertavam há mais de 2 anos do perigo de uma pandemia viral.

Que dizer de um sistema de saúde que se apoia em grandes corporações multinacionais, laboratório farmacêuticos e grandes empresas de serviços de saúde, que preferem fabricar remédios para curar doentes que prevenir as enfermidades com vacinas? E pior ainda, fazem isto porque dá mais lucro tratar de um doente e fabricar remédios que buscar uma vacina.

Que dizer de um sistema que jogará o mundo na mais espantosa miséria, gerando uma depressão mundial com



bilhões de desempregados e subempregados, apenas para que uma centena de grandes corporações multinacionais e bancos possam ganhar trilhões de dólares?

Que dizer de um sistema que afundará 180 países pobres para que 5 países imperialistas possam escapar ileso desta crise?

Que dizer de um sistema que obriga 78 milhões de trabalhadores, na sua melhor fase produtiva, ao desemprego e ao subemprego, quando o país todo necessita de casas, hospitais, escolas, alimentos, meios de transporte, serviços públicos?

Mais da metade da população em idade de trabalhar no Brasil, deixou de produzir. Isto significa uma perda de riqueza no valor de R\$ 7 trilhões de reais, valor que representa cerca de 100% do PIB no país. Isso é destruição do ser humano.

Numa sociedade socialista, todos estes trabalhadores estariam produzindo riqueza, permitindo a redução da jornada de trabalho pela metade. O desemprego em massa é provocado pelas grandes empresas para rebaixar o máximo possível o salário. Este

imenso exército de desempregados e subempregados revela a decadência do sistema capitalista. O Brasil, doravante, não consegue mais desenvolver-se pela via do sistema capitalista colonial. E o pior é que, a cada ano, mais 2 milhões de jovens ingressam no mercado de trabalho para engrossar as filas de desempregados e subempregados.

Por tudo isso reafirmamos que somente o povo organizado, em conselhos populares, nos seus locais de trabalho e moradia podem impedir que novas pandemias devastem a sociedade. Somente a classe trabalhadora organizada pode manejar a natureza usufruindo dela o que há de melhor, sem devastar. O caminho dado aos trabalhadores de todo mundo é o de construir nosso destino com nossas próprias mãos.

À classe trabalhadora cabe destruir essa forma de organização social e construir uma sociedade onde os trabalhadores sejam os responsáveis por gerir toda a riqueza e controlar a produção. Esta nova forma de organização social, novo regime de produção é o socialismo. ■

As especificidades do Brasil diante do coronavírus

Escrito por
**NAZARENO
GODEIRO**

1 A estimativa é do centro para modelagem matemática de doenças infecciosas da London School of Tropical Medicine, do Reino Unido, publicada no jornal O Estado de SP de 23 de março de 2020. A matéria está assinada por Roberta Jansen.

Um mundo em crise e convulsionado

No momento em que escrevemos esse artigo, final de março e início de abril de 2020, estamos em meio a uma profunda crise mundial, cujo estopim foi o coronavírus, que terá efeitos devastadores. Ninguém consegue prever a quantidade de vítimas ao final da pandemia. Já temos mais de 1 milhão de infectados em todo o planeta e mais de 70 mil mortos. Hoje estão morrendo cerca de 5 mil pessoas por dia, 208 mortes por hora, mais de 3 mortes por minuto. Número seguramente subestimado, pois não há controle destes óbitos. Na Itália, estima-se que os números oficiais apresentem apenas 4,6% do total de infectados. A Espanha relata apenas 5,3% dos doentes por coronavírus.¹ Essa subnotificação ocorre, também, na maioria dos países, inclusive nos Estados Uni-

dos, epicentro da pandemia hoje. Os mortos deverão chegar à casa dos milhões, principalmente porque agora o vírus está se espalhando pelos países pobres, acelerando os óbitos e as cenas de barbárie social como vimos em Guayaquil, no Equador, corpos sendo abandonados na rua e queimados, pela população mesmo, devido ao colapso da Saúde Pública.

No terreno econômico, economistas burgueses preveem uma recessão profunda, similar ou pior que a Grande Depressão de 1929, com falência generalizada de empresas em todo o mundo. Veremos queda de produção de dois dígitos, principalmente nos países pobres. Os países imperialistas, vão injetar trilhões de dólares para salvar suas empresas. Com isso, provavelmente evitarão uma depressão nas

suas economias, à custa de jogar os países coloniais na mais severa depressão que se tem conhecimento. Ainda assim, vimos surgir, nos Estados Unidos, 10 milhões de desempregados em apenas duas semanas.

Essa quebra econômica mundial já estava em marcha, provocada pelas grandes corporações internacionais, que diminuíram os investimentos produtivos e começaram a retirar capitais dos países periféricos. A chegada da pandemia acelerou a crise e gerou uma nova situação mundial. Portanto, não voltaremos ao mundo

de antes da pandemia.

A burguesia e o capitalismo mundial aproveitarão a crise para jogar bilhões de trabalhadores no desemprego e no subemprego, por um lado, e aproveitará também para subjugar e recolonizar os 180 países semicoloniais (pobres) para manter 5 países imperialistas (ricos). Isso, seguramente provocará convulsões sociais, onde a classe trabalhadora e a população pobre serão obrigadas a mobilizar-se para garantir emprego e vida digna. O próximo período será de polarização social em todo o mundo, de revoluções e contrarrevoluções.

Cenário de guerra no Brasil

CENÁRIO TRÁGICO QUE SE AVIZINHA

É provável que tenhamos apenas 20 mil leitos de UTI disponíveis para 700 mil pacientes em estado grave. Na imagem, hospital de campanha em São Paulo

Estima-se, em base ao estudo da pandemia no mundo, que teremos cerca de 200 mil mortes no Brasil (caso tomemos todas as medidas de quarentena total e distanciamento social, além de isolamento rigoroso dos idosos), podendo chegar até mais de 1 milhão de mortos (caso não haja quarentena).

O Brasil tem cerca de 55 mil leitos de UTIs e 65 mil respiradores, metade na rede pública e metade na rede privada. Essa estrutura está muito aquém das necessidades de atendimento no

pico da pandemia, levando em conta que mais de 70% destes leitos de UTI estão ocupados com pacientes que tem outras doenças graves. Por este quadro, teremos cerca de 20 mil leitos de UTI disponíveis para 700 mil pacientes em estado grave. Por isso, é tão importante o confinamento generalizado, para que estes pacientes não tenham que ser internados no período de pico da pandemia, que no Brasil está previsto para o final de abril e início de maio.

Estes números indicam que se repetirão no Brasil as cenas estarrecedoras que vimos na Itália e na Espanha. Na Itália, uma fila de caminhões do exército levando corpos para serem incinerados, sem direito a velório ou enterro. Na Espanha se chegou ao extremo dos médicos decidirem deixar morrer os infectados de 65 anos ou mais, para internar na UTI os pacientes mais novos.

A ficha não caiu ainda para muita gente porque estamos no início da proliferação do vírus e a maioria dos casos de pessoas infectadas não são notificados. Uma notícia veiculada pelo jornal O Estado de São Paulo, no



dia 26 de março, mostra a verdadeira situação da pandemia:

“O Brasil teria hoje mais de 17 mil casos do novo coronavírus – 9 vezes mais do que os 1.891 registrados oficialmente. O número de mortes poderia passar de 300, hoje oficialmente são 34. [...] O levan-

tamento mostra que no Brasil apenas 11% do total de casos foram diagnosticados.”

O quadro pode ser pior ainda se Bolsonaro conseguir impor sua orientação de todos voltarem ao trabalho, escolas, transporte público, fábricas, estabelecimentos comerciais etc.

“O Brasil não pode parar”?

Bolsonaro insiste em acabar com a quarentena, argumentando que “o Brasil não pode parar”, quer provocar um genocídio dos trabalhadores brasileiros para garantir o alto lucro de umas poucas grandes empresas, que são intermediárias na superexploração do Brasil pelas multinacionais e pelos Estados Unidos.

Ele prefere então seguir as ordens de meia dúzia de grandes capitalis-

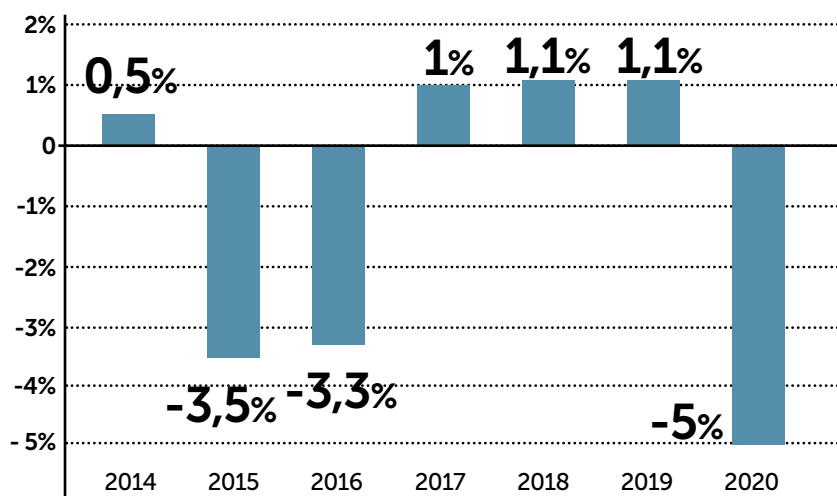
tas, “carnalmente” ligados ao capital internacional, do que ouvir a voz de 210 milhões de brasileiros. Porém, na realidade, a economia brasileira já vem retrocedendo numa velocidade impressionante. Ainda que tenha tido alguns anos de crescimento, a economia está estagnada desde 1990 e a indústria brasileira em franca crise de desindustrialização.

É o capitalismo colonial que está levando o Brasil a uma depressão e não o coronavírus, que foi apenas o detonador da bomba que já estava armada. A média de crescimento do Brasil na década de 2011 a 2020 será de 0,7%, que significa uma estagnação do país pois este índice está abaixo do crescimento populacional do Brasil que é de 0,8% ao ano. Se pegarmos o período de 2014 (quando iniciou a crise internacional) a 2020, a quebradeira é muito pior (gráfico 8.1).

O gráfico ao lado demonstra que, sob o domínio do capitalismo e do imperialismo, estamos retrocedendo.

Revela também uma queda na economia da ordem de -8,1% no decorrer dos últimos 7 anos. A queda abrupta que deve ocorrer no país em 2020, revelará justamente que Bolsonaro foi guindado ao poder no país para arrematar esta destruição. Revela o presidente como um capitão-do-mato de Trump e revela também uma orientação da burguesia de parar de investir no país,

8.1 Crescimento médio anual do PIB entre 2014 e 2020 (em %)



Fonte: IBGE. O índice de 2020 é uma estimativa realizada pelo ILAEESE.

saquear as riquezas daqui e acelerar a venda e destruição da indústria brasileira e voltar ao Brasil como colônia direta dos Estados Unidos. Por isto, escolheu para dirigir o país uma pessoa que bate continência para a bandeira norte-americana. Para realizar este projeto de destruição pura e seca do Brasil, só com uma ditadura militar que “mate 30 mil comunistas”, como gosta de falar o carará sanguinolento.

Bolsonaro não tem programa para construir nada, ele foi alçado ao poder para concluir a destruição do Brasil, que vem sendo executada desde 1990 com a subida de Collor e que continuou nos diversos governos, sejam de “direita” ou de “esquerda”.

Desde 1990 que a burguesia “brasileira”, combinada e subordinada ao imperialismo, desatou uma guerra social contra o povo pobre brasileiro, especialmente a classe trabalhadora. Essa guerra contra os pobres levou o nome de neoliberalismo e vem destruindo a economia brasileira, fechando milhares de fábricas, girando todo o Brasil para ser produtor de alimentos, minérios e energia, iniciou o desmonte de todo o parque industrial brasileiro e gerou os 78 milhões de desempregados e subempregados de hoje. Realizou-se uma privatização em massa de toda a grande indústria, que foi adquirida pelas multinacionais. Realizou uma precarização geral da mão-de-obra, com perdas de direitos fundamentais e rebaixamento geral de salário. Destruição da força de trabalho, do ser humano, da natureza e da técnica adquirida pelo povo brasileiro em décadas de desenvolvimento industrial. Tudo isto foi feito para aprofundar a submissão aos Estados Unidos e levar a riqueza do subsolo brasileiro para os países imperialistas.

De um país que possuía a quarta maior indústria do mundo, produzindo

de tudo, agora foi rebaixado a grande produtor de minérios, alimentos e energia para exportação, isto é, retrocedemos ao papel colonial que marcou a maior parte da história brasileira.

O capitalismo colonial e a burguesia brasileira chegaram ao ponto máximo que poderiam chegar e agora está descendo a ladeira. O Brasil não tem mais como desenvolver-se sob o sistema capitalista. Esta é a verdade, e quanto mais rápido a classe trabalhadora brasileira tenha consciência deste fato, mais rápido avançará na sua organização para garantir uma verdadeira independência do país e trilhar o caminho do socialismo.

A campanha que Bolsonaro está fazendo (“O Brasil não pode parar”) é de um cinismo impressionante pois busca jogar a responsabilidade da crise que passa o país para a classe trabalhadora e quer esconder que a burguesia, a mando do imperialismo norte-americano, é quem está destruindo o Brasil e agora vai acelerar esta destruição, utilizando-se da desculpa do coronavírus.

Ele está mentindo sobre os perigos com um triplo objetivo: o primeiro, é salvar o seu governo, como disse, “se afundar a economia, acaba com meu governo”. O segundo, é para que os trabalhadores sigam dando lucros bilionários para as grandes empresas, ainda que sejam infectados em massa e o terceiro é, caso ocorra uma quebra-geral na economia brasileira, ele colocará a culpa na população e nos seus inimigos políticos.

Por isso, tentou aprovar sua principal medida diante do coronavírus: suspender o contrato de trabalho dos brasileiros, sem pagamento de salário. Só recuou porque houve uma revolta geral dos trabalhadores. Porém, voltou com o mesmo projeto, apenas dourou a pílula, para ser apresentada ao povo brasileiro como “preservação do emprego”.

Grandes empresários e Bolsonaro aproveitam pandemia para demitir em massa e jogar o Brasil na depressão

A Medida Provisória 927/2020, editada por Bolsonaro em 1 de abril, permite suspensão “provisória” (por 60 dias) do contrato de trabalho de empresas que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano. O seguro desemprego será pago, integralmente, pelo governo. Significa que se pode suspender o contrato de trabalho de aproximadamente 20 milhões de trabalhadores que são funcionários de pequenas e médias empresas, de 0 a 49 funcionários, segundo a RAIS. Não há nenhuma garantia que após estes dois meses (mais dois meses de carência) haja uma reconstrução deste conjunto de trabalhadores. Provavelmente retornará apenas uma parte desta, menos da metade.

Já as médias e grandes empresas (de 50 a mais de 1000 trabalhadores) poderão reduzir a jornada e o salário em 25%, 50% e 75% dos seus funcionários, por 90 dias. Neste caso, terão que ban-

car 30% do salário durante essa redução e o governo pagará 70% do salário reduzido. Serão mais 26 milhões de atingidos por esta medida. Em contrapartida, as empresas teriam que garantir a “estabilidade no emprego” por 6 meses.

No total temos uma suspensão total ou parcial dos contratos de trabalho por 2 meses que pode alcançar 46 milhões de trabalhadores (total de empregados do setor privado, segundo a RAIS). E Bolsonaro ainda tem a desfaçatez de dizer que bancará o seguro-desemprego, gastando R\$ 51 bilhões de reais, para “preservar o emprego”. Na verdade, está pagando para os empresários demitirem em massa.

Sem dúvida, essa é a principal medida do governo Bolsonaro e conta com o apoio de todos os grandes empresários e banqueiros: tanto é assim que este pacote é apresentado como um plano para “preservar o emprego” por toda a grande imprensa burguesa. Vai ajudar os bilionários e ferrar os trabalhadores, pequenos produtores e a população carente do Brasil.

Esse é o verdadeiro plano das grandes corporações nacionais e multinacionais e dos banqueiros, a quem Bolsonaro serve. Por outro lado, pela pressão da sociedade, o Congresso Nacional votou duas medidas que, caso sejam realizadas, favorecerão os setores informais, subempregados e desempregados da sociedade. A patronal e o governo temem uma convulsão social, já que as periferias das grandes cidades já eram, antes da pandemia, um barril de pólvora.

Mas quais são estas medidas? Por que são insuficientes?

SUSPENSÃO “TEMPORÁRIA”

do contrato de trabalho pode alcançar 46 milhões de trabalhadores



Medidas aprovadas no Congresso Nacional e assumidas pelo governo Bolsonaro



O SALÁRIO SOCIAL

é uma medida compensatória importante, porém é insuficiente, porque deixa de fora a maior parte dos desempregados, e subempregados

A primeira medida foi garantir um salário social de R\$ 600 reais, por três meses, para os trabalhadores informais e famílias de baixa renda. O gasto é estimado, em números inflados pelo governo, em R\$ 98 bilhões e beneficiará também, segundo o governo, cerca de 54 milhões de pessoas.

Os números reais devem ser próximos do que analisa o Instituto Fiscal Independente (IFI) do Senado, que projeta 30 milhões de beneficiários e um gasto de R\$ 60 bilhões. São números próximos do projetado pelo ILAESE que atingirá 26 milhões de pessoas, mais ou menos, e deve gastar por volta de R\$ 68 bilhões de reais. Essa diferença entre números se deve a que o governo duplica o número de beneficiados e o valor pago quando soma os usuários e valores do Programa Bolsa-Família.

Mesmo assim, é uma medida compensatória importante pois pode significar comida para as famílias mais necessitadas, que neste momento, estão sem proteção social. Porém, ela é insuficiente porque deixa de fora a maior parte dos desempregados, (45 milhões de pessoas, segundo o Anuário Estatís-

tico do ILAESE) e subempregados (33 milhões). Outro equívoco da medida é que será bancada pelos cofres públicos, portanto, sairão dos investimentos que deveriam ser feitos no esforço para enfrentar a grave crise sanitária que nos ameaça. Por tudo isso, apesar de ser um alívio para uma parte importante da população, caso seja efetivamente aplicado, está longe de ser “uma grande vitória do povo brasileiro”, como afirma o PT e o PSOL.

A segunda medida prometida pelo governo é a abertura de uma linha de crédito de R\$ 40 bilhões para que pequenas e médias empresas possam pagar o salário dos seus funcionários por dois meses. É uma medida importante também porque as pequenas empresas estão sem condições de pagar seus funcionários. Mas também é insuficiente porque trata-se de um empréstimo que terá que ser pago dentro de alguns meses. Enquanto isso, estes pequenos negócios continuam pagando impostos, luz, água, telefone, etc. Estes pequenos proprietários não terão como pagar esta dívida com os bancos, que decretarão a falência do negócio. O empréstimo também não atinge as micro empresas que faturam menos de 360 mil reais por ano, e que representa uma boa parte delas.

Estas duas medidas foram tomadas para evitar uma explosão social imediata das periferias das grandes cidades. Mas são absolutamente insuficientes porque os governos e o Congresso Nacional não estão atuando em um cenário de guerra quando tratam de dar um salário social para todos e todas, mas agem assim quando se trata de defender as empresas, como está fazendo com a suspensão dos contratos e do rebaixamento salarial

de todos os trabalhadores do setor privado do país. Também há um contraste entre o que o governo oferece aos pobres e pequenos proprietários e o que oferece aos grandes empresários e bancos. Vejamos a notícia que veiculou o jornal O Estado de São Paulo em 23 de março:

o sistema financeiro, o Banco Central já anunciou a disponibilidade de R\$ 1,216 trilhão para os bancos brasileiros. A cifra, divulgada nesta segunda-feira, 23, pelo próprio BC, equivale a 16,7% do Produto Interno Bruto (PIB)."

“Para combater os efeitos negativos da epidemia de coronavírus sobre

Para os ricos, tudo! Para os pobres, as batatas!

Plano de Demissão Compulsória, sem causa justa

Esse é o único nome adequado que encontramos para caracterizar o plano econômico do governo e da patronal. Se eles têm diferenças em como enfrentar a pandemia (Bolsonaro quer que funcione tudo normal enquanto a ampla maioria dos grandes empresários querem uma certa quarentena), na orientação de pagar um salário social para subempregados e desempregados – e com isso evitar uma explosão social – e suspender milhões de contratos de trabalho e reduzir salários de todo o restante dos trabalhadores, eles têm acordo completo.

O plano governamental quer matar dois coelhos de uma cajadada só:

1. Criar um colchão para suavizar o impacto da pandemia e da crise na periferia das grandes cidades, para evitar uma explosão social pelo menos nos próximos três meses.

2. Aplicar um enorme programa de seguro-desemprego, livrando a patronal do custo da demissão de dezenas de milhões de trabalhadores.

É um plano Marshall ao contrário², empurrará a economia brasileira para a depressão. O plano de Bolsonaro-Guedes era extrair o dente sem anestesia (com a proposta de cortar contrato de trabalho por 4 meses), gerar duas dezenas de milhões de desempregados de uma lapada só. Porém, poderia gerar uma explosão

social, então, a patronal obrigou Bolsonaro a fazer a mesma coisa, mas pausadamente, isto é, dourou a pílula. Jogará, igualmente, o país numa depressão dentro de alguns meses e só adiou o problema (aumentando o tamanho do buraco) e a revolta social.

Então, todo este plano de “ajuda” trata-se de tentar conseguir que o Titanic aporte em algum porto, mesmo que seja inseguro, para reparos profundos ou que afunde devagarzinho, para que alguns ratos grandes possam flutuar em cima de uma montanha de cadáveres. Lembra a cena do filme, onde se obriga os músicos a seguirem tocando, enquanto o navio afundava...

Porém, o Brasil é um país riquíssimo, com uma classe trabalhadora muito produtiva, composta por 130 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Poderia tomar outro caminho, caso o sistema social não fosse o capitalismo e a classe dominante não fosse a burguesia brasileira, subserviente aos Estados Unidos. No artigo seguinte apresentamos uma proposta de emergência, para enfrentar a pandemia, desde a ótica da defesa da classe trabalhadora, dos pobres da cidade e do campo e dos pequenos produtores, pequenos comerciantes, contra todos os grandes empresários e banqueiros, que mandam no país. ■

² Plano Marshall, esforço conjunto de gastos públicos, principalmente dos Estados Unidos, para reconstruir a Europa depois da Segunda Guerra Mundial.

DEPOIS DA CATÁSTROFE, A REVOLUÇÃO

Um programa para combater a pandemia e a depressão

Escrito por
**NAZARENO
GODEIRO**

As medidas necessárias para enfrentar a pandemia e evitar a depressão que se aproxima

Partimos da constatação que estamos diante de uma crise sanitária e econômica cujos efeitos serão similares aos efeitos de uma guerra.

Numa guerra, vence aquele que concentra todos os esforços humanos e materiais disponíveis no combate, usando as armas adequadas, no momento certo, no terreno escolhido.

As medidas para vencer esta guerra, cujos efeitos se prolongarão por décadas no nosso país, contam com apoio geral e são de fácil aplicação:

1ª medida: quarentena total da população, com estabilidade no emprego e pagamento de salário integral aos trabalhadores, e renda média de 2,5 salários mínimos

para todos os desempregados, subempregados, informais e autônomos, durante 3 meses, prorrogáveis até o final do ano.

São 46 milhões de trabalhadores assalariados, 45 milhões de desempregados, 33 milhões de subempregados, informais e autônomos pobres, de acordo com os dados do Anuário Estatístico do ILAESE, baseado nos dados do IBGE.

Assim, todos os trabalhadores assalariados receberiam normalmente seu salário, sem nenhuma redução: o montante necessário é de R\$ 52 bilhões, que é a massa salarial total do Brasil, segundo o IBGE, por três meses.

Para todos os desempregados, subempregados, informais e autônomos,

que dá um total de 78 milhões de trabalhadores(as), se pagaria por três meses, o salário médio do Brasil, que segundo o IBGE em 2019, foi de R\$ R\$ 2.361,00. O montante total alcançaria a cifra de R\$ 552 bilhões por três meses.

Com a soma aproximada de R\$ 600 bilhões, teríamos assegurado o emprego e a renda de toda a classe trabalhadora e dos setores pobres, precarizados, informais, assim como dos pequenos produtores e pequenos negócios, que devem ser isentos de pagar impostos estaduais, municipais e federais, enquanto dure a crise.

Durante este período estaria proibida qualquer demissão, sob pena de confisco dos bens do empresário e a estatização da empresa.

Junto com isto, os governos isentariam o pagamento de água e luz e obrigaria a baixar drasticamente o preço do gás de cozinha e do combustível.

Assim, poderíamos alcançar dois objetivos: diminuiria muito as mortes pelo coronavírus e ainda impediria a depressão econômica e o fechamento generalizado de empresas e perdas de milhões de empregos.

Quando os patrões, o governo, os parlamentares (inclusive ditos de “esquerda”) aprovam uma medida deste

tipo dizem que estão fazendo um grande sacrifício para ajudar os pobres. É pura balela.

Numa base de dados com mais de 500 grandes empresas brasileiras, no ano de 2018, cada trabalhador produziu uma riqueza no valor de R\$ 362.849,00, enquanto a média de gasto que o patrão teve com cada trabalhador foi de R\$ 106.936,00. Isto quer dizer que cada trabalhador rendeu de lucro para seu patrão R\$ 255.913,00 em 2018. (idem, ILAESE)

Portanto, se os patrões pagarem cerca de 2,5 salários mínimos aos trabalhadores, estaria devolvendo apenas 3% do que lucrou.

Deu para entender?

Por isso, os grandes empresários não vão quebrar se tiverem que pagar um salário social por 3 meses, não mudariam nada na sua vida e nem ficariam menos ricos. Por isso, é pura maldade reduzir o salário dos trabalhadores em geral e dos funcionários públicos em particular.

AMPLIAÇÃO GERAL DOS SUS, público, gratuito e de qualidade, com a estatização geral dos hospitais e serviços de saúde privada

2ª medida: ampliação geral dos SUS, público, gratuito e de qualidade, com a estatização geral dos hospitais e serviços de saúde privada: contratação imediata de mais funcionários, mais médicos, mais UTIs, respiradores e todo material necessário para enfrentar a pandemia, triplicando os gastos do governo com a Saúde Pública.

Temos que reforçar o setor de Saúde Pública do Brasil, que desde 1990 vem sendo destruído por todos os governos, que priorizaram o setor privado de saúde.

Hoje, a metade dos leitos de UTI e respiradores estão no setor privado de saúde e a população não tem nenhum controle sobre ele, que cuida da saúde de quem pode pagar.

Assim, um punhado de ricos terão acesso a tratamentos de alto padrão, de hotel 5 estrelas, com equipamentos



CONSTRUÇÃO DE HOSPITAIS, CLÍNICAS, POSTOS DE SAÚDE

No Brasil temos 2 leitos para cada 10 mil brasileiros enquanto o Japão dispõe de 10 leitos para cada 10 mil japoneses

modernos, com testes imediatos e internação hospitalar no momento necessário enquanto a população trabalhadora e pobre serão mandados para morrer em casa tomando antigripais e analgésicos ou ficarão em filas intermináveis por uma vaga nos leitos de UTIs.

O setor privado (serviços hospitalares de saúde, convênios, laboratórios farmacêuticos etc.) teve faturamento de R\$ 147 bilhões em 2018, segundo a revista Exame. Faturou mais que toda indústria metalúrgica e siderúrgica do Brasil. As 30 maiores empresas farmacêuticas e de serviços de saúde do Brasil tiveram um lucro líquido de R\$ 9,8 bilhões de reais em 2018. Dinheiro suficiente para comprar 163 mil respiradores, considerando o preço individual de cada respirador a R\$ 60 mil reais, quase o triplo dos respiradores existentes no Brasil. Em 2020, o setor pretende lucrar R\$ 20 bilhões de reais.

Portanto, a estatização de toda a rede privada, a encampação de todos os hospitais e equipamentos, com a contratação de todos os profissionais da área pelo Estado não tem nenhuma dificuldade. Trata-se apenas de uma decisão política, como está se fazendo

em várias regiões do país ao requisitar leitos de UTIs do setor privado de saúde. Inclusive, parte importante destas empresas privadas de saúde são de capital internacional, como a AMIL, que pertence a uma multinacional da área da saúde, a sexta maior empresa dos Estados Unidos. Evidentemente que uma empresa desta atua no Brasil com interesse de obter lucros e não de garantir a saúde da população brasileira.

Também é necessário triplicar os investimentos governamentais na saúde pública. O investimento federal na saúde em 2019 foi de R\$ 114 bilhões, ou 4% do orçamento. Propomos que no ano de 2020 seja investido R\$ 300 bilhões, para garantir uma ampliação substancial do sistema público de saúde. Assim, combateremos seriamente a pandemia do coronavírus e todas as outras enfermidades que atingem o povo brasileiro

Também, como parte do esforço de guerra contra a pandemia, devemos exigir a reconversão de determinadas fábricas e refinarias para a produção de respiradores, álcool gel, máscaras, EPIs, remédios e todas as necessidades para o sistema de saúde enfrentar esta pandemia. Todos estes produtos devem ser entregues gratuitamente aos governos federal, estaduais e municipais, para distribuir à população carentes esses insumos.

Em tempos de guerra contra a pandemia, a saúde pública deve ser a prioridade número 1, não só em palavras, mas nos atos.

3ª medida: abertura de Frentes de Trabalho de Emergência para a construção de hospitais, clínicas, postos de saúde, saneamento geral e a construção de milhões de casas.

Temos 2 leitos de UTI no Brasil para cada 10 mil brasileiros enquanto o Japão dispõe de 10 leitos para cada 10 mil japoneses.



MUDAR A PRODUÇÃO DO AGRONEGÓCIO EXPORTADOR PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Atual modelo de monocultura regado a veneno consome 70% da água, envenena o meio ambiente e deixa pessoas intoxicadas

Os hospitais brasileiros estão atendendo pacientes jogados em macas nos seus corredores. As filas para cirurgias e procedimentos complexos são enormes e muitas vezes os pobres morrem sem nenhum atendimento.

Apesar das promessas de saneamento geral do país durante as obras da Copa e da Olimpíada (quem não se lembra do “legado da Copa”, apregoado pelo PT em 2014?), a metade da população brasileira não tem acesso à rede de esgoto, 31 milhões de residências não tem água encanada e 15 milhões sem coleta de lixo, de acordo com os dados do IBGE, em 2018. Essas obras são urgentes no Brasil, pois sabemos que as epidemias se alastram em ambientes insalubres.

De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, cerca de 11,4 milhões de pessoas (6% da população) viviam em casas superlotadas, em condições insalubres. O IBGE identificou 6.329 favelas em todo o país. Precisamos construir 8 milhões de casas, para cobrir o déficit habitacional do Brasil. As pessoas devem ficar em casa durante a quarentena, porém muitas vezes moram 6, 7 ou mesmo 10 pessoas num casebre, em condições insalubres. Enquanto construimos estas casas, as pessoas que moram em condições precárias devem

se alojar em hotéis que estão subutilizados ou em casas desocupadas, utilizadas para especulação imobiliária.

Medida fácil de ser aplicada e com pouco investimento, pois ocuparemos uma parte dos desempregados e subempregados, que receberão um salário social, construindo estes imóveis, resguardando as condições de proteção da saúde, com jornadas de 4 horas de trabalho, enquanto dure a pandemia e seus efeitos sobre a população brasileira.

4ª medida: mudar a produção do agronegócio exportador para a produção de alimentos, sem veneno nem transgênicos, que acabe com a fome e a desnutrição do povo brasileiro.

As epidemias também se alastram em populações subnutridas. Hoje dois terços da área cultivável do Brasil está ocupada pelas lavouras de soja, cana e capim, que servem para exportação. O Brasil é hoje o segundo maior produtor de alimentos do mundo, enquanto seu povo passa fome. É um absurdo o Brasil importar feijão preto e exportar milhões de cabeças de gado e bilhões de aves e suínos enquanto o povo brasileiro passa fome.

No esforço de guerra e para minimizar os custos sociais da pandemia e da depressão econômica que assolará o Brasil nos próximos anos, devemos reunir todos os esforços para garantir a soberania alimentar do povo brasileiro.

Para isso, devemos reconverter a produção do agronegócio para produzir alimentos, sem transgênico e sem venenos, em grandes quantidades para serem vendidos a preços de custo, baixíssimos.

Bunge, Cargill, Archer Daniel Midland (ADM), Louis Dreyfus, dominam a comercialização da maior parte da produção agrícola brasileira. Coopersucar, Raízen, Louis Dreyfus (LDC), ETH Bioenergia e Tereos, monopóli-



zam a produção de cana-de-açúcar e etanol. A citricultura é monopolizada pela Cutrale (fornecedora da Coca-Cola), Citrosuco e Louis Dreyfus. Carrefour, Wal-Mart e Bom Preço dominam a comercialização. O frigorífico JBS domina a produção de carne bovina, BR Foods domina aves e suínos. Monsanto, Syngenta e DuPont dominam a tecnologia de sementes transgênicas. Ambev em bebidas. Nestlé, Unilever dominam os alimentos industrializados. Basf, Heringer, Bayer na agroquímica, Suzano, Fibria e Klabin na madeira e celulose. Souza Cruz domina o fumo. Portanto, cerca de 30 empresas dominam todo o Complexo Agroindustrial brasileiro, desde os insumos, passando pela produção agropecuária até a comercialização dos produtos, sendo 70% delas multinacionais.

Para reconverter toda a produção de alimentos no Brasil e garantir sua distribuição a preços de custo, é necessário estatizar e nacionalizar, com controle da população trabalhadora, toda a rede agroindustrial instalada no país, incluindo as redes de supermercados,

especialmente as grandes que são estrangeiras e dominam a venda de alimentos no Brasil.

A estatização e nacionalização permitirá a exploração sustentada da terra, dos rios, das florestas, enfim da natureza, depredada pelo agronegócio exportador.

Hoje, com o desenvolvimento da técnica na produção de alimentos, já podemos produzi-los de forma saudável, para todos e com preços baixos. Já temos todo o complexo agroindustrial com os funcionários, ademais temos milhões de pequenos produtores rurais que hoje já fornecem a maioria dos alimentos servidos na mesa dos brasileiros. Estes pequenos produtores continuarão produzindo alimentos para o governo, que comprará toda sua produção.

Já temos toda a estrutura e uma terra rica para acabar com a fome no Brasil, depende apenas de uma simples decisão política. Com a estatização de toda a rede agroindustrial e de distribuição, todos os seus trabalhadores serão admitidos como funcionários públicos.

Se você chegou até aqui, deve estar se perguntando: onde conseguir o dinheiro para este plano de emergência?

Basicamente, as medidas anunciadas acima que diminuiriam os efeitos drásticos da pandemia e da depressão econômica que ocorrerá no Brasil, sairiam de uma contribuição obrigatória dos grandes empresários e banqueiros, os bilionários brasileiros e estrangeiros.

A primeira contribuição obrigatória viria dos 20 maiores bilionários do Brasil, que juntos tem uma fortuna

estimada em R\$ 600 bilhões de reais. Propomos tirar 1% da sua riqueza por mês, durante 3 meses, enquanto dure o período mais agudo da pandemia. Para estes bilionários não significaria praticamente nada, enquanto o montante de R\$ 18 bilhões seria de grande ajuda.

A segunda contribuição viria do corte dado aos grandes empresários do país na forma de “incentivos fiscais”, nome pomposo da entrega de dinheiro público

para os grandes monopólios nacionais e internacionais. Se gasta cerca de R\$ 30 bilhões com o Programa Bolsa Família, que dá um benefício a 12 milhões de famílias pobres, porém se entrega R\$ 376 bilhões em “incentivos” para as grandes empresas instaladas no Brasil.

A terceira contribuição viria da obrigação das multinacionais não remeterem lucros para suas matrizes no ano de 2020. Todo ano, essas empresas enviam cerca de US\$ 40 bilhões de dólares, para suas matrizes nos países ricos. Esse dinheiro é produto dos lucros gerados pelos trabalhadores brasileiros. Então, nada mais natural que estas empresas façam uma contribuição no esforço de salvar o Brasil e seu povo, com o valor que enviaram em 2018 que foi R\$ 174 bilhões de reais. Além disso, o governo deveria proibir a saída do capital especulativo que opera na Bolsa de Valores aqui no Brasil.

A quarta contribuição viria da suspensão do pagamento da dívida pública com os grandes bancos do Brasil. A dívida pública (interna e externa) do país era R\$ 300 bilhões em 1994, pagamos R\$ 4,7 trilhões em duas décadas e a dívida saltou para R\$ 6 trilhões em 2019! Essa dívida já foi paga cerca de 16 vezes seu valor inicial e não para de crescer! Todo ano, o governo brasileiro paga cerca de R\$ 1 trilhão de juros e amortização desta dívida imoral. É o dinheiro do povo brasileiro indo para os cofres de meia dúzia de grandes banqueiros nacionais e internacionais. Propomos que no ano de 2020 se suspenda o pagamento desta dívida, utilizamos este dinheiro para enfrentar a pandemia e investir na economia brasileira, mitigando os efeitos da depressão econômica que ocorrerá no Brasil. Esta suspensão seria extensível à dívida dos Estados e municípios com a União e demais entes, inclusive privados.

A quinta contribuição trata de um esforço compulsório que propomos: requisitar todo o dinheiro de funcio-

namento do Congresso Nacional para utilizar no enfrentamento da guerra ao vírus e para ajudar no esforço econômico com intuito de impedir a grande depressão da economia brasileira que se avizinha. Os deputados e senadores são na maioria empresários e todos tem seus salários e remunerações da sua profissão original, então poderiam fazer este esforço para o bem do Brasil. Propomos requisitar também todo o fundo eleitoral para o esforço de guerra.

Requisitar o lucro líquido do setor privado da saúde que deve alcançar em 2020 cerca de R\$ 20 bilhões! A saúde da população não deveria ser usada para ganhar dinheiro pois muda a essência da profissão, que é de salvar vidas.

Requisitar o lucro líquido dos 5 maiores bancos brasileiros, que alcança, anualmente, o valor de R\$ 100 bilhões. Estamos requisitando compulsoriamente apenas o lucro líquido, sem afetar os negócios destes grandes bancos.

Também propomos requisitar o lucro líquido das 212 maiores multinacionais instaladas no Brasil, referente ao ano de 2019.

Por fim, propomos requisitar, também, o lucro líquido dos 100 maiores grupos econômicos do Brasil, referente ao ano de 2018.

Como pode-se notar, estas requisições não afetarão praticamente nada na economia brasileira, nem empobrecerá estes bilionários. Apenas prescindirão do lucro líquido de um ano, mantendo praticamente toda sua fortuna.

Porém, estes R\$ 3,8 trilhões, que representa mais da metade do PIB brasileiro, permitirão enfrentar a pandemia do coronavírus melhorando estruturalmente os serviços públicos, garantindo a soberania alimentar do povo brasileiro e garantindo emprego e renda para todos os brasileiros. Efetivamente, estas medidas impediriam o Brasil de entrar numa depressão ou mesmo em uma recessão.

Veja acima uma tabela com as pro-

8.1 De onde retirar o dinheiro para evitar uma catástrofe no Brasil (em reais)

1	3% das 20 maiores fortunas (contribuição 1% da fortuna ao mês)	18 BI	6	Utilizar as reservas internacionais de dólar nas mãos do governo	1,805 BI
2	Corte de incentivos fiscais às grandes empresas em 2020 (valor de 2019)	376 BI	7	Requisitar o lucro líquido do setor privado da saúde (valor estimado de 2020)	20 BI
3	Corte das remessas de lucros das multinacionais para matrizes (valor de 2018)	174 BI	8	Requisitar o lucro líquido dos 5 maiores bancos brasileiros (valor de 2019)	102,7 BI
4	Suspender o pagamento da dívida pública em 2020 (valor de 2019)	1.038 BI	9	Requisitar lucro líquido das 212 maiores multinacionais instaladas Brasil (valor de 2018)	95 BI
5	Requisitar o fundo eleitoral e o gasto com o Congresso Nacional	6,4 BI	10	Requisitar lucro líquido dos 100 maiores grupos privados do Brasil (valor de 2018)	175,7 BI

Dados da revista Exame Maiores e Melhores 2019; Revista Forbes; Anuário do ILAEE 2019; Auditoria Cidadã da dívida; TSE.

Total: 3,811 TRILHÕES

postas de onde retirar o dinheiro para evitar a catástrofe que ameaça a população trabalhadora e pobre do Brasil.

É evidente que nosso critério é oposto pelo vértice ao do governo Bolsonaro, que quer aproveitar a crise para atacar o emprego e o salário dos pobres. Veja o que falou Paulo Guedes em conversa com a XP:

“Existe também discussão de tributar mais as empresas grandes. Não me atraem essas medidas deflacionárias. Não acho que é momento de fazer isso. Acho mais construtivo ao país travar reajuste do funcionalismo público. Não podemos quebrar as duas pernas das grandes empresas.”¹

Porque Bolsonaro não cai, apesar do seu total isolamento?

Provavelmente, esta crise custará o emprego de Bolsonaro. Poderia se dar pela via institucional (impeachment) ou pela renúncia ou pela queda através de mobilizações de massas. É mais provável que ocorra uma saída institucional, sem quebrar o regime

nem o sistema, porque a burguesia é inteligente, tem consciência de classe e tratará de evitar a revolução (“convulsão social”).

Porém, não está determinado que Bolsonaro cairá ou renunciará. Ainda que o isolamento dele é enorme neste

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=jNbJ5ri6Me0>

momento, pois tem contra si a ampla maioria do povo brasileiro e a oposição de uma parte importante da burguesia e da imprensa burguesa, da intelectualidade e dos artistas e da ampla maioria dos partidos políticos burgueses e de oposição.

Por isso, este é o melhor momento para derrubá-lo, já que está isolado e foi desmascarado diante de todo o povo.

Devido a esta situação, o difícil é explicar por que ele não caiu ainda.

Ele não caiu ainda porque tem o apoio de um setor importante do capital internacional, na figura de Trump, e dos setores do agronegócio, mineração, energia e dos bancos privados, justamente os setores econômicos que se beneficiaram do Brasil como produtor de commodities para exportação e que hoje são na sua maioria de propriedade das multinacionais. Estes setores começam a duvidar da capacidade de Bolsonaro guiar o país neste caminho (veja artigo publicado no Washington Post de 26 de março, pedindo o impeachment do presidente) e uma parte importante deles tem medo de que uma tentativa

de golpe de Bolsonaro e Mourão seja um estopim de uma revolução social.

Outro ele-

mento decisivo para sua permanência é que os dois partidos de oposição que dizem representar os trabalhadores e o povo, vacilam em chamar a sua derrubada, seja através do impeachment ou de uma greve geral.

“Eu tenho alertado o PT ter paciência, porque nós temos que esperar quatro anos”, disse Lula em 2 de março. Diante dos últimos pronunciamentos de Bolsonaro e seu total isolamento, no final de março, o PT titubeia em fazer o chamado Fora Bolsonaro!

Em entrevista ao colunista Leonardo Sakamoto, em 26 de março, Marcelo Freixo (PSOL-RJ) falou sobre o atual momento político do Brasil e descartou pedir o impeachment de Bolsonaro, pois segundo Freixo “seria fazer o jogo dele”. Esta posição de Freixo, que é a posição da direção nacional do PSOL, se chocou com um pedido de impeachment realizado por alguns parlamentares do PSOL e intelectuais de esquerda.

O pior crime que o PT e o PSOL podem cometer neste momento é a vacilação, é deixar passar o momento de derrubar Bolsonaro na expectativa de retomar o governo federal nas eleições de 2022.

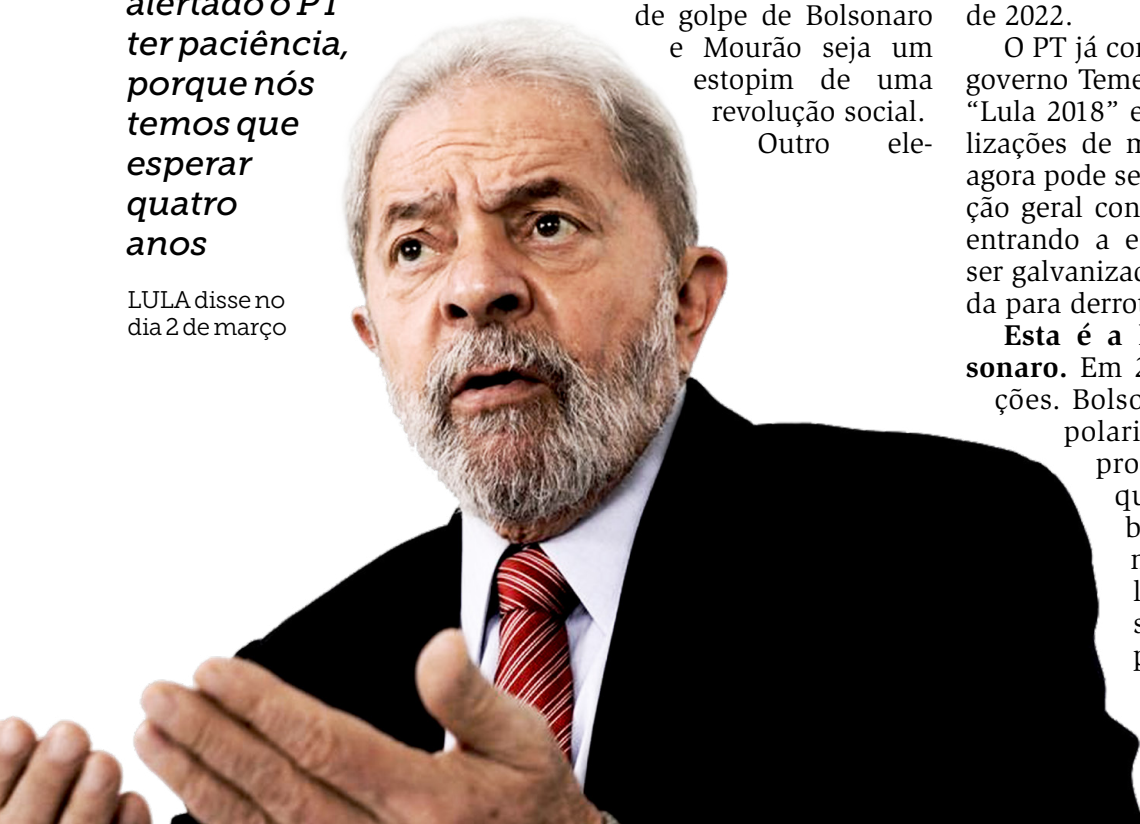
O PT já cometeu este erro diante do governo Temer em 2017 ao apostar no “Lula 2018” em detrimento das mobilizações de massas. Repetir este erro agora pode ser fatal porque a insatisfação geral contra a depressão que está entrando a economia brasileira pode ser galvanizada por Bolsonaro e dirigida para derrotar a classe trabalhadora.

Esta é a hora de derrubar Bolsonaro. Em 2022 pode nem ter eleições. Bolsonaro está apostando na polarização social que será produzida pela depressão que passará a economia brasileira, angariar apoio no desespero de 100 milhões de brasileiros desempregados e subempregados, em milhões

“

Eu tenho alertado o PT ter paciência, porque nós temos que esperar quatro anos

LULA disse no dia 2 de março



de pequenos negócios arruinados. Ele pregará o ódio nestes setores e oferecerá a saída ditatorial para resolver os problemas econômicos do país, implantando uma ditadura semifascista.

É preciso cortar as asas de Bolsonaro, Mourão e Moro agora. É urgente! A raiz desta vacilação do PT e do PSOL reside no seu programa

de defesa desta democracia colonial, acreditam poder enfrentar a profunda crise do Brasil, realizando conquistas sociais no parlamento, governando de braços dados com a burguesia brasileira e o imperialismo. Este projeto fracassou com o PT no governo durante 14 anos. O Brasil está diante de uma crise de grandes proporções, diante de uma guinada histórica.

O Brasil só tem saída rompendo com o sistema capitalista e a dominação colonial

Todas as medidas necessárias para enfrentar a crise do coronavírus, a estagnação do Brasil e a depressão econômica que ocorrerá, passam pelo controle social da riqueza do país e sua utilização para desenvolver o Brasil e o seu povo. Para conseguir esse controle, só pela via da mobilização revolucionária do povo pobre brasileiro.

A saída da burguesia se traduz em desemprego em massa, rebaixar o Brasil a uma miserável colônia dos Estados Unidos, privatizar as empresas estatais, vendendo-as a preço de banana para o capital internacional, rebaixar o nível de vida da população a uma semiescavidão. Para garantir um projeto deste, só através de uma ditadura militar que afogue em sangue a luta da classe trabalhadora. A saída ditatorial ainda é minoritária no conjunto da burguesia brasileira e no imperialismo, porém, a profundidade da crise e a convulsão social, produto desta, empurrará a burguesia para a saída contrarrevolucionária.

O Brasil, doravante, só pode desenvolver-se em ruptura com o capitalismo, rumo a uma sociedade socialista,

que privilegie a coletividade e não a exploração do ser humano por outro. Para retomar crescimento da indústria e reempregar 78 milhões de trabalhadores, é preciso romper com o domínio das multinacionais sobre o Brasil, isto é, reestatizar todo o parque industrial, nacionalizar as 100 maiores empresas e estatizar o sistema financeiro, formando um banco único, que permita reunir, num só lugar, toda a riqueza do Brasil e usá-la para melhorar as condições de vida e trabalho do povo e desenvolver a economia. Tais medidas vão gerar uma guerra com os Estados Unidos. Para retomar o crescimento do país só é possível parando de pagar a dívida pública que engole parte considerável do orçamento e usar este dinheiro para a criação de emprego para todos, para produzir energia, moradia, alimentos, saúde, educação, transportes. Isso é uma guerra com a burguesia nacional parasita.

Esta crise não será resolvida pela via das eleições burguesas. Precisa da união de toda a classe trabalhadora na luta direta, na greve geral, numa revolução que rompa com o sistema capi-

talista e o imperialismo e que garanta uma verdadeira independência nacional. Uma revolução que avance para um Brasil socialista como estopim da revolução latino-americana e mundial. Só quem pode garantir um projeto desse é a classe trabalhadora unida com os pobres da cidade e do campo em luta contra toda a burguesia “nacional” e o imperialismo.

Porém, para derrotar a burguesia e o imperialismo é necessário desmascarar, perante os trabalhadores, o engano que representa a política do PT, do PCdoB e do PSOL, de conciliação com a burguesia e o imperialismo, isto é, o social-liberalismo.

É preciso acabar com o capitalismo colonial, que está destruindo o meio ambiente e o ser humano, envenenando a comida, empestecendo o mar, o ar e a terra, como ficou demonstrado nos incêndios da floresta amazônica, no crime de Brumadinho, com o óleo esparramado nas praias do Nordeste.

Os efeitos catastróficos da pandemia do coronavírus são potencializados pelo sistema capitalista e é expressão da sua falência. Depois deste vírus, virão outros, cada vez mais destrutivos, porque o capitalismo já não consegue mais garantir o desenvolvimento da sociedade e parasita a humanidade, impondo condições de vida que retornam à barbárie.

Para realizar estas mudanças necessárias no país para sair da crise e impedir a catástrofe que se aproxima, só é possível rompendo com o sistema capitalista colonial que impera no Brasil, garantindo uma verdadeira independência do país, que é dominado e saqueado pelo imperialismo desde 1500.

Para garantir a reparação histórica dos povos originários e do povo negro brasileiro, povos que construíram o Brasil que temos hoje, é necessário uma revolução violenta contra a or-

dem burguesa colonial.

Em síntese, o país está diante de uma encruzilhada histórica: ou vencerá a classe trabalhadora, através de uma revolução socialista, implantando um regime de governo direto dos trabalhadores, uma democracia operária, ou se instaurará a barbárie capitalista colonial, implantada pelas botas de um regime semifascista. Caso esta crise, resulte num atalho social-liberal petista (com seus aliados) no poder central, será apenas uma estação transitória, tentando levantar diques para conter a fúria popular.

Esta crise não se resolverá pela via das eleições e das negociações de cúpula no Congresso Nacional. Nem tampouco se resolverá pela união dos trabalhadores com supostos setores progressistas da burguesia nacional, do tipo Sarney, Collor, Temer, Cyro Gomes, FHC, Kátia Abreu, Eike Batista, os irmãos Joesley e Wesley Batista etc. O PT tentou mudar o Brasil de braços dados com os ricos e fracassou. A burguesia nacional já demonstrou sua total subserviência com o imperialismo e é contrarrevolucionária.

Nada justifica a manutenção de um sistema que joga na mais espantosa miséria 90% da população, para enriquecer a burguesia, grandes empresários e banqueiros, que são apenas 20 mil pessoas, que somados às suas famílias chegaria, a insignificantes 0,3% da população!

Portanto, a vida não passará por dentro dos gabinetes de Brasília.

Será decidida nas barricadas, nos combates de rua, em mobilizações de milhões de trabalhadores, pela união de todos os trabalhadores, com os pobres da cidade e do campo, os negros e negras, mulheres trabalhadoras, os pequenos produtores, os profissionais liberais, os pequenos negócios da cidade, todos estes contra a burguesia e o imperialismo. ■

Diagramação:

POTI Comunicação

Assessoria para Sindicatos
e Movimentos Sociais

✉ poticomunicacao@gmail.com

f /PotiComunicacao 📞 (84) 99973.8682

Edifício Padre Cícero, sala 108.

Av. Rio Branco, 829 - Cidade Alta, Natal/RN